



**INFORMAÇÃO
ANUAL
2012**

INDICADORES FINANCEIROS

T.1

(Euro)

Consolidado (Auditado)	2012	2011	2010	2009
Margem Financeira	18.734.087	19.783.187	16.525.657	11.918.085
Comissões Líquidas	6.789.808	9.002.029	8.699.278	6.430.921
Resultados de Operações Financeiras (Líqu.)	54.831.796	4.105.924	27.452.044	17.885.323
Outros Resultados de Exploração	-28.178	285.387	-622.954	289.242
Produto Bancário	80.327.513	33.176.527	52.054.025	36.523.571
Custos com Pessoal	-15.192.007	-8.837.318	-12.556.069	-11.043.138
Outros Gastos Administrativos	-6.130.922	-5.568.518	-6.019.658	-5.495.786
Custos de Funcionamento	-21.322.929	-14.405.836	-18.575.727	-16.538.924
Cash Flow Operacional	59.004.584	18.770.691	33.478.298	19.984.647
Amortizações	-1.314.991	-1.495.072	-1.607.394	-1.248.474
Provisões	-2.892.714	150.258	-7.670	-12.480
Imparidades	-6.294.411	-13.986.727	-5.750.931	-3.115.429
Resultados Operacionais	48.502.468	3.439.150	26.112.303	15.608.264
Resultados de Associadas	23.371	87.565	292.136	-792.932
Resultados Antes de Impostos	48.525.839	3.526.715	26.404.439	14.815.332
Impostos Correntes	-16.385.895	-909.833	-5.824.683	-2.723.286
Impostos Diferidos	26.581	-111.287	-119.866	237.056
Resultado Líquido	32.166.525	2.505.595	20.459.890	12.329.102

Contas Individuais	2012	2011	2010	2009
Resultado Líquido*	32.135.029	2.464.443	20.196.409	12.314.862

*A diferença relativa ao resultado líquido consolidado resulta, essencialmente, dos resultados de associadas e de ajustamentos de consolidação relacionados com provisões

Indicadores Seleccionados	2012	2011	2010	2009
Total do Activo Líquido	1.026.193.334	828.983.481	900.762.575	703.349.940
Capitais Próprios	172.301.703	67.234.341	108.140.896	128.685.719
Fundos Próprios	161.869.909	146.510.409	123.177.367	106.451.029
Depósitos de Clientes	543.830.163	440.567.939	332.184.633	304.985.007
Crédito Vencido / Crédito Concedido	0,14%	0,20%	0,30%	0,20%
Crédito Vencido / Activo Líquido	0,03%	0,01%	0,02%	0,02%
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	35,43%	36,16%	12,80%	18,60%
Crédito Concedido / Activo Líquido	18,78%	19,22%	4,72%	8,06%
Activos sob Supervisão **	1.499.588.173	1.086.084.393	1.330.366.558	1.264.422.249

** Activos sob Gestão, sob Custódia e Depósitos de Clientes

Rendibilidade	2012	2011	2010	2009
Rendibilidade de Activos Médios (ROA)	3,47%	0,29%	2,55%	1,80%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE)	26,86%	2,86%	17,28%	9,60%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	8,66%	3,84%	6,49%	5,20%

Solvência	2012	2011	2010	2009
TIER 1	31,90%	32,50%	36,20%	32,80%
Rácio de Solvabilidade	32,00%	32,50%	36,30%	32,80%

Eficiência	2012	2011	2010	2009
Margem Financeira / Activo Remunerado	1,91%	2,62%	1,98%	1,82%
Custos Transformação / Produto Bancário	28,18%	47,93%	38,77%	48,70%
Custos Pessoal / Produto Bancário	18,91%	26,64%	24,12%	30,20%

Indicadores Financeiros

Relatório do Conselho de Administração

Perspectiva Global do Exercício de 2012

Organização

Análise: Resultado das Operações em 2012

Controlo Interno

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstrações Consolidadas dos Resultados

Demonstração Consolidada do Rendimento Geral

Balanço Consolidado

Demonstração Consolidada de Alterações no Capital Próprio

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

PERSPECTIVA GLOBAL DO EXERCÍCIO DE 2012

O Banco

O Banco de Investimento Global, S.A. (BiG, Banco BiG ou Banco) é um banco de investimento especializado, com sede em Lisboa. O Banco está autorizado a operar em todas as áreas de negócio abertas ao sector bancário em Portugal.

O Banco iniciou a sua actividade em 1 de Março de 1999. O capital do Banco encontra-se relativamente disperso e é detido por um conjunto de investidores individuais e institucionais (Nota 34), na sua maioria nacionais. Os produtos e serviços que o BiG oferece a Clientes estão direccionados para segmentos de Clientes Particulares e Empresas/Institucionais. Aos Clientes Particulares, o Banco disponibiliza produtos de poupança, corretagem, custódia, gestão de patrimónios, serviços financeiros gerais e serviços de pagamentos. Os serviços disponibilizados a Empresas e Clientes Institucionais incluem soluções de gestão de risco, tesouraria, corretagem, custódia e serviços de assessoria financeira. Uma terceira linha de negócio é a área de Tesouraria e Mercado de Capitais, focada na gestão de liquidez de Balanço, a qual desempenha um papel central na nossa cultura de gestão de riscos relacionados com o mercado e de crédito.

Adicionalmente à oferta de serviços bancários tradicionais, o Banco disponibiliza à sua base de Clientes várias plataformas de investimento, com o objectivo de

facilitar o acesso dos aforradores e investidores a um amplo conjunto de soluções financeiras, com aconselhamento e assistência ou directamente, permitindo a execução de operações e o acesso a produtos de investimento negociados em mercados regulados e em mercado de balcão.

Apesar do Banco gerar todas as suas receitas em Portugal, a composição das suas carteiras de activos remunerados e a sua origem geográfica podem variar substancialmente ao longo do tempo, dependendo das condições do mercado e das oportunidades de negócio. O Banco interage com os seus Clientes através de vários canais integrados: os Clientes de retalho são servidos por uma plataforma de investimento *online*, www.big.pt, e por *financial advisors* baseados em 14 agências com localizações chave, centrais e regionais. Equipas de vendas e de produto baseadas em Lisboa e no Porto trabalham com Empresas e Clientes Institucionais.

O serviço de corretagem do Banco tem por base a sua participação enquanto membro directo da NYSE Euronext, que inclui o mercado doméstico e mercados-chave internacionais. Quando se revela mais eficiente ou rentável, o Banco estabelece parcerias com fornecedores globais de serviços financeiros de modo a proporcionar aos Clientes o acesso a um conjunto de outros mercados mundiais de acções

e futuros. As plataformas para negociação de outros produtos em mercado de balcão, obrigações ou fundos de investimento, têm por base normalmente soluções tecnológicas desenvolvidas internamente e, frequentemente, acordos com contrapartes e fornecedores deste tipo de soluções.

Resumo dos Resultados de 2012

(Para mais informações, consulte ANÁLISE: RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2012)

- **No exercício de 2012, o Banco BiG gerou proveitos de € 80,3 milhões, representando um aumento de 142% face ao valor de € 33,2 milhões registado em 2011.**
- **O Resultado Líquido Consolidado do ano ascendeu a € 32,2 milhões, face aos € 2,5 milhões registados em 2011 e aos € 20,5 milhões em 2010, o anterior ano de maior rentabilidade do Banco.**
- **A rentabilidade dos capitais próprios médios do Banco aumentou para 26,9%, face aos 2,9% e 17,3%, registados respectivamente em 2011 e 2010.**
- **No final do ano de 2012, o rácio Tier 1 consolidado do Banco era de 31,9%.**

T.2

(Euro 000)

Resumo dos Resultados	2012	2011	Var (%)	2010	2009
Produto Bancário	80.328	33.177	142,1%	52.054	36.524
Custos Operacionais	-31.825	-29.737	7,0%	-25.942	-20.915
Impostos	-16.359	-1.021	1.502,1%	-5.945	-2.486
Resultado Líquido	32.167	2.506	1.183,8%	20.460	12.329
Capitais Próprios	172.302	67.234	156,3%	108.141	128.686
Fundos Próprios	161.870	146.510	10,5%	123.177	106.451
Total de Activos Líquidos	1.026.193	828.983	23,8%	900.763	703.350
Crédito	192.674	159.331	20,9%	42.533	56.713
Depósitos de Clientes	543.830	440.568	23,4%	332.185	304.985
TIER 1	31,9%	32,5%	-1,8%	36,2%	32,8%
Rácio de Solvabilidade	32,0%	32,5%	-1,5%	36,3%	32,8%

Desde o início, há cerca de cinco anos, do actual período de incerteza económica global e de condições de volatilidade de mercado históricas, que a Administração acredita que o modelo de negócio do Banco demonstra resiliência e, fundamentalmente, solidez. As receitas e resultados do Banco aumentaram significativamente em 2012, em virtude de uma combinação de factores:

- Aumento da actividade de Clientes associada a instrumentos de poupança;
- Uma inversão na percepção do risco da dívida soberana Portuguesa ao longo do ano;
- O foco de longo-prazo da Administração na eficiência, medida com base nos custos operacionais em função dos proveitos gerados;
- A flexibilidade gerada por um modelo de negócio baseado na gestão do excesso de liquidez estrutural, níveis de alavancagem tradicionalmente baixos, uma carteira de activos bastante líquida e um controlo rigoroso de riscos: de mercado, crédito, operacionais, regulatórios e reputacionais;
- A quase total ausência de perdas relacionadas com crédito.

Indicadores-Chave da Demonstração de Resultados

A composição das receitas do exercício de 2012 reflectiu a perspectiva e gestão do Banco relativamente às condições gerais de mercado e as oscilações atípicas no sentimento dos investidores com impacto na *yield curve* portuguesa ao longo do ano. A margem financeira do Banco registou uma ligeira redução de 5% face ao ano anterior, de € 19,8 milhões em 2011 para € 18,7 milhões em 2012. Esta evolução é explicada por custos de financiamento mais elevados, associados a aumentos significativos dos estáveis, mas comparativamente mais caros, depósitos de Clientes de retalho. As comissões brutas de serviços de corretagem, retalho, gestão de activos e *advisory* também diminuíram ligeiramente, ascendendo a € 9,8 milhões

em 2012, o que compara com o valor de € 10,4 milhões verificado em 2011. Este efeito deve-se a uma diminuição geral no volume de transacções de retalho – na medida em que os Clientes optaram por numerário, aforro ou produtos de rendimento fixo, em detrimento de investimentos sensíveis ao mercado – e a uma diminuição da actividade empresarial. Estas mudanças melhoraram o já confortável perfil de liquidez do Banco ao longo do ano.

Os custos operacionais do Banco tendem a estar correlacionados com o aumento ou diminuição dos proveitos. Em 2012, um ano de proveitos significativamente mais elevados, os custos aumentaram 7%, passando de € 29,7 milhões em 2011 para € 31,8 milhões em 2012. O aumento nos custos operacionais em 2012 surge na sequência de um ano em que a Administração reduziu consideravelmente os custos, de forma a responder às condições e perspectivas desfavoráveis do mercado em 2011. Desta forma, a base de comparação é atipicamente baixa e o aumento percentual em 2012 não constitui uma tendência. Os custos aumentaram em termos absolutos durante o ano de 2012 devido a aumentos de custos com pessoal, associados ao maior número de colaboradores, bem como a investimentos na plataforma de retalho, sistemas e outros custos operacionais. Em termos relativos, os custos de transformação em percentagem do produto bancário diminuíram significativamente, passando de 48% em 2011 para 28% em 2012.

O Resultado Antes de Impostos de 2012 foi de € 48,5 milhões, que compara com € 3,5 milhões em 2011. Os impostos correntes e diferidos de 2012 ascenderam a € 16,4 milhões, comparativamente a € 1,0 milhão no ano anterior. A taxa de imposto efectiva do Banco aumentou significativamente nos últimos anos, em resultado da deterioração das condições económicas em Portugal, ascendendo a 33,7% em 2012, em comparação com 28,9% em 2011, 22,7% em 2010 e 16,8% em 2009.

Indicadores-Chave do Balanço

O total de Activos Líquidos a 31 de Dezembro de 2012 estava ligeiramente acima de € 1,0 mil milhões, valor este 23,8% superior ao verificado na mesma data em 2011. A carteira de activos financeiros disponíveis para venda (*Available For Sale* ou AFS) do Banco, constituída maioritariamente por activos líquidos de rendimento fixo, era superior em 39% no final do ano de 2012, ascendendo a € 700 milhões. O crédito cresceu 21%, para € 193 milhões em comparação com os € 159 milhões registados no final do ano anterior. O crédito representou 19% do total dos Activos Líquidos, tanto no fim de 2012 como de 2011, tendo diminuído em percentagem dos Depósitos de Clientes para 35% a 31/12/2012, face a 36% registados a 31/12/2011. Excluindo alguns activos financeiros com colaterais (*asset backed securities*) classificados como crédito de acordo com a IAS 39, o crédito a Clientes representava, a 31/12/2012, 4,2% dos Depósitos de Clientes, o que compara com 6,5% em 31/12/2011. Este facto reflecte a reduzida ênfase do modelo de negócio do Banco no crédito comercial e para consumidores. O rácio de Crédito Vencido/ Total de Crédito era de 0,1% em 31/12/2012, comparativamente a 0,3% no mesmo período em 2011.

As principais fontes de financiamento do Banco são (i) depósitos de Clientes de retalho, (ii) acordos de venda/recompra estabelecidos com contrapartes de mercado, entre as quais o Banco Central Europeu (BCE), através de Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado ou ORPA, e a plataforma EUREX Repo para prazos geralmente mais curtos e (iii) os capitais próprios. O Banco ainda não emitiu qualquer dívida. A 31/12/2012, os depósitos de Clientes ascendiam a € 544 milhões, representando um aumento de 23% relativamente à mesma data de 2011. O financiamento obtido junto do BCE, líquido dos depósitos junto desta entidade diminuiu face ao final de 2011 e a tendência, assumindo condições normais de mercado, será de diminuição

gradual (ver Políticas Prospectivas na Gestão de Financiamento e Capital). O valor do capital social manteve-se inalterado em € 104 milhões. Os capitais próprios aumentaram para € 172 milhões devido ao aumento dos resultados e à melhoria da Reserva de Justo Valor em capital próprio durante 2012. Dado que grande parte dos activos do Banco são detidos para negociação ou venda e se encontram avaliados a preços de mercado (*marked to market*), os impactos positivos ou negativos reflectem-se directamente nos resultados ou no capital. O valor dos capitais próprios é líquido de uma dedução de € 9,4 milhões de dividendos antecipadamente pagos em Novembro de 2012.

Resumo:

- **Aumento de 142% no Produto Bancário para € 80,3 milhões, face a € 33,2 milhões em 2011;**
- **Margem Financeira estável de € 18,7 milhões em 2012, face a € 19,8 milhões em 2011;**
- **Ligeira diminuição das comissões em função de menor volume de transacções de Clientes durante o ano;**
- **Acentuado aumento de receitas líquidas da área de Tesouraria e Mercados de Capitais para € 54,8 milhões, face a € 4,1 milhões em 2011;**
- **Resultados por acção de € 0,309 em 2012, comparativamente a € 0,026 em 2011 e € 0,233 em 2010;**
- **Rendibilidade dos capitais próprios médios de 26,9%, comparativamente a 2,9% em 2011 e 17,3% em 2010;**
- **Aumento de 24% do Total de Activos Líquidos para € 1,0 mil milhões;**
- **Crescimento de 23% nos Depósitos de Clientes para € 544 milhões;**
- **Activos sob Supervisão em 31/12/2012 de € 1,5 mil milhões, superiores em 38% ao registado no ano anterior;**
- **Rácio de Crédito / Depósitos de Clientes de 35% em 31/12/2012 e 36% em 31/12/2011;**
- **Crédito Vencido / Total de Activos Líquidos de 0,03% em 31/12/2012, comparativamente a 0,04% em 31/12/2011;**
- **Rácio Core Tier I de 31,9% em 31/12/2012, que compara com 32,5% em 31/12/2011.**

Enquadramento Operacional 2012

Programa de Ajustamento Económico para Portugal

Muitos factores influenciaram o enquadramento operacional e o desempenho do Banco durante o ano de 2012, mas nenhum mais do que os termos e eventos relacionados com o extenso Programa de Ajustamento Económico e Financeiro acordado entre Portugal e o FMI/UE/BCE (*"Troika"*) com o intuito de evitar o iminente colapso financeiro do Estado em 2011. Decorridos praticamente dois anos do início do programa com foco nas questões imediatas e estruturais de Portugal, e mais de cinco anos após os mercados terem começado a reavaliar o risco à escala global, o enquadramento operacional evoluiu dramaticamente. Os riscos e as oportunidades têm aumentado. A reacção do Banco ao contexto económico em deterioração, assim como às crescentes pressões regulatórias, fiscais, laborais, sociais, concorrenciais e de negócio, são discutidas na presente secção e ao longo do Relatório de Gestão. De uma forma geral, em virtude do modelo de negócio do Banco e do seu perfil de Balanço, marcado por uma posição excedentária em termos de liquidez e níveis confortáveis de capital, quer no início como no decurso da crise, o BiG tem apresentado um desempenho positivo, tendo em consideração designadamente os eventos com impacto negativo no sector bancário.

Destaque para os seguintes aspectos:

- *O Banco não emitiu dívida para suportar as suas actividades de balanço; e*

- *O Banco não solicitou nem necessitou de assistência do Estado, em qualquer momento, de forma directa ou indirecta, para cobrir as suas necessidades de financiamento ou capital, sob a forma de garantias, obrigações convertíveis ou capital.*

Os pilares do Programa de Ajustamento Económico de € 78 mil milhões – *Estabilidade Financeira, Consolidação Orçamental e Reforma Estrutural* – visam endereçar as principais razões pelas quais Portugal e as suas instituições necessitaram de assistência externa pela terceira vez desde 1977, e representam um plano para a estabilização da economia, a correcção de distorções e a promoção de crescimento no longo-prazo.

A componente de *Estabilidade Financeira* do programa encontra-se concebida de forma a reforçar, nos casos aplicáveis, a liquidez e capitalização do sistema bancário, enfraquecidas pela crise da dívida soberana Europeia e pelo impacto na qualidade de activos decorrente da conjuntura económica recessiva. O programa de ajustamento e o papel do BCE têm, conjuntamente, endereçado problemas específicos do sector bancário, tais como: (i) a substancial falta de financiamento entre os maiores bancos comerciais durante o auge da crise, potenciada pelo endividamento excessivo e exacerbado pela súbita inacessibilidade dos Bancos aos mercados para suporte das suas actividades de balanço; e (ii) a necessidade dos Bancos simultaneamente se desalavancarem e recapitalizarem num contexto relativamente desfavorável para ambos os objectivos. *Estes factores conduziram a taxas mais elevadas nos depósitos e a uma relativa escassez de crédito numa economia já de si sobre-endividada.*

A *Consolidação Orçamental* endereça a necessidade do Governo e entidades relacionadas reduzirem os desequilíbrios e ineficiências orçamentais, as quais têm sido disfarçadas, durante anos, pelo recurso a níveis crescentes de dívida. As medidas ao dispôr do actual Governo encontram-se limitadas a uma combi-

nação de acréscimo de receitas através de sucessivos aumentos de impostos, tanto directos como indirectos, vendas de activos através de privatizações, e eventuais reduções do lado da despesa. *Durante 2012, a urgência destes eventos afectou transversalmente o negócio do Banco: desde a forma como antecipamos preços de activos e passivos, até ao montante de impostos que suportamos, incluindo decisões estratégicas e orientação sobre investimentos, a forma como vemos as oportunidades de crescimento, o volume dos negócios num contexto de recessão e as práticas de remuneração e retenção de colaboradores, entre outros.*

A *Reforma Estrutural* deverá procurar racionalizar e redefinir, no longo prazo, a forma como o Estado intervém na Sociedade e, caso a sua implementação seja bem sucedida pelo actual e pelos futuros Governos, terá um provável impacto abrangente no negócio do Banco. *As mudanças na forma de funcionamento do Estado, o papel do sector privado, as reformas nas leis laborais, fiscalidade e sistema judicial, a título de exemplo, poderão constituir factores críticos para assegurar condições de igualdade em concorrência em Portugal e, ao longo do tempo, afectar positiva e significativamente o enquadramento operacional do Banco.*

Políticas Contabilísticas Relevantes

As políticas contabilísticas relevantes utilizadas pelo Banco são discutidas em detalhe nas *Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas*. Das políticas utilizadas, a mais importante para o Banco corresponde à utilização do justo valor para a avaliação de instrumentos financeiros, que são geralmente activos líquidos de rendimento fixo ou variável, e que constituem grande parte da carteira de activos remunerados e, portanto, do próprio Balanço. Perante a ocorrência de eventos que reduzem a transparência e/ou liquidez nos mercados, como tem vindo a ocorrer ocasionalmente nos últimos

anos, a utilização desta política pode ter um impacto significativo na forma como os activos financeiros são avaliados pelo mercado e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras do Banco.

De acordo com o definido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) na IAS 39, o justo valor é a quantia pela qual um activo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não exista relacionamento entre elas. Esta definição pressupõe a existência de partes interessadas, i.e. liquidez de mercado, facto que pode não se verificar com determinados activos durante períodos de alterações excepcionais no mercado. O conceito de justo valor através de avaliações *marked to market* revela-se adequado em mercados eficientes e transparentes, e menos preciso em mercados ilíquidos ou inactivos.

Como regra, os activos detidos para negociação (*trading*) são mensurados pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas na demonstração de resultados. Similarmente, os activos detidos para venda (*available for sale*) são mensurados pelo justo valor, com as respectivas flutuações reconhecidas em reservas na rubrica de capital próprio, até que se reconheça uma imparidade. Nesse momento, transferem-se para resultados as perdas reconhecidas em reservas. **Uma vez que o Banco BiG não detém activos até à maturidade (*Held to maturity* de acordo com o definido pela IAS), todos os activos financeiros detidos pelo Banco e não classificados como crédito são enquadrados nas duas categorias acima referidas e, conseqüentemente, avaliados pelo justo valor e reflectidos como tal nas demonstrações financeiras.**

Políticas contabilísticas e eventos que podem assumir particular relevância incluem:

Pricing: Na determinação do justo valor de um determinado activo financeiro, o Banco

considera o preço de compra disponível no mercado (*bid-price*). Na ausência de cotações ou na presença de preços de mercado que, na opinião do Banco, possam não ser realistas, o justo valor pode ser determinado com recurso a (i) avaliações baseadas em transacções recentes ou semelhantes, executadas sob condições de mercado normais, metodologias de *cash flows* descontados e modelos de avaliação baseados em opções, os quais podem ser customizados tendo em vista reflectir as circunstâncias de um determinado instrumento financeiro e (ii) avaliações baseadas em informação de mercado.

Controlo sobre avaliação de instrumentos financeiros: As infra-estruturas de controlo são independentes das áreas de geração de receitas. Estes processos, conjuntamente com as metodologias acima referidas, são definidos pela Administração e controlados pelas funções de auditoria interna e externa do Banco.

Reclassificação: Conforme reportado em 2010, em Fevereiro desse ano, o Banco vendeu um conjunto de activos detidos até à maturidade, os quais, de acordo com a IAS 39, foram reclassificados como activos disponíveis para venda, e reavaliados pelo justo valor. Este facto resultou num proveito e, de acordo com a IAS 39, no impedimento do Banco deter activos até à maturidade por um período de dois anos após a ocorrência deste evento. Apesar de ser possível o Banco deter activos financeiros até à maturidade a partir de 2013, a Administração não tem, no imediato, planos para se desviar da prática de valorização a preços de mercado (*marked to market*) de todo o seu inventário de activos financeiros, através das suas carteiras de negociação ou de de activos disponíveis para venda.

De uma forma geral, durante 2012 verificou-se uma melhoria da liquidez, os mercados revelaram-se mais calmos e o número de eventos extraordinários, que em certos momentos dificultaram a aferição do justo valor durante o ano de 2011, foi mais reduzido.

Impacto em Capital e Solvabilidade

T.3

(Euro)

Capital	2012	2011	2010	2009	2008
Capital	104.000.000	104.000.000	89.088.810	87.570.000	87.570.000
Prémios de Emissão	1.362.281	1.362.281	9.343.753	8.886.393	8.886.393
Acções Próprias	-1.171.567	-1.323.065	-1.583.087	-433.261	-2.116.274
Reserva de Justo Valor	-1.183.677	-87.279.347	-38.016.812	-2.917.071	-13.942.332
Outras Reservas e Resultados Transitados	46.487.985	47.968.877	28.848.342	23.250.556	20.545.663
Resultado Líquido do Exercício	32.166.525	2.505.595	20.459.890	12.329.102	6.425.930
Capitais Próprios	172.301.703	67.234.341	108.140.896	128.685.719	107.369.380
Fundos Próprios	161.869.909	146.510.409	123.177.367	106.451.029	94.543.031
Rácio TIER 1	31,9%	32,5%	36,2%	32,8%	31,0%

O capital social do Banco manteve-se inalterado face ao ano anterior, ascendendo a € 104 milhões. As flutuações positivas da Reserva de Justo Valor reflectem o aumento dos preços de mercado dos activos, maioritariamente activos de rendimento fixo, classificados como disponíveis para venda. Em resultado do aumento de resultados e de melhorias consideráveis no valor dos activos financeiros disponíveis para venda, que se reflectem na Reserva de Justo Valor, o valor do capital próprio aumentou 156% para € 172 milhões. Este valor inclui o impacto de um dividendo antecipado no valor de € 9,4 milhões, pago aos accionistas em Novembro de 2012, com base nos resultados certificados do Banco para o período de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 2012. Os Fundos Próprios, calculados de acordo com o normativo do Banco de Portugal, ascendiam a € 162 milhões em 31/12/2012, superiores aos € 147 milhões registados no final de 2011.

O rácio Core Tier 1 do Banco era de 31,9% no final de 2012, tendo-se mantido consistentemente bastante acima dos valores mínimos regulamentares, sob as condições de mercado mais exigentes. Consequentemente, o Banco não é afectado pelas discussões políticas e regulatórias sobre os requisitos mínimos de capital e/ou entradas obrigatórias de novo capital que afectam alguns dos maiores bancos Portugueses. O elevado nível de solvabilidade

reflecte a visão conservadora da Administração relativamente a alavancagem, crescimento dos activos e rentabilidade sustentável dentro dos limites razoáveis de tomada de risco. Outros factores incluem o enquadramento competitivo e regulatório e a necessidade de assegurar que a tomada de riscos é devidamente remunerada.

De entre os diversos testes de esforço efectuados diariamente pelo Banco incluem-se testes de *stress* de solvabilidade, introduzidos pela Administração durante o auge da crise das dívidas soberanas em 2011 e mantidos, com modificações, deste então. Estes foram definidos para avaliar o impacto no nosso rácio Tier 1 de alterações improváveis, mas tecnicamente possíveis, no sentimento de mercado, com potencial impacto directo nos rácios de solvabilidade do Banco. Os resultados de alguns

cenários extremos analisados pela Administração a 31/12/2012 são apresentados abaixo e discutidos com maior detalhe na secção GESTÃO DE RISCO do presente relatório e na Nota 38. Estes resultados assumem a combinação de dois eventos extremos: (i) descontos na dívida soberana, os quais (ii) se requerem ser simultaneamente reconhecidos como imparidades com os correspondentes movimentos na Reserva de Justo Valor e nos resultados do Banco.

Os cenários assumem os descontos verificados na tabela T.4 face ao valor nominal de títulos de dívida de três países que se encontram no centro da crise da dívida soberana.

Os resultados do impacto teórico no rácio de solvabilidade do Banco no final de Dezembro de 2012 em cada cenário seriam os verificados na tabela T.5.

T.4

Testes de Stress Cenários extremos	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Portugal	Considerar as reservas de reavaliação como resultados	30%	50%
Espanha		20%	30%
Itália		10%	20%

T.5

Dezembro 2012 - Cenários Extremos - Rácio Tier 1 Teórico	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Core TIER I	31,0%	26,5%	17,2%
TIER I	31,0%	26,5%	17,2%
Core TIER II	0,1%	0,1%	0,1%
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	31,1%	26,6%	17,3%

Os testes de *stress* apresentados são de cariz interno. Através do Processo de Avaliação de Adequação de Capital Interno (ICAAP) do Banco, é adicionalmente analisada a forma como, num cenário de crise severa, seria gerido o Balanço do Banco, em termos de geração de liquidez e/ou aplicação dos capitais próprios. Esta aferição incorpora riscos de mercado, de crédito e operacionais e, quando combinada com análises de cenários diárias, conforme descrito anteriormente e na secção de GESTÃO DE RISCO do presente relatório, constitui a base para a avaliação permanente pela Administração relativamente à adequação do capital do Banco.

Impacto na Liquidez e Recursos

Durante o ano de 2012, os mercados acalmaram consideravelmente, em particular após as declarações do BCE e a adopção de medidas pela UE com o intuito de resolver a crise da dívida soberana e aumentar a confiança dos investidores. Neste contexto, a Administração geriu activamente e alterou frequentemente o foco da carteira de instrumentos de crédito do Banco ao longo do ano. As principais categorias de activos remunerados aumentaram 36% face ao ano anterior e o Total do Activo Líquido aumentou 24%, para € 1,0 mil milhões face ao ano de 2011. Os activos remunerados médios do ano ascenderam a € 856 milhões, cerca de 9% acima da média em 2011, ano em que a volatilidade do mercado encorajara a Administração a manter um inventário inferior de activos disponíveis para venda. De uma forma global, o aumento de activos foi financiado por um crescimento de 23% nos depósitos, essencialmente de Clientes de retalho, para € 544 milhões, e por níveis mais elevados de capital. Outras fontes

de financiamento, incluindo acordos de recompra junto do BCE e EUREX Repo, que o Banco integrou como membro em 2011, diminuíram face ao ano anterior. O crédito tradicional permaneceu um segmento não estratégico. Este factor chave no modelo de negócio do Banco, para além de reduzir o valor de activos ilíquidos detidos que requerem financiamento mas que não são mensurados a justo valor e que se revelam frequentemente menos rentáveis, permitiu ao Banco evitar muita da deterioração da qualidade do crédito que afecta os bancos comerciais tradicionais em Portugal.

Similarmente a anos anteriores, a maioria dos activos do Banco são activos financeiros razoavelmente líquidos, sendo detidos para negociação ou disponíveis para venda (AFS). Desta forma, todos os activos são mensurados a valores de mercado, com os respectivos resultados considerados na Demonstração de Resultados, no caso dos activos detidos para negociação, e na Reserva de Justo Valor do Balanço, no caso dos AFS. Não obstante o impacto em resultados e capital, especialmente em condições de mercado voláteis, a Administração acredita que deter e negociar activos através das carteiras de activos detidos para negociação ou detidos para venda permite uma maior flexibilidade na gestão de posições, encoraja a disciplina nas tomadas de posição e o crescimento do Balanço, e tem resultado numa política de absoluta transparência na avaliação de activos financeiros. Estas políticas, juntamente com a manutenção de uma carteira de activos permanentemente disponíveis e livres de encargos, garantindo níveis de liquidez confortáveis, têm sido críticas para a gestão dos eventos extraordinários ocorridos antes e ao longo das actuais e voláteis condições de mercado.

O modelo de negócio do Banco é deliberadamente menos focado na concessão de crédito que o de outras instituições financeiras, conforme reflecte o rácio Crédito/Depósitos de 35% no final do ano de 2012. Este valor inclui como crédito o montante de € 169 milhões correspondente a activos financeiros com colaterais de hipoteca, classificados nessa rubrica. Tal como em 2011, esta categoria reflecte uma menor procura por crédito para suportar as contas margem, as quais tendem a reduzir-se em condições de mercado mais voláteis ou negativas.

As principais fontes de financiamento durante 2012 foram (i) depósitos de Clientes de retalho, que aumentaram 23% face ao ano anterior para € 544 milhões (ii) financiamento através de acordos de recompra com o BCE, que diminuíram ligeiramente face ao ano anterior, líquidos do valor dos depósitos no BCE (iii) financiamento com base em acordos de recompra através da EUREX REPO, que o Banco BIG integrou enquanto membro durante 2012, ou de outros participantes no mercado e (iv) capitais próprios mais elevados. O Banco não emite títulos de dívida e, consequentemente, não é afectado pelo acesso limitado aos mercados internacionais sentido pelos bancos de países sujeitos a programas de ajustamento. O Banco participa no mercado interbancário nacional, num nível reduzido e somente enquanto credor. Como política, o Banco mantém junto do BCE e da EUREX REPO uma almofada de liquidez por utilizar, constituída por títulos elegíveis detidos pelo Banco, cujo valor corresponde, num dado momento, a aproximadamente 1/3 dos depósitos de Clientes. Valores superiores de liquidez podem ser obtidos através da venda de parte dos activos detidos, dentro de um período de tempo relativamente curto (ver Nota 38).

T.6

(Euro 000)

Impacto de Liquidez e Recursos	2012	2011	2010	2009	2008
Crédito Concedido / Depósitos de Clientes	35,4%	36,2%	12,8%	18,6%	9,9%
Activos Remunerados / Total do Activo Líquido	76,8%	72,0%	87,7%	64,8%	59,8%
BCE	260.248	238.323	360.164	230.783	84.012
Outros Recursos	6.481	48.896	38.943	9.560	9.789
Depósitos de Clientes / Total Passivo e Capital	53,0%	53,1%	36,9%	43,4%	52,7%

Impacto nos Resultados

T.7

(Euro 000)

Impacto nos Resultados	2012	2011	2010	2009	2008
Produto Bancário	80.328	33.177	52.054	36.524	24.348
Custos Operacionais (antes de imparidades)	-25.531	-15.751	-20.191	-17.800	-13.859
Imparidades	-6.294	-13.987	-5.751	-3.115	-1.243
Resultados de Associadas	23	88	292	-793	-404
Resultados Antes de Imposto	48.526	3.527	26.404	14.815	8.842
Impostos	-16.359	-1.021	-5.945	-2.486	-2.416
Resultado Líquido	32.167	2.506	20.460	12.329	6.426

No exercício de 2012, o Produto Bancário aumentou 142% para € 80,3 milhões, o Resultado Líquido ascendeu a € 32,2 milhões, face a € 2,5 milhões no ano anterior, e a rentabilidade média dos capitais próprios do Banco foi de 26,9%.

Os resultados obtidos pelo Banco durante um dos piores anos na história recente do sector bancário português, tiveram por base alguns factores, dos quais realçamos:

- (i) O posicionamento do Banco no sentido de beneficiar de uma mudança antecipada no sentimento do mercado face ao risco português e outras classes de activos europeus, os quais haviam sido negativamente afectados por programas de austeridade a nível nacional e Europeu em curso desde 2011;
- (ii) A relativa imunidade do Banco face a perdas relacionadas com actividades de crédito, as quais, para a generalidade do mercado, resultaram da combinação entre o impacto da crise económica decorrente da austeridade e as exuberantes políticas de expansão de balanço por parte dos maiores bancos antes do início da crise.

No seguimento de um ano de 2011 altamente volátil, que incluiu entre outros aspectos, o reconhecimento de perdas relativas às exposições financeiras à Grécia e menores proveitos associados à actividade bancária em geral, o Banco adoptou uma postura disciplinada face a mudanças percebidas no sentimento dos investidores em 2012. Os aspectos potencialmente devastadores da instabilidade

económica e da mudança de paradigma intensificaram o foco da Administração nos princípios fundamentais de gestão de liquidez, flexibilidade de Balanço, transparência contabilística, controlo de custos e riscos, e na conveniência de manter níveis excessivos de capital durante períodos exigentes. *Estes aspectos, em conjunto com uma ausência de problemas herdados do passado, que comparativamente têm vindo a afectar grande parte da concorrência – designadamente, falta de financiamento decorrente do excesso de crédito, o consequente aumento das perdas de crédito, e níveis de capital insuficientes ou inadequados, entre outros – permitiram ao Banco alcançar resultados mais elevados e apresentar indicadores de balanço sólidos em 2012.* Tendo em consideração as circunstâncias, a margem financeira e as comissões líquidas do Banco apresentaram alguma resiliência, e o negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais atingiu receitas recorde, após um ano de 2011 decepcionante. No que concerne às diferentes linhas de negócio (ver RESULTADOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO DE NEGÓCIO), o negócio de retalho especializado do Banco gerou € 11,9 milhões de Proveitos Líquidos, 5% acima de 2011. As receitas da área de Clientes Empresariais e Institucionais diminuíram 27% face ao ano anterior, associadas a um menor fluxo de transacções. As oportunidades referentes a activos de rendimento fixo, produtos de crédito e a maior actividade de Clientes explicam as receitas líquidas de € 48,7 milhões na área de Tesouraria e Mercado de Capitais, que comparam com o prejuízo de 2011, o qual incluiu imparidades associadas ao programa

Grego promovido pela UE de envolvimento do sector privado (PSI).

Do lado da despesa, os custos com remunerações e outras despesas operacionais aumentaram, na sequência de um ano de cortes severos em 2011, ainda que com uma taxa de crescimento inferior à do produto bancário. Consequentemente, **o rácio de eficiência do Banco melhorou significativamente para 31%, comparativamente a 48% no ano anterior.**

As imparidades no valor de € 6,3 milhões (€ 14,0 milhões em 2011) incluíram o remanescente de dívida soberana Grega não provisionada na totalidade em 2011, a qual foi vendida no início de 2013, bem como provisões para outros activos financeiros de taxas fixa e variável, detidos para investimento e disponíveis para venda. A provisão para impostos do Banco aumentou para € 16,4 milhões, representando uma taxa de imposto de 33,7%, que compara com 29% em 2011 e 23% em 2010. Esta taxa decorre do aumento de resultados tributáveis, em combinação com a tributação de emergência imposta pelo Governo tendo em vista cumprir os objectivos orçamentais agressivos exigidos pela *Troika* de credores externos, e que afectam negativamente toda a economia. Estima-se que o imposto especial sobre os passivos do Banco, definido para tributar a parte do financiamento não coberta por depósitos de Clientes e capital, tenha tido um impacto de € 270.000 no exercício.

T.8

(Euro)

Dividendos	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Dividendo por Acção	0,150 €	- €	0,0325 €	0,065 €	0,050 €	0,050 €	0,040 €	0,030 €
% Resultado Distribuído Individual	49%	0%	15%	46%	61%	34%	42%	42%

Impacto na Política de Dividendos

O Banco não mantém uma política rígida de distribuição de dividendos, privilegiando sempre o aumento de Fundos Próprios e distribuindo, por norma, menos de metade do Resultado Líquido, em linha com as recomendações dos reguladores nesta matéria. Em 2012, com base no aumento substancial dos resultados e dos capitais próprios, o Conselho de Administração procedeu a um pagamento antecipado de dividendos, no valor de € 0,09 por acção, em Novembro de 2012, tendo por base os resultados certificados do período de 1 de Janeiro de 2012 – 30 de Setembro de 2012. Este evento teve também como enquadramento a decisão dos Accionistas tomada em Abril de 2012 no sentido de suspender os dividendos relativos ao ano anterior. A Administração irá ainda propor o pagamento de um dividendo adicional de € 0,06 em 2013, relativo aos resultados de 2012, condicionado à evolução das condições de mercado e à aprovação pelos Accionistas em sede de Assembleia Geral. Para o ano completo, e no pressuposto que este último dividendo venha a ser aprovado, o total de dividendos irá totalizar € 0,15 por acção, correspondentes a uma distribuição de 49% dos Resultados Líquidos, em linha com a média dos anos anteriores. A história recente de *payouts* do Banco, que começou a distribuir dividendos relativos ao exercício de 2003, encontra-se abaixo deste valor.

Impacto no Crescimento Orgânico

A estrutura do Banco é transparente, flexível, atenta aos riscos do mercado e apta a responder de forma célere a eventuais oportunidades de negócio. A liquidez, a qualidade dos seus activos e o seu perfil de capital são características fortes do

Banco. Excepto no que concerne a investimentos em sistemas, ajustamentos na gestão diária de cada uma das linhas de negócio e uma maior precaução dada a volatilidade do contexto político-económico, **os eventos em curso não ditaram alterações materiais na estratégia do Banco.** Analisamos continuamente as diferentes áreas de negócio de forma a definir novas formas de investir capital, aumentar as receitas, reduzir custos e aumentar a eficiência interna. Esta prática deverá manter-se no futuro.

Durante 2012, o Banco lançou uma importante actualização da sua plataforma na internet, prosseguiu com as melhorias planeadas dos sistemas internos, em curso desde 2010, efectuou melhorias em duas agências já abertas (Expo e Maia), planeou a abertura já em Janeiro de 2013 da 14.ª agência (Rotunda da Boavista no Porto) e aumentou a rede de caixas automáticas para um total de 30. Foram admitidos novos colaboradores para áreas específicas do Banco, em antecipação a um crescimento da actividade de Clientes, ascendendo o número total de colaboradores, excluindo os membros do Conselho de Administração, a 166 em 31/12/2012, comparativamente a 160 na mesma data em 2011. A Administração não planeia reduções no número de colaboradores em 2013.

Impacto no Enquadramento Concorrencial

O enquadramento concorrencial sofreu alterações significativas durante 2012, as quais a Administração prevê que se mantenham por algum tempo. No contexto do programa de ajustamento imposto pela *Troika* e da mudança das agendas políticas e regulatórias ao nível europeu,

uma parte relevante dos bancos concorrentes em Portugal viu-se forçada a deslavar, ajustar os preços em função do risco, reconsiderar fontes de financiamento alternativas e gerir as necessidades de obtenção de capitais para atingir os novos níveis estabelecidos. O mercado interno tem sentido os efeitos da contração do balanço dos bancos, resultantes numa menor disponibilidade de crédito e, quando disponível, com *spreads* muito superiores. O resultado dos testes de *stress* realizados pela EBA – Autoridade Bancária Europeia – em 2011 aos maiores bancos europeus obrigou vários bancos portugueses a aumentarem o seu capital ou aceitarem injeções de capital por parte do Estado, através de fundos disponibilizados pela *Troika* para este efeito. Em virtude destes eventos, o processo de ajustamento de alguns dos concorrentes do Banco tem incluído reduções de pessoal, encerramento de agências, desinvestimentos, alterações na gestão e, com maior relevância, a necessidade de conviverem com o Estado enquanto accionista, contingente ou directo, ainda que temporariamente.

Não obstante, o mercado, a nível doméstico e internacional, é altamente competitivo, e esperamos que assim se mantenha. Portugal continua a ser um mercado relativamente concentrado, com 5 instituições de crédito detendo conjuntamente uma quota de mercado de aproximadamente 70%. Dezenas de outros bancos domésticos ou estrangeiros de pequena e média dimensão partilham a restante quota de mercado. Consequentemente, enfrentamos concorrência em todas as nossas linhas de negócio por parte de um conjunto alargado de operadores domésticos, e, em certas linhas de negócio, de operadores internacionais. O Banco enfrenta ainda competição intensa por parte das empresas internacionais de auditoria e consultoria, cujos serviços se sobrepõem

aos serviços prestados pelo Banco em áreas como a assessoria a empresas.

Com o agravamento da recessão e o decurso do processo de ajustamento, esperamos que o nível de concorrência aumente no mercado. As principais linhas de negócio do Banco são potencialmente as mais atractivas para os concorrentes, uma vez que estes poderão estar a viver dificuldades nos seus negócios *core* ou a procurar aumentar quotas de mercado nesses segmentos de negócio. Inversamente, o BiG geralmente não tem concorrido nas áreas que se têm revelado mais problemáticas para o sector, nomeadamente a área de crédito comercial e a consumidores, que em nossa opinião apresentavam rácios de *risk/reward* desajustados do perfil de risco conservador do Banco e de uma, em nossa opinião, sã gestão bancária.

Estamos preocupados com as actividades dos concorrentes que têm beneficiado, directa ou indirectamente, da assistência do Estado. Acolhemos com agrado o crescente escrutínio das autoridades da concorrência europeias e as medidas promovidas pela *Troika* no sentido de reduzir as distorções estruturais do mercado, que por muito tempo foram consideradas normais em Portugal e que estiveram igualmente na base da actual crise económica.

Estratégia de Balanço

Os activos e passivos do Banco BiG aumentaram face ao ano anterior, devido à entrada significativa de depósitos estáveis de Clientes de retalho e a um maior nível de capital total, os quais financiaram uma

maior e mais diversificada carteira de activos disponíveis para venda, constituída maioritariamente por activos líquidos de rendimento fixo. O crédito também aumentou face ao ano anterior, mas corresponde maioritariamente a activos financeiros com colaterais de hipotecas, classificados como crédito de acordo com as disposições da IAS 39, ao invés de representar um aumento de crédito ilíquido a consumidores ou Empresas (ver *Análise de Balanço* em RESULTADOS DE OPERAÇÕES). De uma forma geral, as modificações na natureza do Balanço são graduais, não se verificando diferenças materiais nos níveis de activos registados no final do ano face a outras datas ao longo do exercício.

A atenção dada pelo Banco à dimensão e composição do seu Balanço constitui um dos nossos exercícios de gestão de risco mais importantes. Os activos e passivos podem alterar-se em função das actividades de Clientes, condições do mercado e oportunidades de negócio. Todavia, a dimensão e a composição do Balanço do Banco em cada momento reflecte (i) a tolerância global ao risco, (ii) a natureza e disponibilidade de fontes de financiamento estáveis e (iii) o nível de capitais ou fundos próprios do Banco. O processo envolve revisão regular e o planeamento das oportunidades de investimento disponíveis e estratégias de financiamento através do ALCO – Comité de Activos e Passivos, limites de crescimento do Balanço por linha de negócio, classe de activos ou concentração, monitorização diária dos indicadores chave pela Gestão de Risco, e o uso de análise de cenários e testes de *stress* como instrumentos disciplinadores essenciais. A grande maioria dos activos remunerados do Banco são classificados

como disponíveis para venda, mensurados diariamente a preços de mercado, utilizados na gestão da exposição do Banco aos movimentos das taxas de juro e no investimento de excedentes de liquidez.

Os últimos seis anos proporcionaram um conjunto significativo de testes à capacidade de gestão do Banco de eventos extraordinários, nomeadamente crises bancárias sem precedentes, falências de grandes bancos internacionais, recessões nas economias ocidentais, crise de dívida soberana na Zona Euro, um fluxo de novas regulações e os desafios de operar num País “resgatado”, cuja notação de *rating* e perspectivas sofreram fortes impactos num curto período de tempo. A Administração acredita que a solidez financeira do Banco é o resultado de alguns conceitos básicos que orientam a forma como gerimos o nosso negócio e que visam assegurar a nossa independência:

- Gerimos o nosso negócio e Balanço de forma a sermos largamente independentes do mercado inter-bancário de financiamento e procuramos manter um perfil estrutural de liquidez confortável em cada momento;
- Operamos tradicionalmente com uma alavancagem global baixa – 6x menor que o rácio activo bruto/capitais próprios no final de 2012 – e níveis de adequação de capital bastante acima do legalmente exigido;
- Concentramo-nos na construção de uma base estável de depósitos de Clientes, na disponibilização de plataformas de negociação e serviços de aconselhamento para Clientes;
- Desafiamo-nos diariamente com testes de *stress* – considerando

T.9

(Euro 000)

Indicadores-Chave de Balanço	2012	2011	2010	2009	2008
Total do Activo Líquido	1.026.193	828.983	900.763	703.350	563.068
Activos Remunerados	980.855	755.787	832.681	512.631	366.019
Investimentos Detidos até a Maturidade	0	0	0	141.753	134.538
Crédito Concedido / Activo Líquido	18,8%	19,2%	4,7%	8,1%	5,2%
Recursos do Banco Central	260.248	238.323	360.164	230.783	84.012
Recursos de Outras Instituições de Crédito	6.481	48.896	38.943	9.560	9.789
Depósitos de Clientes	543.830	440.568	332.185	304.985	296.490

cenários altamente conservadores – a todas as exposições de risco, analisando igualmente o impacto dos mesmos nos principais rácios de capital;

- Consideramos a transparência contabilística e processos organizados de gestão de risco como instrumentos críticos no controlo da dimensão do Balanço, na maximização da eficiência a nível interno e no controlo dos *earnings at risk*;
- Adquirimos activos e negociamos produtos que compreendemos e que os nossos Clientes também compreendem.

Políticas Prospectivas na Gestão de Financiamento e Capital

Tal como nos anos anteriores, o Banco prevê manter no futuro próximo as actuais políticas inerentes ao seu modelo de negócio, traduzidas numa reduzida alavancagem e elevados níveis de capital e liquidez. De acordo com as condições do mercado, acreditamos que poderá ser necessário efectuar ajustamentos às diferentes áreas de negócio, oferta de produtos e canais de distribuição, no decorrer da actividade, tendo em vista aumentar o financiamento estável, assegurar a preservação do capital e melhorar as receitas.

Durante algum tempo, a base de activos remunerados do Banco focou-se em obrigações *investment grade* e títulos de dívida soberana emitidos por países membros da Zona Euro. Esta estratégia deverá manter-se, dado o perfil de risco das alternativas, considerando-se os

impactos legais, regulatórios e de mercado decorrentes da crise da dívida da Zona Euro. Por outro lado, na medida em que muitos dos emitentes anteriormente classificados com *investment grade* já não se encontram nesta categoria, o escrutínio do Banco sobre a qualidade do crédito deverá continuar a ser uma prioridade. A Administração espera que o rácio Crédito / Depósitos do Banco se mantenha inferior às médias de mercado durante o futuro próximo. Esta estratégia decorre da percepção do perfil de risco-retorno associado ao mercado de crédito tradicional ao longo de mais de uma década. Acreditamos que as actuais condições, caracterizadas pelo elevado nível de endividamento no sector empresarial português, poderão continuar a tornar pouco atractiva a alteração do actual perfil de activos remunerados em favor de um aumento de crédito tradicional.

A tabela T.11 apresenta a evolução dos depósitos de Clientes a partir de 2008 e as respectivas projecções até 2015, assumindo as actuais condições de mercado e a não existência de alterações significativas no modelo de negócio do Banco ou choques inesperados de mercado. A partir de 2010, intensificou-se a competição por depósitos no sector bancário em Portugal devido a um conjunto de factores centrais na actual crise. Esperamos assistir à continuidade desta tendência e antecipamos que durante algum tempo os custos de financiamento se mantenham em valores superiores aos médios registados antes da crise.

Complementarmente aos capitais próprios e depósitos, o Banco dispõe de outras fontes de financiamento, designadamente junto de bancos centrais e de outras entidades de mercado. Assumindo um crescimento moderado do Balanço, os planos de financiamento prevêem uma redução gradual do financiamento proveniente de bancos centrais e a sua substituição por depósitos, bem como a utilização de fontes alternativas de financiamento como acordos de recompra, via EUREX Repo, que o Banco integrou como membro durante o ano de 2011, ou com outras contrapartes de mercado. Para efeitos de planeamento, tomamos como pressuposto que o Banco não recorrerá ao mercado institucional de financiamento e que o acesso ao mercado interbancário não será retomado no futuro próximo.

Em virtude de um conjunto de razões estratégicas, o Banco tem utilizado o seu Capital de forma conservadora ao longo dos anos, prevendo-se igualmente a continuação desta tendência. **O Banco não solicitou nem necessitou de capital adicional dos seus accionistas desde 2001.** Ao longo dos anos, apesar do pagamento de dividendos num total de € 38 milhões desde 2004 (incluindo o pagamento antecipado e proposto para 2012), os capitais próprios do Banco aumentaram em virtude de resultados retidos e aumentos de capital pontuais, efectuados no âmbito de programas de opções de aquisição de acções ou de compra de acções.

T.10

(Euro)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013E	2014E	2015E
Carteira de Activos Financeiros (1)	209.670.675	450.441.703	703.185.081	517.019.566	717.502.967	753.378.118	791.047.024	830.599.375
% crescimento	n.a.	114,8%	56,1%	-26,5%	38,8%	5,0%	5,0%	5,0%
Crédito Líquido (2)	29.232.808	56.713.275	42.532.675	159.330.790	192.674.248	174.493.715	159.184.434	145.903.750
% crescimento	n.a.	94,0%	-25,0%	274,6%	20,9%	-9,4%	-8,8%	-8,3%

Fonte: Banco BiG

(1) Inclui activos financeiros detidos para venda, activos financeiros detidos para negociação e investimentos até à maturidade (não existentes a partir de 2010).

(2) Inclui, a partir de 2011, activos financeiros com colaterais de hipotecas (*mortgage-backed securities*), anteriormente considerados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda. Inclui papel comercial.

T.11

(Euro)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013E	2014E	2015E
Depósitos à Ordem	127.782.004	175.707.948	146.988.651	174.853.334	138.589.537	145.789.537	152.989.537	160.189.537
Depósitos a Prazo	135.769.083	109.993.780	173.924.834	251.279.933	384.936.557	419.849.206	454.761.854	489.674.503
Outros	32.938.677	19.283.279	11.271.148	14.434.672	20.304.069	30.456.104	33.501.714	36.851.885
Total de Recursos de Clientes	296.489.764	304.985.007	332.184.633	440.567.939	543.830.163	596.094.846	641.253.105	686.715.925
% crescimento	n.a.	2,9%	8,9%	32,6%	23,4%	9,6%	7,6%	7,1%

Fonte: Banco BiG

T.12

(Euro)

	2011	2012	2013E	2014E	2015E
Recursos de Bancos Centrais	238.322.892	260.247.778	190.247.778	129.368.489	97.026.367
% crescimento	n.a.	9,2%	-26,9%	-32,0%	-25,0%
Operações Venda / Recompra	48.895.643	6.480.594	56.480.594	67.776.712	71.165.548
% crescimento	n.a.	-86,7%	771,5%	20,0%	5,0%

Fonte: Banco BiG

T.13

	2008	2009	2010	2011	2012	2013E	2014E	2015E
Rácio Core Tier 1	32,7%	35,7%	36,2%	32,5%	31,9%	30,8%	30,0%	30,3%

Fonte: Banco BiG

Após a suspensão do pagamento de dividendos em 2012, relativamente aos resultados de 2011 e em linha com as recomendações do Banco Central, o Banco retomou o pagamento de dividendos no final do ano, procedendo a um pagamento antecipado em Novembro de 2012. A Administração espera retomar um padrão normal de distribuição de dividendos em 2013.

Base Accionista

Ao longo do ano de 2012, a composição da base accionista do Banco manteve-se relativamente inalterada. No final de 2012, o Banco tinha 136 accionistas registados. A distribuição das acções permanecia globalmente em linha com o ano anterior, com uma base accionista estável. Em 31 de Dezembro de 2012, 60% do Capital era detido por particulares, incluindo as posições pessoais da Administração. Os restantes 40% eram detidos por instituições e fundações. O principal accionista era um investidor particular que detinha uma posição de 11,43%. Do conjunto de accionistas registados em 31 de Dezembro de 2012, a soma das participações dos 6 maiores accionistas em conjunto tota-

lizava pouco mais de 50% do capital, enquanto a soma das participações dos 8 principais accionistas, todos com posições superiores a 2% cada, totalizava cerca de 58%. Os membros da Administração do Banco no seu conjunto representavam uma posição combinada de 15% do capital. Os grupos acima são meramente indicativos, uma vez que não existem quaisquer pactos entre accionistas (Nota 34).

Gestão de Risco

O negócio do Banco envolve a tomada e gestão de riscos. As políticas e práticas definidas tendo em vista o controlo destes aspectos fundamentais do nosso negócio são discutidas em detalhe neste relatório na secção de GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO.

Na gestão do risco da organização, a Administração revê os processos regularmente para garantir que estes são bem concebidos, organizados, independentes, objectivos, e quantificáveis. Os nossos processos de gestão de risco associados aos mercados globais, operações de crédito, processamento, tecnologia e riscos genéricos de

negócio, exigem um sistema integrado de políticas e controlos de modo a garantir a integridade do modelo de negócio do Banco e potenciar a sua estabilidade e rentabilidade. Subjacente a estes sistemas e processos está uma cultura de responsabilidade pessoal e vigilância mútua tendo em vista o interesse comum.

O Banco prossegue o objectivo de gerar receitas através de um conjunto diversificado de fontes – o que implica assumir um certo nível de risco – operando em linha com orientações prudentes e razoáveis. A regular e frequente comunicação interna das políticas de gestão de risco revela-se um factor crítico para todo o processo. Estas comunicações enfatizam, designadamente, o cumprimento de orientações regulatórias prudenciais, a capacidade de monitorizar apropriadamente transacções, o conhecimento dos Clientes, a compreensão dos mercados, o ambiente normativo em que o Banco opera e o nosso interesse por determinados riscos, tendo em conta as condições de mercado.

Durante 2012, o nível de transacções de Clientes em mercados regulados e de

balcão estabilizou, em linha com o claro afastamento dos Clientes de activos com risco ou produtos financeiros complexos em favor de liquidez ou depósitos tradicionais. Não obstante, o ritmo de angariação de novos Clientes aumentou, num período caracterizado por uma conjuntura de incerteza, em que os depositantes começaram a analisar, com maior rigor, a solidez e segurança do sector bancário. Dada a relevância dos factores confiança e percepção de risco no negócio bancário, a Administração tem procurado garantir que os processos do Banco respondam aos desafios de um mercado volátil, testando estes processos regularmente, estando igualmente atenta aos controlos e à preservação de um nível de disciplina interna apropriada aos eventos invulgares registados.

No Banco, de forma transversal, utilizamos diferentes técnicas para rever e analisar os riscos aos quais a nossa actividade está exposta, designadamente risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco reputacional e risco político. Estas técnicas incluem um conjunto de testes de *stress*, realizados diariamente, que envolvem testes às maiores classes de activos e carteiras em diferentes cenários. Incorporam conceitos de testes de *stress* tais como risco de concentração, cenários de liquidez e financiamento, entre outros, bem como potenciais alterações dos rácios de solvabilidade do Banco em condições inesperadas e improváveis. Os cenários são desenvolvidos pela Administração e pela equipa de risco de mercado, e geralmente coincidem ou são mais prudentes que as recomendações dos nossos reguladores. Simultaneamente, monitorizamos o *Value at Risk (VaR)* e os *Earnings at Risk* em tempo real durante o dia e utilizamos vários limites não estatísticos para avaliar o risco de mercado. Estes estão inter-relacionados com medidas básicas relacionadas com crédito e procedimentos operacionais para garantir uma sobreposição de controlos sobre todas as exposições significativas.

As exposições a crédito – associadas a uma carteira de activos remunerados líquidos – por comparação com um nível moderado de crédito a Clientes e transacções com contrapartes – mantiveram-se estáveis, enquanto a qualidade dos activos, medida através dos níveis actuais e históricos de crédito vencido e crédito vincendo, mantém-se em níveis satisfatórios. Tendo por base as análises das agências de *rating*, os *ratings* dos emitentes Portugueses e das emissões de diversos Estados Europeus e entidades financeiras registaram reduções durante o ano. As notações de *rating* internas e externas são utilizadas para medir níveis de perdas esperadas e avaliar as posições e a sua respectiva evolução. **As perdas relacionadas com crédito, bem como os custos associados com riscos operacionais, foram novamente negligenciáveis no exercício de 2012.**

Estes aspectos do nosso modelo de negócio, juntamente com a tecnologia necessária para suportar o processamento, contabilização, controlo e disponibilização ao Cliente final, são componentes essenciais dos nossos processos de gestão de riscos e de operações. Ambos envolvem os níveis mais séniores da Administração para assegurar eficiência de custos, níveis apropriados de investimento, controlos internos adequados e aderência a normas de *compliance*.

Outros Factores que Afectam o Nosso Negócio

O Banco gere vários riscos inerentes ao negócio bancário. Para além dos riscos resumidos acima, as condições económicas afectam o negócio do Banco, pelo que os riscos políticos que surgiram durante 2011 podem ter impacto nas perspectivas de negócio. Com início em 2010, a crise de dívida soberana que afectou a Zona Euro começou a expor as falhas na génese da moeda única, uma grande divergência de responsabilidade fiscal e produtividade

entre os países Europeus e diferentes percepções da capacidade de acesso ao crédito entre economias.

Não obstante, as sucessivas revisões em baixa, por agências de *rating* internacional, do *rating* da República e os efeitos de contracção resultantes do Programa de Ajustamento Económico, estão a ter impacto no crescimento, no emprego e na confiança dos investidores. Estas circunstâncias afectam directamente o nosso negócio. A perspectiva dos mercados financeiros globais relativamente à notação de *rating* de Portugal, às suas perspectivas económicas e ao sector bancário, no seu conjunto, afectam a receptividade das contrapartes em efectuar negócios com entidades de um país cuja notação de *rating* é *non-investment grade*, independentemente dos indicadores económicos individuais dos bancos localizados nesse país. Os grandes bancos portugueses, que dependem dos mercados externos para financiar parte das suas bases de activos, tiveram que lidar com limites no acesso a financiamento junto de outras instituições desde o início de 2010. Este factor, conjugado com fraqueza do mercado doméstico e o endividamento do sector privado redefiniu, abruptamente, a perspectiva do mercado sobre o risco de crédito, os *spreads* de crédito e o custo de acesso a financiamento por parte dos bancos.

Adicionalmente, a migração de quadros de qualidade para mercados mais atractivos e competitivos, conjugada com a apertada regulação e aumento dos impostos aplicados especificamente ao sector bancário, poderão afectar o nosso negócio caso se venha a tornar mais difícil reter colaboradores e recompensar o desempenho e o mérito, relativamente a outros sectores da economia, ou relativamente a outros mercados.

Neste ambiente, esperamos que a composição dos activos e dos proveitos varie ao longo do tempo, à medida em que o

Banco investe em novos negócios e em novos mercados. Tipicamente, os retornos esperados dos investimentos iniciais mais elevados na nossa plataforma de retalho demoram mais tempo a ser realizados, mas também tendem a ser mais previsíveis no longo prazo do que os proveitos associados a operações com Clientes Institucionais e empresas ou de negociação de activos financeiros, que podem ser significativos, mas não recorrentes. O BiG concentra-se em linhas específicas de produto para os segmentos de Clientes de retalho e institucionais e empresas, e alguns dos negócios estão altamente correlacionados com o desempenho dos mercados financeiros e a nossa capacidade de antecipar e reagir a movimentos e oportunidades.

Perspectivas de Negócio para 2013

Em 2012, a natureza da crise da dívida soberana sentida na Zona Euro evoluiu de crítica para crónica. As dúvidas relativas à capacidade ou vontade dos líderes políticos Europeus em lidar com os problemas diminuíram parcialmente, semelhante à probabilidade implícita no mercado de fragmentação da moeda única. O retorno à relativa estabilidade nos mercados teve início com o compromisso para com o Euro assumido pelo Presidente do BCE, Mario Draghi, durante o Verão de 2012, seguido pela reeleição de Barack Obama nos Estados Unidos. No final do ano, os mercados demonstravam estar, pelo menos temporariamente, a reavaliar positivamente os riscos a nível global.

À medida que entramos em 2013, acreditamos que os mercados focar-se-ão em questões como: a necessidade de gerir a recessão na Europa num ambiente de crescimento fraco, incerto ou irregular; preocupações relativas ao tecto da dívida e ao défice orçamental nos Estados Unidos; os efeitos da austeridade global; e as consequências das políticas monetárias expansionistas sem precedentes por

parte dos bancos centrais das maiores economias do mundo.

Nas economias periféricas em geral, e no caso de Portugal em particular, prevemos que a dívida soberana permaneça sob pressão. Apesar do progresso em curso no reestabelecimento de alguma credibilidade a nível europeu, Portugal deverá permanecer abaixo da notação de *investment grade* no futuro próximo. O sector bancário encontra-se enfraquecido, apesar dos aumentos de capital obrigatórios e do acesso excepcional a condições de financiamento especiais em alguns casos. O sector empresarial do país está de uma forma geral sobreendividado, o crescimento económico é negativo e o desemprego crescente. A estrutura da economia, demasiado orientada para o Estado, deverá ter uma mudança lenta. Adicionalmente, os elevados custos de financiamento, a tributação sufocante e o contexto político dividido não deverão ser propícios ao investimento, emprego, ou à criação de riqueza no curto-prazo.

Os principais riscos para o próximo ano incluem (i) pressões internas sob o Governo para abrandar o ritmo das reformas, (ii) a continuidade da deterioração da carteira de crédito dos maiores bancos, associada aos efeitos da austeridade, a um mercado imobiliário em declínio e a vários anos de práticas deficientes de gestão, (iii) os efeitos do aumento do desemprego e das desigualdades laborais e (iv) o impacto de um crescimento económico global decepcionante. A aceleração sustentada do crescimento económico está dependente da redução pelo Estado da sua gestão directa e indirecta da economia de uma forma igualmente sustentada, da continuidade das reformas e do controlo dos orçamentos.

A Administração considera que o enquadramento de negócio em Portugal continuará desafiante em 2013. A recessão em Portugal deverá ser significativa e a conjugação de temas políticos, regulatórios e contabilísticos irá afectar de

forma profunda o sector da banca comercial, o qual tem reduzida margem de manobra, em resultado das políticas passadas de crescimento e de gestão de balanço/capital que conduziram à crise e a uma forte supervisão da *Troika*.

No mercado doméstico, a realidade imediata contempla: supervisão restrita por parte da *Troika* durante o futuro próximo, austeridade contínua, crescimento negativo, aumento do desemprego, elevada tributação e a manutenção de taxas de juro elevadas enquanto os bancos – uma boa parte dos quais tem agora o Estado como sócio de capital – prosseguem processos de desalavancagem, procuram financiamento e tentam manter os novos requisitos de capital em níveis satisfatórios. A incerteza política nos mercados deverá manter-se, numa altura em que as necessidades de curto prazo e as exigências do mercado colidem com objectivos de longo-prazo para implementação de reformas estruturais e a vontade e o empenho dos sectores político, público e privado para atingir as expectativas dos credores do país.

Em 2013, tal como nos anos anteriores, no BiG iremos focar-nos na qualidade e liquidez do conjunto de activos do Banco, no crescimento do segmento de retalho especializado, no controlo dos custos e na gestão do capital próprio. Os objectivos são (i) maximizar a flexibilidade do Banco num ambiente ainda incerto e (ii) manter o foco em elevados níveis de liquidez e solvabilidade, qualidade dos activos e crescimento selectivo. O investimento no segmento de retalho continuará a constituir uma prioridade. A rentabilidade deverá ser moderada comparativamente ao nível alcançado pelo Banco em 2012. Estas perspectivas dependem de uma melhoria gradual nas perspectivas de mercado e da medida em que os diversos agentes em Portugal – públicos e privados – continuarão a responder de forma positiva às necessidades de implementação de reformas estruturais profundas na economia.

ORGANIZAÇÃO

Objectivos

Os objectivos do Banco passam por disponibilizar serviços financeiros eficientes e competitivos aos seus Clientes e criar valor de longo prazo para os seus accionistas. Procuramos assegurar um crescimento sustentado e um equilíbrio entre o investimento a médio-prazo e a existência de retornos no curto-prazo.

Acreditamos que estes objectivos poderão ser alcançados através de uma estrutura operacional interna eficiente, construída em torno de pessoas com talento, processos bem definidos e tecnologia fiável. No seu conjunto, estas componentes permitem maximizar a eficiência operacional e ajudar a manter uma estrutura de custos competitiva, concebida para beneficiar o Cliente final e os nossos accionistas. Estas componentes são igualmente essenciais à manutenção de controlos rigorosos sobre os riscos de mercado, crédito e operacional aos quais qualquer instituição financeira se encontra exposta. Simultaneamente, o modelo de estrutura organizacional é suficientemente flexível para acomodar alterações, decorrentes de análises periódicas do desempenho quantitativo dos nossos negócios.

Estrutura Legal e Órgãos Sociais

A estrutura organizacional do grupo BiG é liderada pelo Banco. No final do exercício, o Banco detinha participações em duas subsidiárias: (i) uma participação de 34,76% na ONETIER Partners, SGPS, S.A., que por sua vez detinha 100% do capital da ONETIER Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A., responsável pela gestão de investimentos em acções, e (ii) detenção de 100% do capital da BiG Serviços Financeiros, S.A., responsável pela gestão do património imobiliário do Banco e pela prestação serviços de assessoria financeira.

Banco de Investimento Global

<p>↓</p> <p>34,76%</p> <p>ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.</p> <p>Actividade: Gestão de participações sociais</p> <p>Capital Social: € 16.000.000</p>	<p>↓</p> <p>100%</p> <p>BiG Serviços Financeiros, S.A.</p> <p>Actividade: gestão de imóveis e assessoria financeira a empresas</p> <p>Capital Social: € 150.000</p>
<p>↓</p> <p>100%</p> <p>ONETIER PARTNERS, SCR, S.A.</p> <p>Actividade: <i>Private Equity</i></p> <p>Capital Social: € 750.000</p>	

O modelo de distribuição de retalho do Banco centra-se numa plataforma proprietária baseada na *Internet*, www.big.pt, e inclui uma equipa de vendas totalmente integrada localizada em 14 agências (das quais 13 encontravam-se abertas no final de 2012): Lisboa (3), Porto (2), Braga, Maia, Coimbra, Leiria, Évora, Carnaxide, Viseu, Aveiro e Estoril. Acreditamos que o cariz especializado da nossa rede de retalho justificará a expansão até aproximadamente 20 agências, com a melhoria das condições de mercado. Os Clientes Institucionais são servidos por equipas localizadas em Lisboa e no Porto.

O Banco não opera nenhuma entidade offshore nem nenhum veículo para fins especiais (SPVs) de qualquer tipo no seu modelo de negócio.

Os imóveis ocupados pelo BiG são directamente detidos ou arrendados pelo Banco. Em Outubro de 2009, o Banco mudou-se para o seu novo edifício sede na Avenida 24 de Julho em Lisboa, que se encontrava em construção desde Setembro de 2007. O imóvel é detido directamente pelo Banco. A infra-estrutura de Sistemas de Informação do Banco encontra-se alojada numa localização

segura, na zona suburbana de Lisboa, existindo ainda uma localização de *back-up* redundante no Porto.

A marca de retalho do Banco, *bigonline*, refere-se a um serviço de investimento com base na *Internet* gerido exclusivamente pelo BiG e não tem qualquer personalidade jurídica autónoma. A marca complementar *Banco BiG* é simultaneamente utilizada na nossa abordagem ao segmento de banca retalho através da rede de agências, suportada pela plataforma *online*.

Organização Interna e Segmentos de Negócio

O Banco organiza as suas áreas de produto, vendas, investimento, processamento e controlo em torno de três negócios: (i) Retalho Especializado, (ii) Clientes Institucionais e Empresas, e (iii) Tesouraria e Mercados de Capitais. As receitas de cada área podem variar como uma percentagem das receitas totais, à medida que as condições de mercado mudam e surgem oportunidades. Estas são discutidas com maior detalhe na secção RESULTADOS DAS OPERAÇÕES.

T.14

(Euro 000)

Proveitos Operacionais por Segmento de Negócio	2012	2011	Var (%)	2010
Retalho Especializado	11.913	11.365	4,8%	11.321
Institucionais e Empresas	3.261	4.475	-27,1%	4.220
Tesouraria e Mercado de Capitais	48.684	-10.029	589,5%	21.794

Retalho Especializado

O Banco BiG serve Clientes Individuais, com necessidades e expectativas variadas através de uma abordagem multi-canal integrada, suportada por uma plataforma bancária e de negociação de activos financeiros própria, e uma rede crescente de escritórios de vendas nos principais mercados geográficos do país. A combinação de plataformas baseadas na *Internet*, equipas de vendas especializadas e *financial advisors* ajuda os Clientes a executar operações bancárias, gerir as suas poupanças e investir em vários dos mais importantes mercados regulados do mundo. Este negócio proporciona serviços bancários e soluções para vários Clientes, desde os *self-directed* aos que procuram investimento assistido e aos que procuram gerir o seu património e que exigem soluções concebidas à sua medida aos que procuram a preservação do seu capital.

Clientes Institucionais

Para investidores institucionais e para médias e grandes empresas, os profissionais de várias áreas do Banco concebem soluções financeiras específicas, executam transacções, e ajudam os Clientes a gerir os seus riscos. Os serviços que oferecemos incluem a negociação em mercados regulamentados, a estruturação de produtos em mercado de balcão, gestão de activos, cobertura de riscos de mercado, e serviços de assessoria financeira e *Corporate Finance*.

Tesouraria e Mercado de Capitais

Apesar das dificuldades durante 2011, este negócio é central na cultura do Banco de gestão e compreensão dos riscos de mercado e foca-se na liquidez e gestão do Balanço do Banco. A área foca-se na gestão da carteira de investimentos do Banco e proporciona conhecimento especializado e informação para consumo interno sobre mercados, cobre a compo-

nente de risco de mercado das soluções vendidas aos Clientes, intervém activamente na concepção de produtos, para Clientes de retalho e Institucionais, e gere a tesouraria e as posições de risco do Banco.

Comum a todos os nossos negócios, que oferecem um leque alargado de serviços financeiros e acesso aos mercados globais, está uma cultura que enfatiza uma abordagem profissional e transparente no aconselhamento, execução e construção de relações de longo prazo com os nossos Clientes.

Governo da Sociedade

A lógica de organização interna do Banco decorre da vontade da Administração em manter a simplicidade, transparência e um controlo operacional eficaz sobre o negócio. Esta filosofia encoraja o uso eficiente dos recursos e uma clara distribuição das responsabilidades sobre a forma como estes recursos são utilizados. O Banco BiG, embora não seja uma sociedade cotada em bolsa, procura seguir, e na generalidade cumpre com as recomendações da OCDE (Resumo dos Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades – 2004) e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre o governo das sociedades (Código de Governo das Sociedades da CMVM – 2007), na medida em que estas sejam praticáveis e adequadas à dimensão do Banco.

Direitos de Voto

De acordo com os Estatutos do Banco, não existem restrições aos direitos de voto dos accionistas. A cada acção corresponde um voto, desde que, cada accionista, ou grupo de accionistas seja detentor de pelo menos 1.000 acções.

Audidores e Consultores Externos

O auditor independente do Banco e suas subsidiárias é a *KPMG*. Em 2006, o Banco

estabeleceu uma política de revisão periódica de auditores, que acontece de 8 em 8 anos. É política do Banco manter a independência das funções de auditoria externa e fiscalidade. A *Deloitte* é o consultor fiscal do Banco. O Banco mantém ainda como consultor legal externo a Sociedade *J.A. Pinto Ribeiro & Associados*.

Controlo Interno

A responsabilidade de gestão funcional, tal como acima identificado, é depositada nos seis membros do Conselho de Administração, que desempenham funções executivas, aos quais os vários responsáveis de negociação, *front office* e *back office* reportam. As funções de contabilidade, auditoria e controlo, *compliance* e a gestão dos riscos associados com mercados, crédito, tecnologia e operações reportam directamente aos membros do Conselho de Administração. Além das funções de supervisão por área, o Banco estabeleceu um Comité de Todos os Riscos, supervisionado por um *Senior Risk Officer*, que reúne regularmente com o *Chief Operating Officer* visando melhorar a compreensão em todo o Banco das prioridades relacionadas com controlo, regulamentação e sistemas e procedimentos. O Banco tem ainda um Comité de *Compliance*, constituído por elementos do Conselho de Administração e pelo Director de *Compliance*, cuja função é a análise de temas sensíveis relacionados com o controlo interno e o cumprimento das disposições regulatórias.

Recursos Humanos

O perfil dos Colaboradores do Banco e as políticas de recrutamento, formação e desenvolvimento são consistentes com as de anos anteriores. Durante 2012, a idade média dos Colaboradores do BiG era de 34 anos, e 80% dos Colaboradores tinham formação universitária.

Os Órgãos Estatutários do BiG são:

Assembleia Geral	Presidida por um Presidente e um Secretário eleitos pelos accionistas por mandatos de quatro anos. As suas responsabilidades passam por dirigir as assembleias gerais e extraordinárias de accionistas do Banco.
Conselho Consultivo	Actualmente constituído por 15 membros que fazem parte dos principais accionistas do BiG, cujos membros e Presidente são convidados pelo Presidente do Conselho de Administração, que tem igualmente lugar neste órgão consultivo, bem como o Vice-Presidente / COO. Reúne em média três vezes por ano para discutir aspectos estratégicos e contribuir com as suas recomendações. As decisões do Conselho Consultivo não são formalmente vinculativas para o Conselho de Administração.
Conselho de Administração	Constituído no final do ano por seis membros executivos, que controlam e gerem o Banco directamente numa base diária. Este órgão é eleito para mandatos de quatro anos e todos os membros são executivos com experiência bancária. Sendo estes escolhidos com base na sua experiência, cada um é igualmente um accionista minoritário, em base individual, independente de qualquer interesse accionista específico. Como todos os membros do Conselho de Administração são membros executivos ("sistema monista"), não existe uma Comissão Executiva e as posições do Presidente do Conselho de Administração e de CEO estão concentrados na mesma pessoa. Este órgão inclui igualmente um Vice- Presidente / COO.
Conselho Fiscal + ROC	Constituído por três membros eleitos por períodos de quatro anos. Este órgão reporta directamente aos accionistas. As suas responsabilidades incluem auditorias periódicas e auditorias independentes às contas, de acordo com as normas e políticas contabilísticas internacionais. Um Revisor Oficial de Contas independente providencia, igualmente, a sua opinião relativamente às contas.
Comissão de Remunerações	Constituída por três membros eleitos por períodos de quatro anos, este órgão reporta directamente aos accionistas. Determina periodicamente a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. As suas responsabilidades incluem a revisão periódica das políticas de remuneração.

Em 2012, o número médio de colaboradores directos, excluindo a Administração, era de 166, o que compara com 160 durante 2011 e 148 em 2010. Durante 2013, esperamos um aumento gradual no número de colaboradores, especialmente nas áreas de vendas e de produtos.

Tal como em anos anteriores, a Administração acredita que o desenvolvimento de uma cultura interna é uma preocupação principal da gestão de topo, e assume funções directas nos processos de recrutamento, formação e desenvolvimento de carreiras dos nossos colaboradores. Percebemos o desenvolvimento das nossas pessoas como um investimento-chave e procuramos recompensar o talento desde o início. Em regra, promovemos a diversidade, mas não nos nossos valores fundamentais. Estes incluem a excelência académica, um sentido de compromisso, trabalho de equipa, energia, inovação, respeito pelos outros e, acima de tudo, integridade.

As Nossas Práticas de Negócio

O BiG é gerido por profissionais experientes que têm uma participação relevante no capital da organização a par de outros accionistas, muitos dos quais são também co-fundadores do Banco. A Administração acredita que a boa governação começa com uma estrutura organizacional deliberadamente transparente e simples, com linhas de responsabilidade claramente definidas entre a Administração, os vários órgãos e colaboradores. Não existem acordos vinculativos entre grupos de accionistas e o nosso modelo de negócio é deliberadamente transparente, assim como o são as nossas relações com Clientes, reguladores e o público. Não favorecemos estruturas organizacionais complexas ou opacas. Desde a criação do Banco, a Administração e os Accionistas têm procurado alinhar os seus interesses sensatamente, procurando garantir uma separação adequada entre os que são proprietários e emitem orientações por um lado, e aqueles que profissionalmen-

te assumem e aceitam responsabilidades de gestão por outro. Acreditamos que a participação accionista e a atribuição de incentivos de longo prazo através de programas de acções e opções são um aspecto chave na manutenção deste equilíbrio e trabalhamos com os accionistas para os colocar em prática muito antes de os reguladores terem começado a emitir recomendações nesse sentido.

A Administração acredita que um sistema efectivo de governação para qualquer organização assenta na sua cultura e na integridade das pessoas que a compõem. A natureza e extensão da informação que divulgamos reflecte um aspecto fundamental da nossa cultura interna e proposta de valor. Nas nossas relações com accionistas, Clientes, reguladores e contrapartes, fazemos questão de comunicar deliberadamente de forma detalhada não só em que consiste o nosso modelo de negócio, como também o seu funcionamento. Esta atitude é extensível a

reportar detalhadamente os aspectos fundamentais do nosso principal negócio, que consiste em assumir e gerir riscos com o objectivo de obter lucros. Internamente, a cultura do Banco sublinha o exercício da governação societária enquanto um exercício diário de responsabilização de cada indivíduo, equipa e área de negócio. Este conceito começa pelo Conselho de Administração e pelos comités internos de supervisão e estende-se a toda a organização.

Uma vez que operamos num ambiente de regulação e reporte crescente, as responsabilidades individuais e da Administração abrangem uma compreensão do código de ética da organização, formação interna sobre procedimentos, gestão de informação, políticas e práticas. Estas são concebidas para identificar e gerir riscos e funções independentes de supervisão para assegurar a aplicação dos regulamentos internos e externos. Estamos permanentemente focados em garantir controlos operacionais efectivos, encorajar regras que promovam maior responsabilidade e transparência nas práticas competitivas e aceitamos o escrutínio do nosso modelo de negócio. A Administração concentra pelo menos tanto tempo a gerir riscos e construir uma cultura de responsabilidade quanto o que depende na geração de novas oportunidades de negócio.

Compliance

O cumprimento e respeito pelo normativo interno e externo é um aspecto central da nossa cultura e modelo de negócio. A função de *Compliance* assume um papel chave no Banco e constitui uma parte integrante da nossa cultura interna. Neste âmbito, a Administração considera o *Compliance* como mais do que o simples cumprimento das leis, regulamentos e práticas de mercado, na medida em que as perspectivas sobre comportamentos aceitáveis poderão alterar-se com o tempo. Seleccionamos os nossos Colaboradores tanto com base

nos seus valores como nas suas capacidades e experiências, e procuramos que a transparência, o respeito pelas regras e o comportamento responsável constituam elementos competitivos de diferenciação do Banco na sua relação com Clientes.

A função de *Compliance* do Banco é responsável por (i) garantir o respeito pelas exigências legais e regulamentares aplicáveis, incluindo os termos aprovados e os padrões internos de conduta, (ii) promover um ambiente de controlo e transparência na estrutura organizacional adequado à complexidade dos serviços oferecidos e à dimensão da instituição e (iii) monitorizar a adequação e eficiência dos mecanismos de controlo associados com os riscos da actividade bancária e (iv) proteger a reputação do Banco.

Em matéria de prevenção ao branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a função de *Compliance* é responsável pela criação dos mecanismos de controlo e detecção de operações suspeitas e pela monitorização do cumprimento dos deveres previstos na legislação em vigor relativamente à abertura de contas bancárias e conhecimento do Cliente (*Know Your Client*). Compete a esta função a centralização do reporte e interacção com as entidades judiciais e órgãos de supervisão na investigação e análise de processos e operações suspeitas.

A função de *Compliance* é ainda responsável pela análise e emissão de pareceres sobre novos produtos e serviços, à luz da regulamentação em vigor, promovendo uma gestão proactiva dos mesmos, um controlo e uma validação prévia e a prevenção de conflitos de interesses.

O sistema de controlo interno do Banco baseia-se numa forte cultura de conformidade com a legislação e diferentes normativos aplicáveis à actividade bancária, bem como de cumprimento do conjunto de procedimentos e políticas relativas às obrigações contratuais, conduta pessoal e relacionamento com Clientes. No seu

conjunto, estes procedimentos visam mitigar o risco do Banco incorrer em prejuízos associados a potenciais sanções de carácter legal, limitações à sua actividade e expansão e perdas de reputação associadas ao incumprimento contratual ou a uma percepção negativa da imagem pública do Banco.

Em termos de *governance*, o Conselho de Administração é responsável pela supervisão da gestão do risco de *Compliance*. Estas responsabilidades incluem:

Conhecimento dos riscos de *Compliance* a que o Banco se encontra exposto



Conhecimento dos processos de gestão de risco de *Compliance*



Estabelecimento de um sistema de gestão de risco global apropriado e eficaz

Em matéria de prevenção ao branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo importa ainda referir que, em linha com as melhores práticas, o Banco adoptou uma abordagem baseada no risco (*Risk Based Approach*), permitindo desta forma que a análise de eventuais transacções suspeitas seja centrada em operações com maior grau de risco associado.

Neste contexto, a gestão do risco de *Compliance* visa garantir a:

- Identificação (eventual antecipação) de eventos com impacto nos negócios;
- Avaliação regular do impacto na organização de alterações legais ou normativas;
- Monitorização do cumprimento das regras internas e externas;
- Alinhamento com a estratégia do Banco.

Tendo em consideração o objectivo de tentar otimizar a gestão de todos os

riscos a que o Banco se encontra exposto, a abordagem baseada no risco do Banco BiG tem ainda em consideração:

- a dimensão do Banco;
- a complexidade das suas operações; e
- a especificidade da sua actividade.

Regulação

O Banco de Investimento Global, S.A., é uma instituição registada e supervisionada pelo Banco de Portugal e pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), as duas principais entidades responsáveis pela supervisão das actividades financeiras em Portugal.

Ao longo dos últimos anos, o impacto do aumento sustentado da regulação tem constituído um tema relevante no mercado, e acreditamos que os respectivos efeitos serão sentidos a prazo em todas as linhas de negócio do Banco. Trabalhamos de forma construtiva com os reguladores e apoiamos as medidas que protegem o interesse dos Clientes e visam reduzir práticas de mercado abusivas, as quais tenderão a nivelar a concorrência e aumentar a transparência, e que sempre fizeram parte do modelo de negócio do Banco. A crescente regulação afecta a forma como lidamos com os Clientes, frequentemente de uma forma produtiva. Paralelamente, tem um impacto na infraestrutura tecnológica do Banco, na documentação legal, nas áreas de *compliance* e nos custos de introdução e monitorização da nova regulação. Estes impactos são crescentes e espera-se que continuem a crescer, associados à incerteza sobre a evolução futura da regulação financeira na UE. Algumas das incertezas com impactos prováveis no nosso negócio incluem temas como requisitos mínimos de capital, cálculo de rácios de liquidez, a natureza de uma união financeira europeia, propostas de separação de certas actividades da banca de investimento de actividades de banca comercial e o imposto sobre as transacções financeiras, a ser implementado ao nível europeu.

Banco de Portugal

Data do registo especial com o Banco de Portugal: 5 de Fevereiro de 1999, com o número 61.

www.bportugal.pt

Comissão do Mercado de Valores Imobiliários

Data da autorização da CMVM: 8 de Março de 1999, com o número 263.

www.cmvm.pt

Em linha com o disposto pelo Decreto-Lei n.º 144/2006 de 31 de Julho, que transpõe a Directiva n.º 2002/92/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a partir de 9 de Dezembro, com respeito a intermediação de seguros, o BiG encontra-se registado no Instituto de Seguros de Portugal como mediador de seguros.

Continuidade do Negócio e Segurança de Informação

Trabalhamos com o objectivo de assegurar que o nosso negócio está apto para operar sob as condições mais exigentes e que os nossos processos, gestão de risco e controlo interno, informação e sistemas são seguros e fiáveis. Estas questões complexas exigem uma regular atenção, revisão e melhoramento à medida que o Banco cresce e que as condições de mercado e o ambiente regulatório mudam. O nosso ICAAP (Processo de Avaliação e Adequação de Capital Interno) e os controlos diários de riscos endereçam a nossa capacidade de garantir a sustentabilidade do Banco numa base financeira.

No que respeita ao risco operacional, o Banco faz assentar a implementação de um Plano de Continuidade de Negócio em dois pilares: a continuidade de operações na sua sede e a continuidade de operações do seu principal centro de dados. O centro de dados encontra-se

instalado há vários anos nos arredores de Lisboa, efectuando uma replicação *on-line* de dados críticos entre este centro (o principal) e a unidade de continuidade do negócio no Porto. De forma a assegurar a continuidade de operações na sede da forma mais transparente e menos onerosa possível, o cenário de recuperação do Banco baseia-se nas suas duas maiores agências, as quais se encontram equipadas de forma a acomodar os colaboradores essenciais num cenário de emergência. São efectuados testes envolvendo os diferentes departamentos do Banco, que visam testar a adequação e fiabilidade das operações remotas a partir destas localizações.

Eventos ocorridos desde o final de 2012

- No primeiro trimestre de 2013, o Banco abriu a sua 14.ª agência, localizada na Rotunda da Boavista, no Porto;
- No mês de Janeiro de 2013, o Banco alienou a parte remanescente dos títulos de dívida soberana Grega que detinha em carteira, deixando de ter qualquer exposição a este país.

ANÁLISE: RESULTADOS DAS OPERAÇÕES EM 2012

T.15

Indicadores Macroeconómicos (%)	PIB			IPC		
	2011	2012	2013E	2011	2012	2013E
Estados Unidos	1,8	2,3	2,0	3,1	2,0	1,8
Zona Euro	1,4	-0,4	-0,2	2,7	2,3	1,6
Portugal	-1,5	-3,2	-1,9	3,6	2,8	0,9
Médio Oriente & Norte África	3,5	5,2	3,4	9,7	10,4	9,1
Ásia Emergente	8,0	6,6	7,1	6,5	5,0	4,9
América do Sul	4,5	3,0	3,6	6,6	6,0	5,9
Mundo	3,9	3,2	3,5	4,9	4,0	3,7

Fonte: FMI, Banco de Portugal

Economia Global

O ano de 2012 fica marcado por desenvolvimentos decisivos que rodearam a crise de dívida soberana na Europa, a manutenção dos receios em torno da crise orçamental e do tecto da dívida nos EUA e uma actuação relevante da generalidade dos Bancos Centrais na prossecução de medidas de expansão monetária. Tal como no passado recente, a evolução da cena política internacional continuou a dominar atenções, com destaque para as eleições presidenciais francesas e norte-americanas.

De acordo com o FMI, o crescimento económico global deverá ter atingido os 3,2% em 2012, um valor marginalmente acima do limiar tido como adequado para um cenário de expansão da actividade económica global (3%) e que reflecte essencialmente o impacto da recessão vigente na Europa e o nível de crescimento mais moderado no bloco emergente – em especial nos blocos Asiáticos (+6,6%) e da América Latina (+3%).

Nos países Ocidentais, observou-se uma aceleração do ritmo de crescimento económico nos EUA que contrastou com a recessão observada na Zona Euro. A primeira tem sido impulsionada pela adopção de políticas de estímulo monetárias convencionais e não convencionais pelo FED, com destaque para o anúncio da extensão da Operação *Twist* (até final de 2012) e uma nova ronda de QE (*Quantitative Easing*) no valor global de USD 85 mil milhões/mês.

A recuperação da economia norte-americana materializou-se também na valorização assinalável do mercado imobiliário e na redução consistente da taxa de desemprego, o que permitiu mitigar a instabilidade observada com a incerteza em torno da negociação do denominado *fiscal cliff*. Por sua vez, o bloco europeu registou um desempenho moderadamente negativo, reflectindo o efeito de contágio das recessões sentidas na periferia que se transferiu para as economias mais fortes, ainda que os desenvolvimentos da crise de dívida na Europa tenham sido substanciais. Destacou-se numa primeira fase a conclusão do processo de reestruturação da dívida Grega (PSI finalizado em Março), concretizando-se posteriormente o resgate ao sector Bancário Espanhol e a assistência central a um conjunto de regiões Espanholas – situação que exacerbou os receios quanto a uma eventual deterioração da crise na Europa. Esta situação foi mitigada pela actuação decisiva do BCE que no início do ano procedeu ao 2.º programa de cedência especial de liquidez junto do sector financeiro (LTRO) ao permitir a introdução directa de EUR 530 mil milhões no sistema interbancário. A amplitude de actuação do BCE foi relevante, tendo passado pela redução da taxa de juro de referência e de depósitos (0,75% e 0%, respectivamente). O aspecto realmente determinante coincidiu com o anúncio do programa de OMT (*Outright Monetary Transactions*) no início de Setembro que foi, por si só, suficiente para devolver a confiança junto do sector financeiro e do mercado de dívida soberana. Ao nível

do desenho da arquitectura do euro, destaque para a entrada em vigor do fundo de estabilização permanente (ESM), tendo os políticos Europeus lançado as bases para a criação de uma União Bancária cuja entrada em vigor está prevista para o início de 2014. Na vertente orçamental, mantém-se o esforço colectivo de correcção de défices excessivos, sobretudo nos países interencionados, ainda que a forte queda da actividade tenha tornado inviável o cumprimento das metas nominais. A Europa está focada no cumprimento dos défices estruturais (ajustados ao ciclo económico) a médio prazo. Assim, foi acordada a diluição temporal dos objectivos nominais dos défices orçamentais a serem alcançados por Portugal, Espanha e Itália, ao passo que a Grécia beneficiou do prolongamento do prazo dos empréstimos, a redução dos juros (100 p.b.) dos empréstimos bilaterais e um programa de recompra de dívida própria que reduziu o *stock* de dívida pública até EUR 32 mil milhões.

A suavização dos riscos da Zona Euro foi determinante na evolução da generalidade das categorias de activos: (i) *spreads* de dívida soberana reduziram-se substancialmente nos países periféricos, ainda que o nível de taxas de juro dos activos sem risco (*Bunds* e *Treasuries*) tenham fixado níveis historicamente reduzidos; (ii) *spreads* de dívida corporativa continuaram a evidenciar tendência de compressão; (iii) índices bolsistas registaram uma amplitude de variação significativa, oscilando entre perdas ligeiras na periferia

da Europa e ganhos relevantes nos índices *core*: DAX (+30%) e S&P (+14%); (iv) mercado de *commodities* registou variações menos significativas – Ouro (+7%) e Crude (-8%) – em função do contexto de arrefecimento económico global; (v) mercado cambial e em particular o *cross* EUR/USD fechou 2012 a níveis praticamente idênticos face ao observado no início do ano (1,30), ainda que acarretando níveis de volatilidade significativos.

As políticas de estímulo monetárias deverão continuar na agenda internacional ao longo de 2013, tal como as preocupações em torno da política cambial e da definição de um novo quadro relativo ao livre comércio internacional como forma de estimular a competitividade individual dos países/blocos, num contexto de menor crescimento económico global face aos níveis pré-crise.

Portugal

No plano nacional, o ano de 2012 ficou marcado por um clima de maior estabilidade política quando comparado com o ano anterior. O governo de coligação prosseguiu o cumprimento do Memorando de Entendimento (MoU), acordado com os parceiros internacionais, centrando-se numa forte contenção ao nível da despesa e aumento das receitas via subida de impostos, o que tem conduzido ao agravamento da recessão vigente em Portugal.

O sector financeiro nacional prosseguiu a estratégia de desalavancagem definida pelas entidades europeias, no sentido de caminhar para um rácio Crédito/Depósitos inferior a 120% até 2014. Adicionalmente, as instituições financeiras nacionais reforçaram os seus rácios de capital, tendo cumprido a exigência de um rácio *Core Tier 1* de 10% no final de 2012. No âmbito desta operação, alguns bancos nacionais viram-se forçados a recorrer a capital público através dos denominados instrumentos de capital

contingente (“CoCos”) e infusões directas de capital.

As perspectivas de crescimento económico e desemprego continuam a ser pressionadas pelas medidas de austeridade em vigor no país, apesar de métricas como o défice terem vindo a ser progressivamente corrigidas. Segundo o INE, o PIB nacional recuou 3,2% em 2012, antecipando o Banco de Portugal uma quebra adicional de 1,6% em 2013, resultando num dos registos mais frágeis ao nível da evolução do PIB no período recente. O consumo privado e o consumo público deverão encerrar 2012 com uma quebra de 3,6% e 2,4% respectivamente, assim como a procura interna que deverá contrair 4,5% em igual período. O nível de investimento deverá acompanhar a tendência negativa global, devendo a formação bruta de capital fixo registar uma contracção de cerca de 15% em 2012. Também a taxa de desemprego atingiu recentemente um máximo histórico de 16,5% em Dezembro de 2012, não devendo ser possível inverter esta tendência altista no curto-prazo. Apenas as exportações evidenciam uma trajetória benigna e poderão limitar uma queda mais acentuada do PIB em 2013, ainda que se observem riscos negativos face ao actual contexto Europeu.

Do ponto de vista da consolidação orçamental, o défice público situou-se nos 5% (beneficiando de EUR 800 milhões relativos à concessão da ANA-Aeroportos) um valor alinhado com a meta definida pela *Troika* para 2012 na sequência de uma revisão em alta do objectivo inicial de 4,5% para 5%. Prolongou-se em 2012 o esforço de redução da despesa do Estado, com esta a ficar inclusive abaixo do orçamentado, ainda que esta situação tenha sido mais do que anulada pelo efeito da quebra da receita fiscal efectiva.

As projeções oficiais para 2013 indicam que o défice orçamental deverá atingir os 4,5% e a dívida pública total face ao PIB deverá estabilizar ligeiramente acima dos 120%, ao passo que o saldo negativo da

Conta Corrente deverá ser inferior a 2% – acentuando-se assim a tendência de correção de desequilíbrios externos acumulados pela economia Portuguesa nos últimos anos.

Resultados Detalhados e Situação Financeira em 2012

O Banco de Investimento Global gerou um Resultado Líquido de € 32,2 milhões, correspondente a € 0,309 por acção, no exercício de 2012, e um Produto Bancário recorde de € 80,3 milhões. A Rendibilidade dos capitais próprios médios foi de 26,9%. Estes resultados comparam com um Resultado Líquido de € 2,5 milhões em 2011, correspondente a € 0,026 por acção, um Produto Bancário de € 33,2 milhões e uma Rendibilidade dos capitais próprios médios de 2,9% nesse ano.

Os resultados mais elevados registados em 2012 decorreram de uma combinação de (i) um ligeiro declínio na margem financeira e nas comissões, (ii) resultados significativamente superiores das actividades de investimentos e crédito, (iii) custos superiores com salários e despesas administrativas, (iv) imparidades da carteira de activos financeiros bastante inferiores, e (v) impostos substancialmente mais elevados.

A margem financeira ascendeu a € 18,7 milhões em 2012. Os rendimentos com juros e similares aumentaram, associados a uma maior carteira de activos remunerados, ao passo que os encargos com juros e similares também aumentaram, o que se reflectiu numa diminuição de 5% na margem financeira de 2012, face a € 19,8 milhões registados no exercício anterior. A diminuição na margem financeira foi a primeira em cinco anos e deve-se aos eventos e oportunidades extraordinários nos mercados de crédito líquido de dívida soberana de países periféricos e outras classes de activos relacionadas. O Banco geriu activamente a sua carteira de activos financeiros líquidos em função das perspectivas de

T.16

(Euro)

Proveitos	2012	2011	Var %	2010
Juros e Rendimentos Similares	39.199.855	34.406.853	13,9%	24.075.341
Juros e Encargos Similares	-20.465.768	-14.623.666	39,9%	-7.549.684
Margem Financeira	18.734.087	19.783.187	-5,3%	16.525.657
Rendimentos de Instrumentos de Capital	1.576.839	1.473.849	7,0%	1.360.493
Rendimentos de Serviços e Comissões	9.844.788	10.382.730	-5,2%	11.485.475
Encargos com Serviços e Comissões	-3.054.980	-1.380.701	121,3%	-2.786.197
Rendimentos de Negociação de Activos Financeiros	11.440.959	-235.576	-4.956,6%	3.632.089
Rendimentos de Activos Financeiros Detidos para Venda	36.685.156	1.442.375	2.443,4%	16.824.264
Resultados de Reavaliação Cambial	876.704	1.560.506	-43,8%	1.241.544
Resultados de Alienação de Outros Activos	4.252.138	-135.230	-3.244,4%	4.393.654
Outros Resultados de Exploração	-28.178	285.387	-109,9%	-622.954
Produto Bancário	80.327.514	33.176.527	142,1%	52.054.025

risco em rápida mudança durante o ano. Em larga medida, quaisquer ganhos não reconhecidos na margem financeira foram mais do que compensados por ganhos realizados com a venda, e substituição por outros activos, de partes da carteira de crédito do Banco. Os custos de financiamento aumentaram em virtude do foco do Banco em níveis mais elevados de depósitos de retalho, os quais são mais estáveis, mas também mais onerosos face às alternativas. De uma forma geral, a Administração optou por limitar o crescimento do Balanço aos aumentos na base de depósitos de Clientes e em fundos de capital, e por conter o uso de financiamento, mais barato, do ECB ou EUREX repo. A margem financeira representou 23% do Produto Bancário em 2012, comparativamente a 60% em 2011 e 32% em 2010.

As comissões líquidas ascenderam a € 6,8 milhões, face aos € 9,0 milhões registados em 2011. Esta diminuição reflecte uma quebra de 5% nas comissões brutas, aliada a um aumento das comissões pagas. As comissões de corretagem evidenciaram resiliência atendendo à queda significativa nos volumes de mercado durante a maior parte do ano, à medida que os Clientes reduziram, de uma forma geral, a sua exposição a classes de activos com maior risco, favorecendo numerário, depósitos a prazo e as oportunidades históricas em instrumentos de rendimento fixo emitidos pelos países periféricos da Europa, particularmente no início do ano.

Do total de comissões, 65% foram geradas por actividades de negociação de Clientes em acções e outros produtos, como futuros, *warrants*, *forex*, *CFD's*, em grande parte transaccionados através das plataformas do Banco. Esta proporção encontra-se em linha com o verificado em anos anteriores. As comissões provenientes da actividade de gestão de activos representaram 13% do total, enquanto as comissões de serviços bancários representaram igualmente 13% do total. As comissões das actividades de *Corporate Finance/Private Equity* representaram 9% do total de comissões, mantendo-se inalteradas face a 2011. A contribuição das comissões líquidas conjuntas dos segmentos de Clientes de retalho e institucionais diminuíram, associadas a níveis de actividade inferiores e a um aumento considerável do Produto Bancário.

As receitas líquidas das actividades de Tesouraria e Mercados de Capitais aumentaram para € 48,7 milhões em 2012, o que compara com um resultado negativo de € 10 milhões registado em 2011. Este aumento decorre de uma gestão activa das actividades de investimento e crédito do Banco através da carteira de activos disponíveis para venda e, com menor relevância, da negociação de instrumentos de rendimento fixo e outros num contexto mais favorável. No seguimento das condições de mercado caóticas verificadas em 2011, nomeadamente: (i) a necessidade de Portugal seguir a Grécia e a Irlanda e efectuar um pedido de assistência finan-

ceira à *Troika* formada pelo FMI/UE/BCE, (ii) a mudança de Governo e implementação de medidas de austeridade num período de sucessivos cortes de *rating* da República, de empresas e do sector financeiro, (iii) a ausência de linhas de crédito externas para o sector bancário, que tem estado dependente dos empréstimos do BCE, (iv) os *write-downs* forçados históricos da dívida soberana Grega, e (v) as implicações políticas e macro-económicas relacionadas sem precedentes, o ano de 2012 trouxe um conjunto de novos desafios e oportunidades. De facto, grande parte do sector bancário Europeu beneficiou desta tendência. Durante o ano, a contribuição desta área para os resultados foi de 66% do total, o que compara com apenas 8% em 2011. Nos anos anteriores, verificaram-se contribuições de 46% e 45% em 2010 e 2009, respectivamente.

Os eventos extraordinários verificados nos últimos anos – que tiveram início com a crise do *sub-prime* nos Estados Unidos, que desencadeou uma transformação massiva nas perspectivas do risco de crédito a nível global – criaram oportunidades tanto de ganhos como de perdas e testaram seriamente a confiança dos investidores. De uma forma geral, ainda que a confiança dos investidores tenha aumentado durante 2012 e no início de 2013, os fundamentos económicos subjacentes exigem um período de ajustamento mais longo, e é improvável que se volte a registar crescimento antes

das economias sobreendividadas se desalavancarem e reestruturarem. Consequentemente, a Administração antecipa a continuidade da volatilidade na definição do preço de activos remunerados e de financiamento pelo menos durante 2013. Em 2012, o crescimento económico global foi assimétrico. Enquanto que os mercados de capitais tendem a antecipar perspectivas melhoradas, Portugal continua em recessão profunda e os investidores de retalho focar-se-ão provavelmente em activos remunerados mais estáveis, enquanto lidam com os impactos directos das medidas de austeridade.

Do lado dos proveitos, o Banco continua a enfatizar a execução de ordens de retalho e de Clientes Institucionais e Empresas, os serviços de aconselhamento baseado em comissões, os activos sob supervisão, os produtos de poupança e a gestão do Balanço tendo em vista a sólida qualidade dos activos e o excesso de liquidez.

O total de custos considerados para efeitos fiscais inclui custos operacionais, provisões e imparidades.

Em 2012, o total dos custos, incluindo imparidades e provisões, ascendeu a € 31,8 milhões, superior em 7% ao valor registado em 2011. O total dos custos operacionais líquidos, ou custos de transformação líquidos de imparidades e provisões – i.e. custos com pessoal, despesas administrativas e depreciações/amortizações – aumentaram em função de custos superiores com pessoal e despesas administrativas, num ano em que o Banco tendencialmente

investiu mais com o objectivo de suportar o nível de receitas geradas. Considerando os custos em função das receitas geradas, a eficiência do Banco melhorou substancialmente face ao ano anterior, de 48% em 2011 para 31% em 2012.

De uma forma geral, excluindo imparidades, a Administração procura manter os custos operacionais aproximadamente correlacionados com a evolução das receitas em cada ano. O Banco privilegia a versatilidade e liquidez dos seus activos em Balanço, prosseguindo uma abordagem global quanto à gestão de riscos, e opera com uma estratégia única de retalho, que é suportada por uma estrutura operacional leve e preparada para um processamento escalável. No que concerne ao uso do capital e à gestão do risco, esta abordagem é chave na gestão da base de custos.

Os custos com pessoal, tradicionalmente a maior categoria de custos do Banco, representaram 66% dos custos de transformação em 2012, o que compara com 55% em 2011 – ano em que o Banco reduziu as despesas salariais gerais em 30% – e com 62% em 2010. Este aumento reflecte um maior número de colaboradores, o pagamento de incentivos a áreas de vendas baseadas em comissões, o pagamento de um mês adicional extraordinário de salário a todos os colaboradores (excluindo a Administração) com o objectivo de mitigar os efeitos da deterioração das condições económicas, a atribuição no final do ano de contratos de seguros indexados a fundos de investimento – *unit-linked* – a alguns colabo-

radores, como forma de incentivar a poupança no longo-prazo, ajustamentos aos salários da Administração que voluntariamente tinham sofrido reduções de até 57% no ano anterior, e a reintrodução de pagamentos variáveis limitados, os quais foram nulos em 2011, de acordo com as leis e regulações aplicáveis ao sector bancário.

A Administração procura manter uma estrutura sensata e deliberadamente flexível de remunerações fixas / variáveis que se relaciona fortemente com o desempenho do Banco em cada ano. Os custos com pessoal representaram 19% dos proveitos líquidos em 2012, a percentagem mais baixa na história do Banco, e que compara com 27% em 2011 e 24% em 2010. Em percentagem dos custos totais, os custos com pessoal ascenderam a 48% em 2012, face aos 30% em 2011, 48% em 2010, 53% em 2009, 55% em 2008 e 66% em 2007. Em termos absolutos, os custos com pessoal em 2012 foram 15% superiores aos registados em 2007, ao passo que o número médio de colaboradores durante o mesmo período de 5 anos, excluindo a Administração, aumentou em 44%, passando de 115 para 166.

Para além dos custos com pessoal, outras categorias relevantes de despesa incluem (i) custos administrativos, particularmente associados ao número de colaboradores, e que aumentaram 13%, e (ii) gestão de investimentos nos escritórios físicos e sistemas tecnológicos do Banco, que diminuíram em 12%. As imparidades de activos financeiros, que, numa base de gestão são deduzidas aos proveitos das

T.17

(Euro)

Custos	2012	2011	Var %	2010
Custos com Pessoal	-15.192.007	-8.837.318	71,9%	-12.556.069
Despesas Administrativas	-6.130.922	-5.568.518	10,1%	-6.019.658
Amortizações	-1.314.991	-1.495.072	-12,0%	-1.607.394
Provisões Líquidas	-2.892.714	150.258	-2.025,2%	-7.670
Imparidade do Crédito Líquida de Reversões e Recuperações	-16.378	-170.162	-90,4%	4.941
Imparidade de Outros Activos Financeiros Líquida de Reversões e Recuperações	-5.736.787	-14.134.976	-59,4%	-5.737.395
Imparidade de Outros Activos Líquida de Reversões e Recuperações	-541.246	318.411	-270,0%	-18.477
Total	-31.825.045	-29.737.377	7,0%	-25.941.722

respectivas áreas de negócio, diminuíram substancialmente face a 2011, ano em que se verificou um registo de imparidade único correspondente a 65% do valor das obrigações soberanas Gregas e outras imparidades associadas a activos portugueses de taxa variável, as quais afectaram os resultados desse ano.

Os custos administrativos incluem comunicações, serviços de informação, publicidade, licenciamentos, acordos com bolsas e fornecedores relacionados, rendas e outras despesas relacionadas com o normal funcionamento do Banco. Estes custos estão, normalmente, correlacionados com o crescimento do número de Colaboradores ou associados a investimentos específicos, tendo aumentado 10% para € 6,1 milhões. A Administração espera conter o crescimento desta categoria para próximo de zero em 2013.

Os custos com amortizações no BiG relacionam-se principalmente com os imóveis ocupados pelo Banco, investimentos em *hardware* e outros equipamentos e custos de licenças iniciais associados com acordos de fornecimento de *software*. A componente referente às instalações inclui custos com o edifício sede e novos investimentos e melhoramentos na rede de agências do Banco, bem como na sua rede de ATM, ambas em crescimento. O Banco investe

regularmente na sua infra-estrutura de Tecnologias de Informação (TI) de modo a assegurar qualidade de execução e segurança ao nível dos melhores padrões da indústria, e mantém recursos dedicados à gestão da infra-estrutura com soluções desenvolvidas internamente. Em 2012, os custos com amortizações diminuíram pelo segundo ano consecutivo, em 12%, para € 1,3 milhões. Esta categoria de custos representou 4% do total dos custos operacionais em 2012, comparativamente a 5% em 2011 e 6% em 2010.

As imparidades em activos financeiros diminuíram consideravelmente, de € 14,1 milhões em 2011 para € 5,7 milhões em 2012, e constituem essencialmente um custo associado às actividades de mercado do Banco. Este valor inclui o remanescente da exposição do Banco à Grécia, a qual foi vendida no início de 2013, bem como certos activos de taxa variável que são detidos para investimento dada a respectiva elevada taxa de retorno.

O Resultado Antes de Impostos foi de € 48,5 milhões em 2012, o que compara com € 3,5 milhões em 2011 e € 26,4 milhões em 2010. A subida de rentabilidade compensou as despesas mais elevadas verificadas e traduziu-se em impostos substancialmente mais elevados para o exercício. Os impostos correntes aumentaram em termos

absolutos. A taxa de imposto aumentou de 22,7% em 2010 para 29% em 2011, e novamente para 33,7% em 2012, em resultado da aplicação de impostos especiais sobre o sector bancário. Por comparação, a taxa de imposto efectiva do Banco foi de 16,8% em 2009 e de 27% em 2008.

Análise do Balanço

O total de Activo Líquido no final de 2012 era ligeiramente superior a € 1,0 mil milhões, traduzindo um aumento de 24% face ao anterior. O total de activos remunerados a 31 de Dezembro de 2012 era de € 981 milhões, 30% superior ao valor de € 755 milhões verificado no final de 2011.

Os depósitos junto de outros bancos registaram um decréscimo, perante uma melhoria nas oportunidades de aquisição de activos com maior rentabilidade e melhor perfil de risco. A carteira de crédito cresceu principalmente devido a activos financeiros com colateral de hipotecas (RMBS) classificados como crédito. Excluindo estes activos, a categoria de crédito diminuiu para cerca de 4% dos activos remunerados. Esta parte da relativamente pequena carteira de crédito do Banco corresponde essencialmente a contas margem de

T.18

(Euro)

Resultados e Impostos	2012	2011	Var %	2010
Resultados Operacionais	48.502.469	3.439.150	1.310,3%	26.112.303
Resultados de Associadas	23.371	87.565	-73,3%	292.136
Resultado Antes de Impostos e de Interesses Minoritários	48.525.840	3.526.715	1.276,0%	26.404.439
Impostos Correntes	-16.385.895	-909.833	1.701,0%	-5.824.683
Impostos Diferidos	26.581	-111.287	-123,9%	-119.866
Resultado do Exercício	32.166.525	2.505.595	1.183,8%	20.459.890

T.19

(Euro)

Activos Remunerados	2012	2011	Var %	2010
Disponibilidades e Aplicações em Bancos	70.678	79.437	-11,0%	86.963
Crédito a Clientes	192.674	159.331	20,9%	42.533
Activos Financeiros Detidos para Negociação	17.408	13.336	30,5%	8.890
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	700.095	503.683	39,0%	694.295
Total	980.855	755.787	29,8%	832.681

T.20

(Euro 000)

Principais Rubricas do Passivo e Capitais Próprios	2012	2011	Var (%)	2010
Recursos de Bancos Centrais	260.248	238.323	9,2%	360.164
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	1.016	18.592	-94,5%	27.308
Recursos de outras Instituições de Crédito	6.481	48.896	-86,7%	38.943
Recursos de Clientes	543.830	440.568	23,4%	332.185
Capitais Próprios	172.302	67.234	156,3%	108.141

Clientes de retalho, que são de curto prazo por natureza e estruturadas para se auto-liquidarem em condições de *stress*, as quais se encontravam totalmente garantidas por activos financeiros líquidos.

No final de 2012, praticamente todos os activos de crédito estavam integralmente garantidos por valores imobiliários e/ou mobiliários e eram, consequentemente, de menor risco. Os créditos a Clientes desta natureza tendem a aumentar com subidas nos mercados financeiros e a registar declínios em períodos de *stress*, como tem sido o caso desde 2011. A carteira de activos disponíveis para venda (AFS) aumentou devido a oportunidades verificadas num conjunto de classes de activos financeiros de rendimento fixo. A carteira de AFS representava 72% dos activos remunerados em 31/12/2012, reflectindo um aumento face aos 67% registados no final do ano anterior, e incluía títulos de dívida soberana, coberta e sénior. Entre os factores que poderão afectar a dimensão da nossa carteira incluem-se oportunidades para criar margem ou proveitos de investimento durante o ano. O Banco não detém activos detidos até à maturidade, uma vez que liquidou, com mais-valia, a carteira que detinha no início de 2010.

As principais fontes de financiamento do Banco foram os depósitos de Clientes, o acesso a financiamento por via de acordos de venda/recompra junto do BCE a taxas favoráveis, outras contrapartes de mercado, e capital accionista. Os depósitos de Clientes são, na sua natureza, fundamentalmente de retalho e cresceram 23% para € 544 milhões, após um aumento de 33% em 2011. A Administração reduziu, gradualmente e em termos líquidos, o financiamento junto do BCE, apesar das respectivas taxas mais atractivas no curto

prazo. Os depósitos de outros bancos são maioritariamente acordos de venda/recompra junto da EUREX REPO, a qual o Banco integrou como membro em 2011.

Os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2012 eram de € 172 milhões, o que compara com € 67 milhões na mesma data em 2011. A reserva de justo valor, que reflecte o preço dos activos financeiros detidos para venda a preços de mercado, e que pode flutuar positiva ou negativamente, recuperou sustentadamente durante 2012 e contribuiu para o crescimento da conta de capital face ao ano anterior. O capital regulatório do Banco, ou "Fundos Próprios", aumentou para € 162 milhões, face aos € 147 milhões registados no final de 2011, e inclui o impacto do pagamento antecipado de dividendos no valor de € 9,4 milhões em Novembro de 2012.

Todos os indicadores de rentabilidade melhoraram por comparação com o desempenho mais fraco do Banco em

2011. A Rentabilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE) foi de 26,9%, por comparação com 2,9% em 2011 e 17,3% em 2010.

Com proveitos consideravelmente mais elevados em 2012, o rácio de eficiência do Banco melhorou ao longo de sete dos últimos oito anos, constituindo o ano de 2011 a excepção a esta tendência. A base de capital do BiG e os rácios de solvabilidade mantiveram-se elevados e em linha com os anos anteriores, não obstante a contínua incerteza nos mercados.

Resultados Operacionais por Segmento de Negócio

Internamente, o Banco é gerido com base numa matriz de segmentos de negócio, que incluem áreas globais de Clientes, a área de Tesouraria e Mercados de Capitais, e várias áreas de produto. A presente secção contém uma exposição dos resultados operacionais do BiG com base numa apresentação interna das

T.21

Medidas de Desempenho	2012	2011	2010
Rendibilidade			
Rendibilidade dos Activos Médios (ROA)	3,5%	0,3%	2,6%
Rendibilidade dos Capitais Próprios Médios (ROE)	26,9%	2,9%	17,3%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	8,7%	3,8%	6,5%
Eficiência			
Margem Financeira / Activo Remunerado	1,9%	2,6%	2,0%
Custos Transformação / Produto Bancário	28,2%	47,9%	38,8%
Custos Pessoal / Produto Bancário	18,9%	26,6%	24,1%
Solvência			
TIER 1	31,9%	32,5%	36,2%
Rácio de Solvabilidade Ajustado ao Risco	32,0%	32,5%	36,3%

T.22

(Euro 000)

Retalho Especializado	2012	(%)	2011	(%)	2010	(%)
Comissões Líquidas de Serviços Prestados a Terceiros	3.893	32,7%	4.227	37,2%	5.354	47,3%
Margem Financeira	6.672	56,0%	5.923	52,1%	4.423	39,1%
Comissões Bancárias	1.038	8,7%	815	7,2%	792	7,0%
Negociação de Activos Financeiros / Vendas	310	2,6%	401	3,5%	752	6,6%
Proveitos Líquidos	11.913	100%	11.365	100%	11.321	100%
Custos Operacionais	-12.759		-8.433		-9.318	
Resultados Antes de Impostos	-846		2.933		2.003	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	17%		72%		30%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	61%		60%		59%	

nossas receitas e despesas associadas com as três principais divisões internas de proveitos e custos. Neste formato, os proveitos são alocados por segmento de Cliente ou área de negócio e os custos são alocados com base nas despesas efectivas por área e numa divisão geral dos custos operacionais em função do número de Colaboradores por área de negócio.

As receitas do segmento de Clientes de retalho especializado são fortemente dependentes dos volumes de negociação de activos financeiros e de proveitos relacionados com margem. Outras fontes de receita incluem comissões bancárias e a margem comercial associada a produtos de poupança e de investimento, tais como fundos de investimento e outras soluções de gestão de activos. Os proveitos líquidos do nosso negócio de retalho ascenderam a € 11,9 milhões, superiores em 5% aos verificados em 2011. A margem financeira registou um aumento de 12% face a 2011 e representou 56% das receitas, o que compara com 52% em 2011. Reflectindo uma mudança no negócio dos Clientes de retalho para actividades de margem mais estável, por comparação com actividades com uma maior tomada de risco, as comissões líquidas de corretagem e investimento ascenderam a € 3,9 milhões, traduzindo uma quebra de 8% face ao ano anterior. Esta categoria representou 33% do total das receitas em 2012, por comparação com 37% em 2011 e 47% em 2010.

T.23

Quota de Mercado de Intermediação Financeira Jan - Dez 2012	Quota de Mercado	Ranking	Volume de Mercado	Mercado Var. anual
Intermediação Financeira via Internet				
Acções e Warrants	14,80%	2	7.527.594	-32,50%
N.º de ordens executadas online	13,40%	2	1.056.454	-23,30%
Futuros online	9,40%	3	13.592.722	-21,70%
Intermediação Financeira Total				
Acções	3,30%	6	43.872.500	-16,20%
Warrants	38,90%	1	339.336	-45,40%
Futuros	1,70%	6	75.609.544	-62,30%
Outros Valores Mobiliários	1,70%	3	21.431.525	381,10%

Fonte: CMVM. Relatório Estatístico relativo à actividade de recepção de ordens executadas por conta de outrem (Jan. a Dez. 2012).

T.24

Porcentagem das Receitas de Intermediação Financeira via Internet									
2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
71%	80%	83%	79%	80%	65%	66%	57%	58%	56%

Exclui Block Trading

Durante o ano, o Banco renovou duas agências e inaugurou uma nova no primeiro trimestre de 2013. A rede física inclui 14 agências e o número de caixas automáticas (ATM) aumentou para 30. O Banco aumentou a sua equipa de vendas de retalho e concluiu uma nova versão da plataforma www.big.pt a qual foi lançada no segundo trimestre de 2012.

O negócio de retalho do Banco é uma combinação de uma plataforma especializada de negociação de activos financeiros e investimento, com uma oferta de serviço integral para o Cliente individual.

Os produtos e serviços oferecidos incluem contas à ordem, cartões de débito e crédito, serviços de pagamentos e soluções de crédito específicas. A plataforma proporciona acesso a um leque alargado de produtos de poupança e investimento, desde produtos bancários em geral a soluções de crédito para os Clientes que requeiram apoio, até sofisticadas plataformas *online* de negociação de activos financeiros e investimento para Clientes *self-directed*. Estas incluem negociação de acções, *warrants*, contratos de futuros, mercado cambial (FX), CFD's (contratos por diferença), e fundos de entidades terceiras. Comunicamos com os nossos

T.25

(Euro 000)

Institucionais e Empresas	2012	(%)	2011	(%)	2010	(%)
Comissões Líquidas de Serviços Prestados a Terceiros	2.153	66,0%	3.054	68,3%	2.320	55,0%
Margem Financeira	118	3,6%	2	0,0%	20	0,5%
Comissões Bancárias	253	7,8%	379	8,5%	396	9,4%
Negociação de Activos Financeiros / Vendas	129	4,0%	166	3,7%	743	17,6%
Assessoria Financeira	608	18,6%	874	19,5%	741	17,6%
Proveitos Líquidos	3.261	100%	4.475	100%	4.220	100%
Custos Operacionais	-5.497		-3.341		-3.948	
Resultados Antes de Impostos	-2.236		1.135		272	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	5%		28%		11%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	27%		24%		25%	

Clientes através de vários canais integrados, que incluem via Internet, telefone e as agências físicas, geridas por *financial advisors*. As várias ofertas de produtos e abordagens de distribuição são concebidas para atingir, de forma eficiente, um conjunto alargado de Clientes-alvo com diferentes perfis de investimento, apetência por risco e necessidades transaccionais.

As áreas de produto do segmento de negócio de Empresas e Institucionais do Banco são semelhantes às oferecidas ao segmento de retalho, com excepção da assessoria dirigida a empresas. Ao passo que o negócio de retalho envolve canais de vendas integrados com base na plataforma electrónica www.big.pt, o negócio de E&I pode contar com equipas de vendas

especializadas e soluções concebidas à medida das necessidades específicas dos Clientes Institucionais. As áreas de produto oferecidas incluem corretagem institucional, gestão de risco, venda de produtos de investimento, e serviços de assessoria independente para Clientes Empresariais, Bancos, e Clientes Institucionais. Em 2012, este segmento de negócio gerou proveitos líquidos de € 3,2 milhões, inferiores em 27% ao registado em 2011.

Os resultados neste segmento, excluindo *block trades* que não são recorrentes, ascenderam a € 1,4 milhões em 2012. Estes resultados reflectem uma combinação de diferentes factores, em particular a concentração do negócio do Banco em Portugal, onde os efeitos negativos da crise da dívida soberana, as reduções de *ratings*

da República e dos principais bancos, o aumento dos custos de financiamento para os bancos e para o sector privado, e o aumento da carga fiscal em Portugal, contribuíram para a escassez de oportunidades de negócio.

O segmento de negócio de Tesouraria e Mercados de Capitais visa gerar receitas, enquanto simultaneamente gere a exposição do Banco aos produtos vendidos a Clientes em áreas tais como taxas de juro, cambial, rendimento fixo, acções e instrumentos derivados. Na gestão das suas posições, o Banco investe genericamente em obrigações empresariais – *investment grade* –, obrigações do tesouro emitidas principalmente pelos Estados Unidos da América e por Estados-Membros da Zona Euro. O Banco também negocia

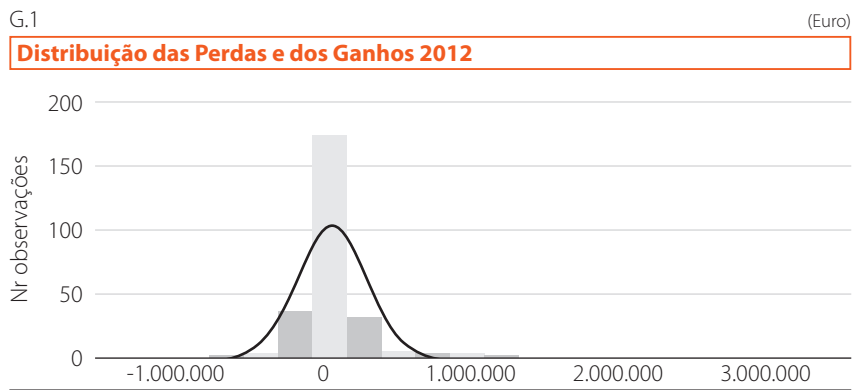
T.26

(Euro 000)

Tesouraria e Mercados de Capitais	2012	(%)	2011	(%)	2010	(%)
Rendimentos de Instrumentos de Capital	1.577	3,2%	1.474	-14,7%	1.360	6,2%
Resultados de Activos e Activos e Passivos ao Justo Valor através de Resultados	11.441	23,5%	-236	2,3%	3.632	16,7%
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	36.685	75,4%	1.442	-14,4%	16.824	77,2%
Resultados de Reavaliação Cambial	877	1,8%	1.561	-15,6%	1.242	5,7%
Resultados da Alienação de Outros Activos	4.252	8,7%	-135	1,3%	4.473	20,5%
Imparidades de Outros Activos Financeiros Líquidas de Reversões e Recuperações	-6.148	-12,6%	-14.135	140,9%	-5.737	-26,3%
Proveitos Líquidos	48.684	100%	-10.029	100%	21.794	100%
Custos Operacionais	-2.466		-2.286		-2.527	
Resultados Antes de Impostos	46.218		-12.315		19.267	
% dos proveitos operacionais / proveitos do conjunto dos segmentos	76%		0%		58%	
% dos custos operacionais / custos do conjunto dos segmentos	12%		16%		16%	

os principais instrumentos monetários internacionais, futuros sobre taxas de juro e futuros sobre os principais índices, bem como uma variedade de opções e instrumentos financeiros similares, principalmente em relação com os negócios de Clientes. Na gestão das várias carteiras de negociação de activos financeiros, a actividade da equipa de Tesouraria e Mercados de Capitais abrange muitas áreas internamente, sendo uma fonte de *expertise*, de gestão de risco de mercado e de rentabilidade consistente para a organização.

Em 2012, esta área gerou resultados, líquidos de imparidades, de € 48,7 milhões, o que compara com perdas de € 10 milhões em 2011, após a incorporação, nesse ano, do efeito negativo e único das imparidades relacionadas com a Grécia. Este resultado compara ainda com € 21,8 milhões de receita líquida em 2010. A geração de receitas, como indica o histograma abaixo, e excluindo o efeito de imparidades, sugere uma distribuição razoavelmente normal durante o último ano como registado em anos anteriores.



GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Os principais riscos que o Banco enfrenta, inerentes à actividade bancária, incluem riscos de mercado, liquidez, taxa de juro, crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Embora sejam analisados separadamente no presente relatório, estes riscos encontram-se geralmente inter-relacionados. Para identificar e gerir estes riscos, os sistemas de controlo interno do Banco contemplam políticas e procedimentos integrados, que assumem natureza quantitativa e qualitativa. Estes procedimentos são revistos e aprovados pelo Conselho de Administração, que supervisiona as respectivas funções de controlo de risco, quer em grupo, quer por delegação. As nossas políticas e sistemas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, sistemas fiáveis, tomada de risco apropriada, medição diária dos riscos, reporte independente e comportamento responsável. As políticas e procedimentos visam igualmente garantir o respeito por, e a adesão a, orientações internas, legais e prudenciais concebidas para proteger os interesses dos Clientes e dos accionistas, enquanto preservam e protegem a reputação do Banco.

Em 2011, adicionalmente aos riscos inerentes à actividade bancária, a Administração incorporou em alguns dos cenários assumidos em testes de *stress* a componente de riscos políticos e sistémicos. Embora estejam sempre contemplados nos processos de análise de risco, os eventos subjacentes à crise da dívida da Zona Euro motivaram a adopção de um planeamento explícito para potenciais eventos inesperados associados às acções de implementação de medidas por parte dos líderes políticos a nível nacional e internacional. Estes eventos podem ter impacto nas práticas de mercado existentes, regulação ou pressupostos, ou, directamente, ter impacto nos preços e expectativas de mercado. Estes riscos constam regularmente da nossa perspectiva e aferição de riscos de mercado, liquidez e crédito. Informação adicional, incluindo testes de *stress* para risco reputacional e de correlação, como consta da Nota 38.

Estrutura

A responsabilidade pela monitorização de riscos começa pelo Conselho de Administração e pelo Comité de Todos os Riscos do Banco. Este Comité combina as várias funções individuais de controlo e os grupos funcionais que supervisionam a Gestão de Risco, discutidos em detalhe mais abaixo neste documento, e as áreas de Auditoria Interna e *Compliance* do Banco.

Presidindo a estrutura de governo societário encontra-se o Conselho de Administração. Este órgão assume um papel essencial na supervisão de riscos e o seu funcionamento tem sido sempre pautado pelo reconhecimento de que controlos adequados – quer para evitar perdas desnecessárias, quer como meio de gerar valor para os accionistas num ambiente controlado – são fundamentais para a robustez financeira da instituição.

O Conselho de Administração estabelece orientações sobre a estratégia do Banco e níveis de risco, sendo ainda responsável pela manutenção de uma visão integrada das exposições às diferentes tipologias de risco. Cada um dos comités internos de risco – Comité de Todos os Riscos, Comité de Activos e Passivos, Comité de *Compliance*, Comité de Investimento e outros grupos responsáveis por áreas como Auditoria Interna, *Compliance*, Riscos Operacionais e Riscos Tecnológicos – inclui responsáveis pelos mecanismos de controlo no dia-a-dia. Cada comité inclui, para além do Vice-Presidente, pelo menos outro Membro do Conselho de Administração. Dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, estes comités têm autoridade para tomar decisões nas suas áreas respectivas. Os eventos diários de natureza excepcional requerem a aprovação de pelo menos dois Administradores. Exposições significativas ou decisões de política significativas que caiam fora destes limites requerem revisão e aprovação pelo Conselho de Administração. Acresce ainda que o Comité de Todos os Riscos reúne regularmente para assegurar uma comunicação adequada, conformidade

com regulamentos e compreensão das inter-relações dos riscos entre as várias áreas do Banco.

A Administração revê frequentemente as políticas e procedimentos e a sua clara comunicação por toda a organização, como forma de garantir a construção de um ambiente operacional eficaz. A natureza da estrutura de governação para o risco e a existência de políticas claras visam assegurar que os processos associados com a identificação, quantificação, controle e reporte de exposições a potenciais perdas sejam implementados de acordo com as melhores práticas bancárias e padrões regulamentares.

Políticas Gerais na Gestão de Risco

O BiG está no negócio da gestão de risco com o objectivo de criação de valor para os accionistas. Em termos gerais, o Banco encontra-se exposto a risco em resultado directo da tomada de posições com respeito a mercados particulares ou combinações de mercados, produtos ou Clientes, ou em resultado de uma interrupção inesperada nos sistemas e operações ou erro nos procedimentos normais do Banco.

Na gestão da exposição a riscos, o Banco pauta-se pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração;
- Definição formal de responsabilidade pela gestão de risco no Banco;
- Políticas e procedimentos que permitam supervisão independente;
- Diversificação de riscos apropriada e revisão formal dos níveis de concentração;
- Sistemas de mensuração e reporte independentes;
- Sobreposição de sistemas para medir e controlar o risco;
- Formação para apoiar a identificação de riscos nas várias áreas.

Quantificação do Risco

Na tomada de decisões e na gestão de risco, o Banco utiliza um conjunto de ferramentas quantitativas e sistemas utilizados para monitorizar e medir as exposições. Estes aspectos são discutidos nas secções seguintes e incluem nomeadamente:

- Utilização exaustiva de cenários de testes de *stress*;
- Limites de risco de mercado com base em *VaR (Value at Risk)*;
- Análises de sensibilidade, em particular a taxas de juro;
- *Basis Point Values*;
- Limites por contraparte, família, classe de activos e carteira;
- Limites de concentração;
- Análise qualitativa e procedimentos.

A quantificação do risco requer exercícios regulares de auto-avaliação, actualizações nas técnicas e mudanças nos pressupostos, bem como a adesão a normas regulamentares e contabilísticas. Em resultado, o processo é um foco diário das equipas responsáveis e das áreas de suporte. Assumimos como parte do processo que nenhuma metodologia isolada é suficiente na análise global das nossas exposições e, como tal, revemos os riscos, em particular os riscos de mercado, através de um conjunto de processos e abordagens. Como política, procuramos quantificar o potencial de perdas associado a todos os aspectos do nosso negócio, de forma a obter uma estimativa razoável dos potenciais danos em caso de ocorrência de eventos inesperados. Estes eventos abrangem aqueles que são observados, com base em dados históricos, e aqueles que consideramos altamente improváveis, mas que, ainda assim, podem ser estimados com base em determinados cenários extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão, diária, de todas as medidas acima mencionadas. A gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro

combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenários. O risco de crédito geralmente foca-se em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, sector ou geografia e testes de *stress*. As exposições a derivados são medidas através de análises de sensibilidade medidas em pontos base. Uma avaliação dos riscos mais subjectivos aos quais o Banco pode estar exposto, tais como alguns riscos operacionais, o risco reputacional e o risco de correlação, está dependente de análises de cenários de modo a atingir estimativas quantitativas.

Limites e Controlo

A existência de limites em todas as actividades com risco é essencial ao processo de controlo de riscos, e envolve a aprovação de restrições por classe de produto, maturidade e por operador. Estes limites podem ser medidos através de uma combinação de medidas não estatísticas, designadamente *basis point values* (bpv's), e medidas estatísticas, tais como o *Value at Risk (VaR)*, discutido abaixo. É responsabilidade da Administração e da função de Risco de Mercado garantir a actualização contínua, o reporte diário, o diálogo e a revisão dos pressupostos dos modelos. Vários critérios são adoptados para determinar os limites apropriados na tomada de riscos de negociação de activos financeiros e investimento, incluindo a nossa análise corrente e histórica dos mercados, estatísticas de volatilidade de liquidez, análise técnica e fundamental, o nível de experiência e desempenho dos gestores, e, constituindo um factor importante, o apetite do Banco pelo risco em função das condições de mercado.

Os limites aprovados, especificando as exposições autorizadas por contraparte e concentração por tipo de activos, são revistos e comunicados numa base periódica aos gestores e colaboradores

de *front e back office*, e são sujeitos a revisão e actualização regular. Todos os Colaboradores são responsáveis por aderir aos limites aprovados, que são monitorizados por funções de *back office* independentes, que asseguram que as posições são valorizadas e registadas correctamente.

Reporte

Diariamente, as áreas responsáveis pela gestão de risco e *back office* compilam e reportam posições à Administração com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas. Os limites excedidos são reportados à Administração, que toma as medidas necessárias para garantir o cumprimento dos mesmos. Estes controlos formais são ainda acompanhados por sistemas informais de monitorização de tomada de posições e limites, incluindo reuniões, no mínimo diárias, da Administração com as áreas de negociação para rever posições, avaliar tendências e resultados, e modificar estratégias em conformidade.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa o possível declínio no valor de instrumentos financeiros em resultado de alterações nas condições de mercado. Os principais riscos que gerimos na nossa actividade de negociação incluem:

- *Risco de activos de rendimento fixo*, resultante de mudanças dos preços de activos financeiros detidos para negociação ou para venda;
- *Risco de preço de activos financeiros*, resultante de exposições a mudanças nos preços dos activos e volatilidade;
- *Risco de taxa de câmbio*, resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidade;
- *Risco de derivados*, resultante da gestão da nossa exposição a mudanças

de preços dos activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

Na gestão dos riscos acima identificados, o Conselho de Administração delega o controlo e supervisão diária no *Comité de Risco de Mercado*. Este grupo é presidido pelo CEO e inclui outros membros do Conselho de Administração, além de outros gestores envolvidos nas actividades de negociação de activos financeiros e de controlo.

Conjuntamente, são responsáveis pela revisão de metodologias de medição de risco e limites para todas as actividades de negociação de activos financeiros. Controlam ainda as decisões genéricas de investimento, revêem modelos e análises associadas ao cálculo dos limites de *Value at Risk* para a carteira do Banco, bem como para as carteiras dos Clientes, e são responsáveis pela condução diária dos testes de *stress* às carteiras, bem como assegurar uma supervisão e controlo independente e verificar o cumprimento dos limites de tomada de risco pelos colaboradores de *front office*. Adicionalmente, este grupo procura assegurar um equilíbrio eficiente entre riscos e retorno, bem como um nível apropriado de volatilidade nos resultados operacionais.

Nas suas actividades de Tesouraria e Mercado de Capitais, o Banco gera receitas através da gestão de exposições a mudanças adversas no valor dos instrumentos financeiros em vários mercados, produtos e carteiras. Para gerir e reportar riscos, periodicamente, são estabelecidos e revistos os procedimentos e sistemas definidos para assegurar níveis de controlo adequados ao capital do Banco e aos seus objectivos de negócio.

A função de monitorização do risco de mercado, em colaboração com a Administração e com o *Compliance*, procede à revisão de políticas e procedimentos de desenvolvimento de produtos para assegurar que os níveis de risco assumi-

dos pelos Clientes, e oferecidos pelo Banco, são apropriados às circunstâncias. Alguns dos membros do Comité de Risco de Mercado também integram o Comité de Investimento do Banco, que acompanha as tendências, alocações e políticas com respeito à gestão de activos de terceiros, incluindo responsabilidades associadas com mandatos de assessoria e gestão discricionária. As actividades desta área, embora separada da carteira própria do Banco, encontram-se sujeitas ao mesmo tipo de mecanismos e procedimentos de controlo que são utilizados pelo Banco na gestão do seu capital. Ambos os grupos reúnem regularmente e, uma vez que incluem normalmente dois ou mais Administradores, têm a autoridade para decidir questões do dia-a-dia. As grandes exposições ou políticas significativas são geralmente apresentadas para revisão prévia pelo Conselho de Administração.

Metodologias Utilizadas

Na gestão do risco de mercado, o Banco utiliza um conjunto de metodologias diferentes para medir e controlar a exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informação cobrindo os riscos de país e contraparte. Os riscos são frequentemente geridos através do processo de diversificação de exposições, controlo de dimensão de posições e estabelecendo coberturas em valores mobiliários ou derivados relacionados. As ferramentas quantitativas chave utilizadas para medir e controlar as exposições eficientemente são fundamentalmente *Value at Risk (VaR)* e várias medidas não estatísticas, entre as quais:

- Testes de *stress* sobre o valor económico (*Economic Value stress testing*);
- Testes de esforço sobre os resultados (*Earnings at Risk stress testing*);
- Valores de pontos básicos (*Basis point values*);
- Limites de posições para derivados ("gregas");

- Limites nas posições para subjacentes seleccionados (*Inventory position limits for selected underliers*).

O BIG utiliza estes sistemas em simultâneo com outros, tais como relatórios de perdas e controlos diários sobre concentrações de risco, para garantir a integridade do processo na ocorrência de potenciais falhas numa ou mais metodologias, em consequência de um evento extraordinário que ocorra nos mercados.

Value at Risk (VaR)

A análise de *VaR*, que mede o risco assumindo condições normalizadas de mercado, é combinada com medidas não estatísticas, incluindo testes de *stress*, *back testing* e *earnings at risk advisories*, para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Banco calcula o *VaR* usando o horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Banco deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As variações de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente resultantes de alterações nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre activos financeiros.

Os resultados dos testes da carteira de negociação durante 2012, indicam que durante o ano houve um dia em que as perdas excederam os níveis de *VaR*. Os limites de negociação indicados abaixo foram, em média, pouco utilizados, concentrando-se grande parte do risco na carteira de activos disponíveis para venda (AFS).

T.27

(Euro)

VaR de Negociação 2012 (vs 2011)	2012				2011			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
FX	2.155	5.199	64.777	670	2.503	17.687	96.571	871
Taxa de Juro	25.525	423.948	1.433.894	21.557	-	-	-	-
Acções	68.235	23.056	128.548	1.981	10.150	28.526	111.278	5.157
Matérias Primas	-	-	-	-	-	-	-	-
Opções	43.550	53.177	113.981	18.791	31.912	80.079	305.007	20.838
Efeito de Diversificação	27%	31%			15%	7%		
	101.997	350.734	1.433.218	37.465	37.903	118.064	331.753	33.788

T.28

(Euro)

VaR de Investimento 2012 (vs 2011)	2012				2011			
	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média	Máximo	Mínimo
Taxa de Juro	6.253.717	7.662.930	10.227.702	3.580.669	3.867.818	4.029.413	6.831.369	2.190.482
Acções	263.213	571.886	843.797	216.114	754.557	438.037	754.557	253.138
Efeito de Diversificação	6%	6%			15%	7%		
	6.156.687	7.742.197	10.515.533	3.046.218	3.931.437	4.165.688	7.941.532	2.275.775

Resumo de termos-chave:

VaR: Perda esperada no pior caso para o nível de confiança indicado; perdas maiores são possíveis, mas têm uma probabilidade correspondentemente mais baixa de acontecer.

Back-testing: Processo de validação de um modelo por via da comparação das suas previsões com os resultados reais.

Nível de confiança: Probabilidade de que uma perda efectiva não exceda o VaR estimado. Quanto maior o nível de confiança, maior o VaR.

Efeito de diversificação: Representa o ganho, em termos de risco, resultante de uma carteira diversificada.

Alguns eventos durante 2011 conduziram a períodos de extrema volatilidade e, conseqüentemente, níveis superiores de VaR. O actual enquadramento económico teve um impacto negativo em grande parte do mercado, e em particular em todos os tipos de activos Portugueses. As fortes quedas nos preços das emissões de dívida de países da periferia da Zona Euro (Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália), os sucessivos cortes de *rating* e os processos políticos associados com a definição de uma solução para os problemas que assolam as fundações do Euro, criaram condições de mercado difíceis.

No primeiro trimestre de 2010, o Banco liquidou a carteira de activos detidos até à maturidade e, desde então, concentrou a maior parte da actividade de investimento e crédito nas carteiras de activos detidos para venda (AFS). As componentes e as concentrações da carteira são tipicamente dinâmicas à medida que o Banco maximiza fluxos estáveis de receita, enquanto maximiza a flexibilidade de reconhecer proveitos mantendo níveis elevados de

liquidez disponível. Os limites de investimento atingiram em média 51% durante o ano, reflectindo uma redução face aos valores registados no ano anterior. Os elevados níveis de VaR estiveram associados à

carteira de activos de rendimento fixo, reflectindo a instabilidade descrita anteriormente. Mais detalhe destas exposições está disponível na secção deste relatório dedicada à Gestão do Risco de Concentração.

Utilização média de Limites – VaR

T.29 (Euro)

Negociação		
VaR	Limite	Utilização
101.997	2.750.000	4%

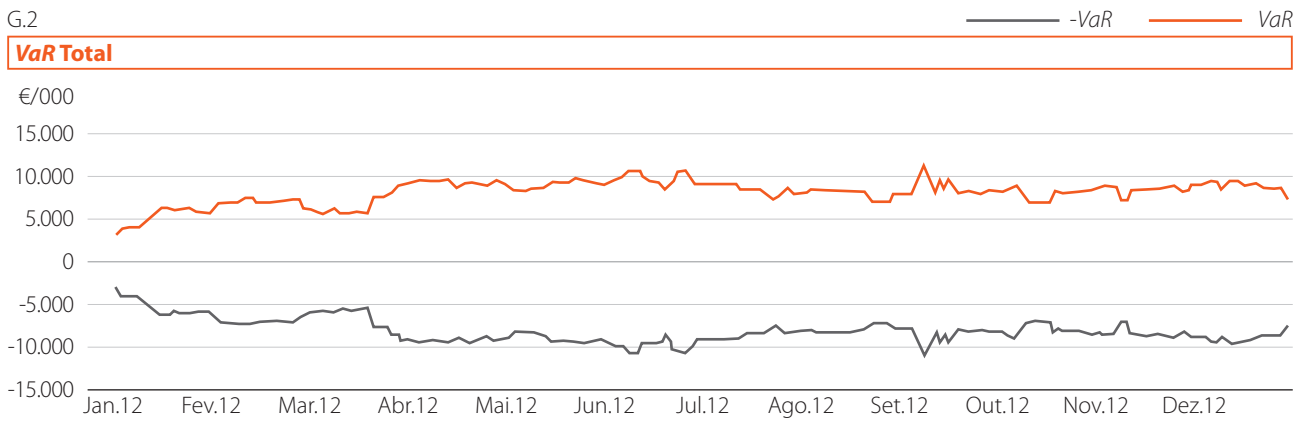
	Limites	31-12-2012	28-12-2012	Δ	Excedente
Acções	250.000	68.235	62.200	-6.036	-
Opções	300.000	43.550	47.754	4.204	-
Taxa de juro	2.100.000	25.525	21.557	-3.968	-
Fx	100.000	2.155	2.310	155	-

T.30 (Euro)

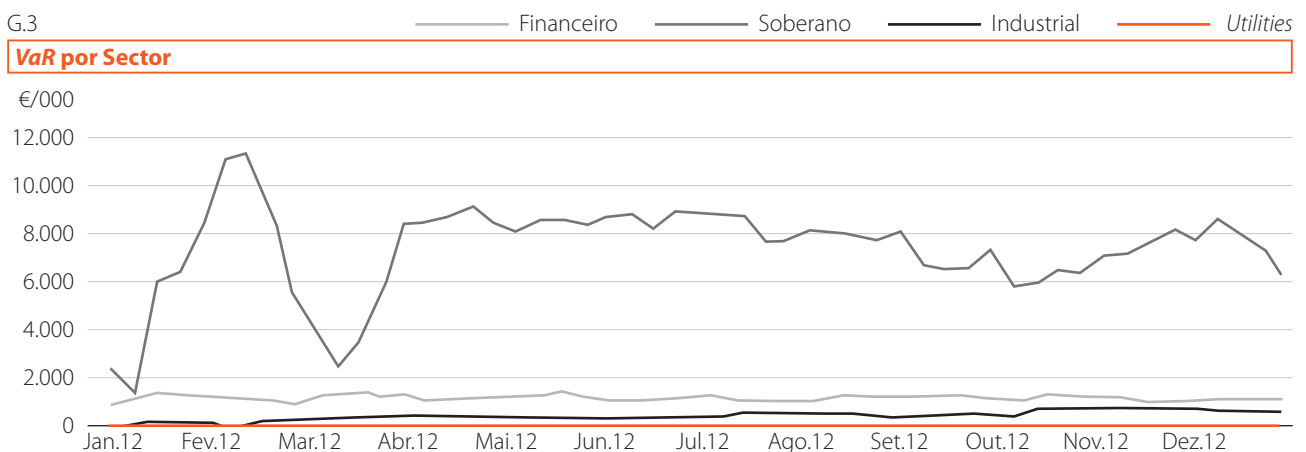
Investimento		
VaR	Limite	Utilização
6.156.687	12.000.000	51%

	Limites	31-12-2012	28-12-2012	Δ	Excedente
Taxa de juro	6.000.000	6.253.717	7.457.197	1.203.480	-
Acções	800.000	263.213	258.229	-4.985	-

VaR Total



VaR por Sector



A análise de *VaR* das classes de activos de rendimento fixo e variável por sector indica que as maiores exposições médias durante 2012 ocorreram em activos financeiros de instituições financeiras,

dívida soberana e *utilities*. Os picos nos sectores governamental e financeiro no primeiro trimestre reflectem momentos de *stress* particular nos mercados de dívida soberana e o efeito no sector financeiro e sectores relacionados principalmente nos mercados "periféricos" da Zona Euro.

que introduz o *spread* entre os preços de *bid* e *ask* dos activos. Em momentos de *stress*, o *bid/ask spread* alarga-se em função da redução da liquidez disponível. A tabela T.32 evidencia a evolução comparativa durante 2012 da média do *VaR* de liquidez para as várias classes de activos detidos pelo Banco, constituindo L1 a medida dos *bid/ask spreads*. Os pontos de desvio significativo entre as medidas de *VaR* normal e as medidas de *VaR* de liquidez, tal como indicadas no gráfico G.4, reflectem o aumento no *stress* e a queda na liquidez entre os instrumentos de rendimento fixo de países periféricos e das suas instituições financeiras.

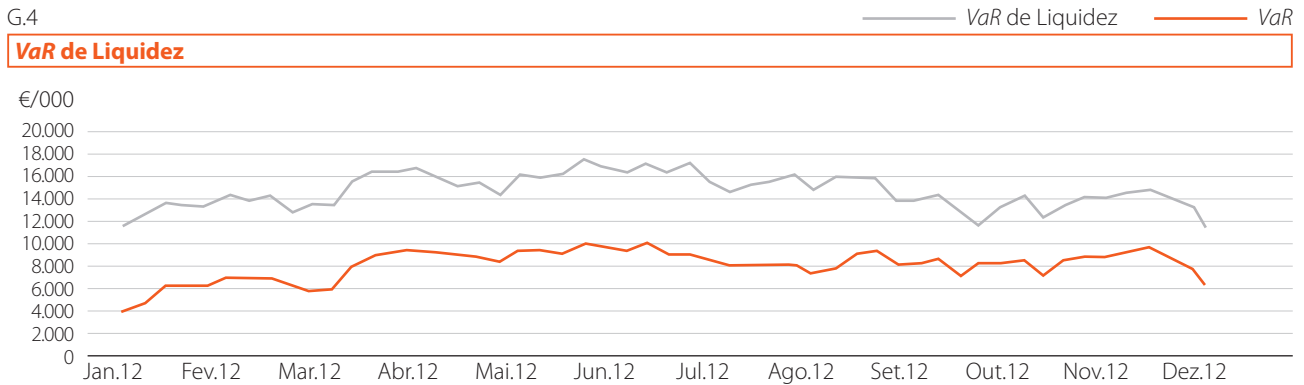
T.31 (Euro)

Sector	VaR Médio
Materiais Básicos	6.964
Telecomunicações	76.311
Consumidor, cíclicos	3.260
Consumidor, não cíclicos	9.782
Financeiro	1.103.818
Soberano	7.308.564
Industrial	328.084
Utilities	553.638
Energia	8.080

VaR de Liquidez

O *VaR* de Liquidez mede a perda esperada associada à análise sectorial acima indicada, ajustada à liquidez das respectivas classes de activos. A adição da componente de liquidez é uma perspectiva mais conservadora da medida de *VaR* normal no sentido em

G.4



T.32

(Euro)

Sector	L1	VaR	VaR de liquidez
Financeiro	2.634.413	1.103.818	3.738.230
Soberano	3.373.483	7.308.564	10.682.047
Industrial	346.831	328.084	674.915
Utilities	132.088	553.638	685.727

VaR de Crédito

O VaR de crédito mede a perda máxima estimada que o Banco poderá sofrer em exposições de crédito associadas com os seus activos financeiros de rendimento fixo detidos na carteira de activos disponíveis para venda, i.e., excluindo a sua relativamente modesta carteira de crédito a Clientes. Na avaliação dos riscos associados com a exposição a crédito na carteira de investimento, são consideradas características específicas tais como notação de risco de crédito, probabilidade de incumprimento, taxa de recuperação e sector, entre outros.

Conforme indicado no gráfico G.5, que compara o VaR de crédito com o VaR

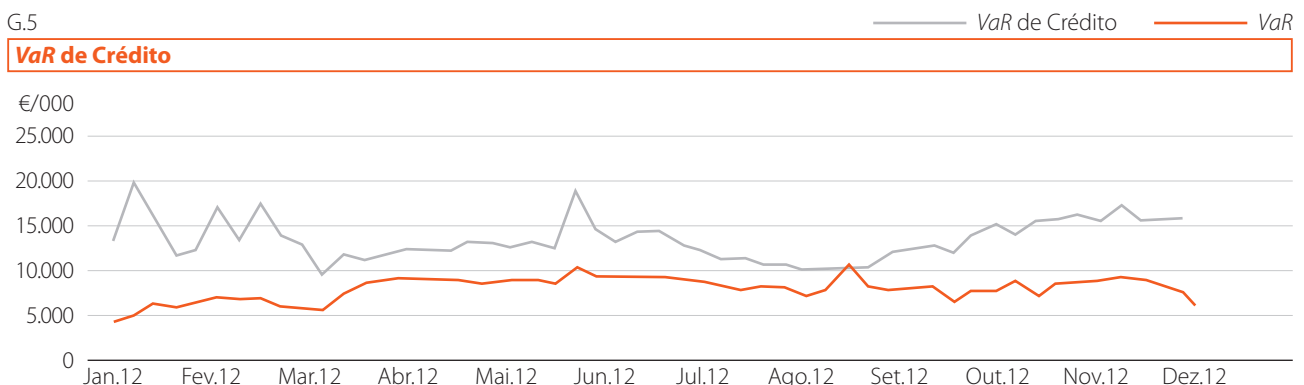
normal, o primeiro representou, em média, 2% da globalidade da carteira de crédito durante o ano, com excepção do primeiro trimestre de 2012, período durante o qual certas emissões de dívida soberana atingiram níveis históricos de volatilidade.

Testes de Stress

O Banco efectua testes de *stress* das suas posições de mercado e considera esta abordagem, em conjunto com as avaliações de VaR, uma ferramenta essencial para a gestão de riscos de mercado. Ao utilizar testes de *stress* económico, o Banco procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou

carteira, em diferentes cenários. Os testes de *stress* de proveitos em risco proporcionam à Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplada, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, utilizamos 16 cenários para desenvolver testes a 96 posições nas carteiras de negociação e de investimento, assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a nossa exposição e, em certos casos, as exposições dos nossos Clientes a potenciais perdas. Numa base semanal, aplicamos 13 cenários adicionais para testar 78 posições. Estes cenários são revistos frequentemente e

G.5



de acordo com a evolução das condições de mercado. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes de activos idênticas e com um nível elevado de correlação. Realizamos habitualmente os testes de *stress* de liquidez e correlação numa base mensal.

A maioria dos testes é realizada com base em eventos históricos e nas respectivas reacções dos mercados a esses eventos. Adicionalmente, o Banco executa diaria-

mente testes de *stress* "Armageddon" das exposições de mercado. Estes cenários simulam o impacto de eventos ou quedas nos mercados em cenários potenciais extremos. O objectivo desses cenários extremos, debatidos abaixo, é medir o impacto teórico no modelo de negócio do Banco e na sua resiliência a eventos que são habitualmente várias vezes piores do que qualquer ocorrência histórica de mercado.

Os cenários históricos observados durante 2011-2012, e utilizados para a

realização de testes diários, são identificados abaixo como "C1, C2...C5". A reacção histórica a vários cenários históricos extremos é aplicada às exposições actuais para estimar potenciais ganhos ou perdas das principais carteiras de negociação e investimento de activos financeiros, assumindo as mesmas condições de mercado. Os resultados são então compilados e reportados ao Conselho de Administração pela área de risco do Banco.

T.33

(Euro 000)

Negociação 2012									
	Piores cenários acções			Piores cenários obrigações				FX	Matérias primas
	C1	C2	C3	C1	C2	C3	C4	C1	C1
Acções	(90)	(124)	(14)	(1)	25	(18)	(2)	(24)	(28)
Opções	(8)	1	(2)	(12)	13	(3)	14	(5)	(5)
Taxa de Juro	38	7	(88)	(215)	(59)	(71)	(82)	(44)	(22)
FX	(13)	(15)	(11)	11	9	10	7	(66)	(13)
Total	(73)	(131)	(115)	(217)	(12)	(82)	(63)	(139)	(68)

T.34

(Euro 000)

Investimento 2012									
	Piores cenários acções			Piores cenários obrigações				FX	Matérias primas
	C1	C2	C3	C1	C2	C3	C4	C1	C1
Taxa de Juro	11.031	(3.296)	(7.196)	(27.527)	(3.766)	(5.538)	(8.621)	(6.626)	(2.041)
Acções	(303)	(274)	(42)	(350)	14	(26)	(60)	(233)	(137)
Total	10.728	(3.570)	(7.238)	(27.877)	(3.752)	(5.564)	(8.681)	(6.859)	(2.178)

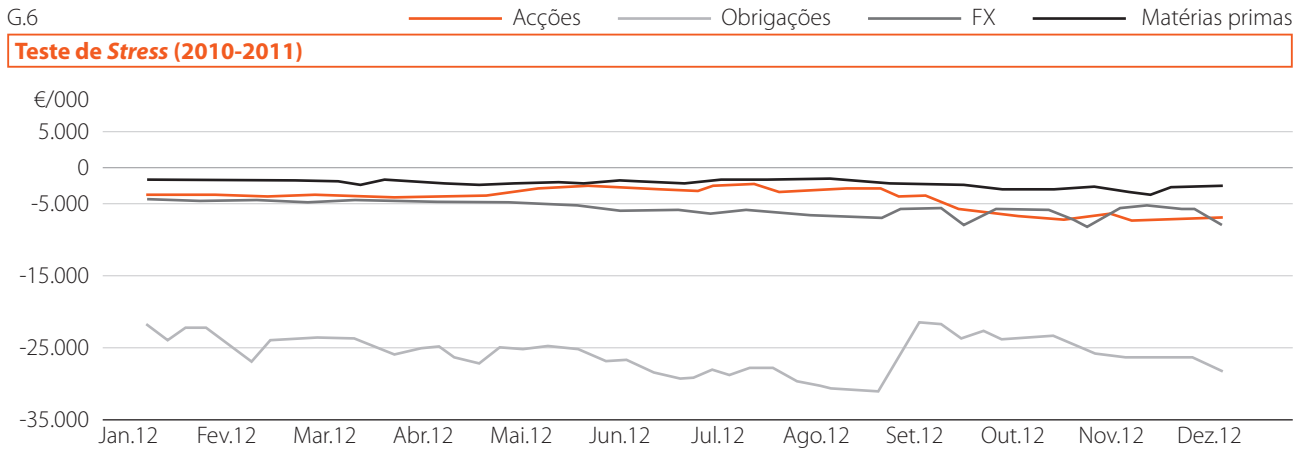
Os cenários utilizados em 2010-2011:

Piores Cenários de Acções		
C1	<i>Downgrade</i> da dívida pública dos EUA	08/08/11
C2	Preocupações de que a crise da dívida pública dos países da União Europeia se possa propagar a outros países	18/08/11
C3	<i>Downgrade</i> da dívida pública Portuguesa (A+ para A-)	28/04/10

Piores Cenários de Obrigações		
C1	1º Leilão de dívida pública Portuguesa depois da agência da <i>Moody's</i> ter diminuído o <i>rating</i> a Portugal	06/07/11
C2	Crise Italiana, com a dívida pública a registar máximos históricos	25/11/11
C3	Notícias de que a dívida pública da Grécia é maior do que inicialmente se previa	22/04/10
C4	Instabilidade política na Grécia	05/05/10

Piores Cenários de FX		
C1	Intervenção na Grécia	06/05/10

Piores Cenários de Matérias Primas		
C1	Abrandamento económico e agravamento da crise da dívida pública na Europa	23/09/11



T.35 (Euro 000)

	Acções	Obrigações	FX	Matérias Primas
Máximo	-2.645	-21.622	-4.371	-1.634
Mínimo	-7.445	-31.232	-8.398	-3.737
Média	-4.408	-25.842	-5.744	-2.323
Desvio Padrão	1.529	2.505	936	477

Testes de Stress Armageddon

Os testes de stress "Armageddon" às posições de investimento e negociação medem o impacto teórico das várias exposições do Banco no evento altamente improvável de os índices das várias economias globais – DAX na Europa e S&P nos Estados Unidos – sofrerem quedas dramáticas de 50% e 33%, respectivamente, num único dia de negociação, assumindo correlações de

activos de um mês. De forma semelhante, são desenvolvidos testes diários aos activos de rendimento fixo (Testes de Stress Armageddon da Carteira de Crédito) cujos resultados são comunicados à Administração numa base diária. Estes cenários assumem eventos várias vezes piores do que qualquer mínimo registado durante a crise de crédito de 2008, sendo aplicados às posições actuais e que tendem a estar sob stress em certos

momentos do ano em resultado da crise de dívida soberana que atinge a Zona Euro.

Concebido para ser deliberadamente remoto na sua probabilidade de ocorrência, o objectivo consiste em testar a capacidade de sobrevivência do modelo de negócio do Banco em circunstâncias extremas e, em consequência, manter a disciplina nos limites e na tomada de riscos. A exposição média diária a perdas teóricas neste cenário de teste foi de € 41,4 milhões, com um pico de € 58,8 milhões num único dia no terceiro trimestre de 2012. Estes valores, apesar de serem elevados, não colocam em risco a solvência ou sustentabilidade do Banco.

G.7



T.36 (Euro 000)

Perdas Máximas e Mínimas			
Máximo	Mínimo	Média	Desvio padrão
-58.780	-27.844	-41.366	8.358

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez decorre da gestão dos activos e passivos do Banco.

A política do BiG relativa à liquidez e financiamento baseia-se nos seguintes princípios: (i) financiamento dos activos antes da sua aquisição; (ii) que a maior parte dos activos que compõem o Balanço sejam convertíveis em liquidez num curto espaço de tempo; (iii) construir uma base estável de depósitos de retalho, e (iv) assumir razoável independência do mercado de financiamento junto de outras instituições. Com efeito, estes princípios definem o modelo de negócios do BiG, que é baseado em comissões e prestação de serviços e pressupõe uma base de activos composta por activos altamente líquidos, por oposição a crédito ilíquido.

A tabela T.37 proporciona uma visão global do *gap* de liquidez a 31 de Dezembro de 2012, apresentado por maturidades. Para mais informação, consultar a Nota 38.

Fontes de Financiamento

O Banco procura estabilidade e diversidade nas suas fontes de financiamento, e tem mantido o foco na construção de uma base de depósitos de retalho para financiar as suas actividades. No final

de 2012, os depósitos de Clientes ascendiam a € 544 milhões, traduzindo um acréscimo de 23% face ao valor registado no final de 2011, os quais, em conjunto com os fundos accionistas, eram suficientes para financiar mais de 100% da carteira de activos disponíveis para venda (AFS), cerca de quatro vezes o valor da carteira de crédito e 74% do total de activos remunerados. Note-se que os activos da carteira disponível para venda podem também, eles próprios, ser passíveis de conversão em liquidez num curto período de tempo. As restantes fontes de financiamento podem incluir activos financeiros emprestados ou vendidos através de acordos de recompra. Em função das condições de mercado, as contrapartes podem ser outros Bancos, o BCE e a EUREX Repo. O Banco integrou esta plataforma como membro durante o segundo semestre de 2011. O modelo de negócio do Banco não contempla a emissão de dívida de curto ou longo prazo, não estando o Banco, desta forma, dependente dos mercados de dívida para financiamento.

Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro resulta da exposição ao nível, declive e configuração das curvas de taxa de juro, volatilidade nas taxas de juro, duração e *spreads* de crédito.

O risco de taxa de juro mede a probabilidade de ocorrência de impactos nos proveitos ou no capital do Banco, causados por movimentos nos níveis absolutos de taxas de juro, em *spreads* entre duas taxas, ou na configuração da curva de taxas de juro, entre outros factores. O Banco BiG controla a sua exposição a eventos adversos através da diversificação e de técnicas de cobertura de risco.

O Banco utiliza, como medida de risco de taxa de juro, os *bpvs* (*basis point values*). Este factor de risco representa a exposição por cada ponto base (0,01%) nas taxas de juro, e permite calcular o impacto económico destes movimentos na carteira de activos, nomeadamente em activos de rendimento fixo, que são sensíveis a flutuações de taxas de juro.

A tabela T.38 apresenta os activos e passivos por maturidade e as respectivas taxas médias. Para cada maturidade apresenta-se igualmente a duração modificada e os valores dos *basis point values* (*bpvs*).

Uma posição longa ou positiva em *bpvs* pressupõe uma posição longa em obrigações financiadas com liquidez de curto prazo; uma posição curta ou negativa significa que o Banco vendeu obrigações na expectativa de cobrir ou recomprar a posição mais tarde com lucro.

T.37

(Euro)

Indicadores de Liquidez	Spot e até 1 semana	Entre 1 semana e 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Activos líquidos com maturidade superior a 12 meses
Mismatches						
Mismatches por Prazos	68.486.992	-15.237.924	-42.957.050	-51.109.117	-20.915.175	-
Mismatches Acumulados	68.486.992	53.249.067	10.292.018	-40.817.099	-61.732.275	410.455.981
Activos Líquidos	492.673.286	487.250.598	487.551.894	487.551.894	487.560.325	-
Passivos Voláteis	7.354.279	9.331.095	9.472.600	9.870.849	11.587.560	-
Activos Líquidos - Passivos Voláteis	485.319.007	477.919.504	478.079.294	477.681.045	475.972.765	-
Gap de Liquidez (1)	91	88	89	89	88	-

(1) Gap de Liquidez = [(Activos Líquidos - Passivos Voláteis)/(Activo Total - Activos Líquidos)] x100

T.38

(Euro)

Risco Taxa de Juro								
Maturidade	Activos	Extras Patrimoniais (+)	Responsabilidades	Extras Patrimoniais (-)	Taxa média cupão	Taxa média yield	Líquido	bpy's
1-Jan-13	187.640.079	30.109.113	201.003.127	0	2,544%	3,632%	16.746.065	(4)
1-Fev-13	43.013.421	0	45.266.411	0	3,094%	5,675%	(2.252.990)	19
1-Mar-13	80.450.066	0	44.136.240	0	2,018%	4,295%	36.313.826	(572)
1-Abr-13	2.859.295	43.056.125	54.120.657	0	2,256%	2,256%	(8.205.237)	200
1-Mai-13	359.375	250.012.510	35.862.944	0	0,828%	0,828%	214.508.941	(7.053)
1-Jun-13	357.136	67.433.282	33.118.713	0	1,628%	1,628%	34.671.705	(1.421)
1-Jul-13	79.951	0	30.492.920	0	4,293%	4,293%	(30.412.969)	1.454
1-Ago-13	15.314	0	24.882.491	0	4,065%	4,065%	(24.867.177)	1.394
1-Set-13	2.499	0	16.573.478	0	3,941%	3,941%	(16.570.979)	1.066
1-Out-13	4.946.360	0	13.929.588	0	2,640%	3,039%	(8.983.227)	654
1-Nov-13	2.395	0	13.747.971	0	3,818%	3,818%	(13.745.576)	1.106
1-Dez-13	26.115	0	12.748.031	14.491.299	2,476%	2,476%	(27.213.214)	2.437
1-Jan-14	4.849.928	0	11.330.338	0	2,964%	3,743%	(6.480.410)	608
1-Jul-14	23.388	0	6.769.957	12.930.925	2,600%	2,600%	(19.677.493)	2.826
1-Jan-15	51.442.278	0	258.975.501	66.029.285	1,212%	1,275%	(273.562.508)	53.625
1-Jan-16	44.812.175	0	1.130.396	14.808.773	3,510%	3,947%	28.873.006	(7.999)
1-Jan-17	55.417.012	0	1.293.762	181.885.148	2,114%	1,991%	(127.761.898)	48.319
1-Jan-18	20.133.962	0	0	63.910.000	6,039%	1,602%	(43.776.038)	18.892
1-Jan-19	28.947.178	0	0	76.219.792	2,430%	3,018%	(47.272.613)	25.821
1-Jan-20	86.517.566	0	0	0	4,500%	6,200%	86.517.566	(49.349)
1-Jan-21	71.520.266	0	0	0	3,850%	6,529%	71.520.266	(46.321)
1-Jan-22	166.573.612	0	0	35.856.326	4,808%	4,131%	130.717.286	(93.396)
1-Jan-23	43.729.837	0	0	66.408.000	5,494%	5,070%	(22.678.163)	16.953
1-Jan-28	1.493.914	0	0	0	0,000%	0,000%	1.493.914	(2.241)
1-Jan-33	73.439.588	0	0	0	4,103%	7,000%	73.439.588	(85.504)
1-Jan-38	0	0	0	0	0,000%	0,000%	0	0
968.652.710	390.611.030	805.382.525	532.539.548				21.341.671	(118.486)

Os *earnings at risk* (proveitos em risco) associados a movimentos em taxas de juro são medidos assumindo um conjunto de cenários numa base regular, um aumento ou queda de 20 bps num único dia, ou um aumento ou queda semelhante de 50 bps numa semana. A tabela T.39 resume o impacto nos resultados antes de impostos de uma improvável variação em paralelo de 200 bps durante Dezembro de 2012.

A exposição ao risco de taxa de juro, como percentagem do capital regulamentar, medida trimestralmente durante 2012, e assumindo o teste dos cenários descritos anteriormente, apresentou-se de acordo com o reflectido na tabela T.40.

T.39

(Euro)

Dezembro 2012					
Aumento paralelo de 200 bps	Redução paralela de 200 bps	Aumento paralelo de 100 bps	Redução paralela de 100 bps	Aumento de 50 bps após 1 ano	Redução de 50 bps após 1 ano
-23.697.132	23.697.132	-11.848.566	11.848.566	-5.888.328	5.888.328

T.40

Risco de Taxa de Juro: Evolução Trimestral		
Data	Aumento paralelo de 200 p.b. na curva de Taxa de Juro	% Impacto nos Fundos Próprios
Dez-11	-10.627.088	-7,3%
Mar-12	-13.059.449	-8,7%
Jun-12	-21.768.720	-14,7%
Set-12	-26.845.281	-18,1%
Dez-12	-23.697.132	-14,7%

Análises de Sensibilidade

O Banco também executa análises de sensibilidade diárias para medir o efeito de variações das taxas de juro (excluindo o efeito de técnicas de cobertura de risco) e também para quantificar exposições a posições de negociação de activos financeiros derivados. Estas dependem de variáveis de mercado incluindo o preço do activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Banco mede as exposições a estas variáveis através da realização de análises de sensibilidade conhecidas como “gregas” que são termos matemáticos nos quais:

Rho: mede, em pontos base, os montantes mínimos e máximos de exposição durante 2012 a variações na curva de taxas de juro;

Vega: reflecte a exposição do Banco a variações de 1% na volatilidade na carteira de opções do Banco;

Delta: quantifica, em Euros e quanto à carteira de negociação de opções, variações de 1% no valor dos activos subjacentes;

Theta: também no que diz respeito à carteira de negociação de opções, mede, em Euros, os ganhos ou perdas reportados por cada dia restante da vida de uma determinada opção.

Durante 2012:

T.41

Gregos	Rho	Vega	Delta	Theta
Min	-305.901	-27.045	30.929	-12.626
Max	-85.076	12.082	300.489	7.859
Média	-172.196	-5.616	209.539	44
Desvio Padrão	60.094	6.819	31.088	1.909

(*Rho* expresso em pontos base; os restantes em Euros)

Risco de Crédito

O Risco de Crédito representa a perda em que o Banco incorreria se um mutuário, contraparte ou emitente de valores mobiliários falhasse no cumprimento das suas obrigações contratuais para com o Banco.

O Banco está exposto a riscos de crédito associados a várias das suas actividades. Estes riscos incluem, genericamente, a exposição directa a Clientes que contrataram empréstimos, exposição directa a riscos de crédito associados com valores mobiliários emitidos por terceiros e detidos como activos de investimento do Banco, e risco de compensação de mercado associado a actividades de Clientes. O risco de crédito associado a relações com contrapartes profissionais, bem como emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação, é avaliado em combinação com os procedimentos de gestão de riscos referidos anteriormente em *Risco de Mercado*.

As exposições a crédito no BiG genericamente incluem empréstimos, obrigações de empresas, obrigações soberanas, créditos interbancários, riscos relacionados com a liquidação de valores mobiliários, valores cobráveis em contratos de derivados e mercados monetários e compromissos relacionados com a concessão de garantias ou outros créditos (Nota 38). No processo de análise e aprovação, o

exposições são avaliadas e processadas para aprovação, quer a sua natureza seja dentro ou fora do Balanço. Os controlos sobre risco de mercado, consequentemente, sobrepõem-se de forma frequente às avaliações de risco de crédito. No decurso da actividade diária do Banco a existência de sistemas integrados de monitorização de exposições são um elemento essencial no processo de gestão de risco.

Constituindo um factor inerente à banca, a Administração percepção o risco de crédito como parte integrante do nosso modelo de negócio, fundamental para a geração de receitas e valor para os accionistas. Considerando a importância do desenvolvimento de um negócio rentável aceitando risco e utilizando o capital prudentemente, o processo de risco de crédito visa preservar a independência do processo de aprovação, permitindo também uma integração efectiva com os objectivos de negócio definidos pela Administração. Este processo começa com o Conselho de Administração, que aprova as políticas gerais e orientações para riscos de crédito. O Conselho de Administração posteriormente delega no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de Risco de Crédito e pessoal de suporte a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco de contraparte;
- Orientações quantitativas e qualitativas para revisão de créditos;
- Controlo do Cliente, família e grandes riscos;
- Documentação, gestão e arquivo de documentação;
- Gestão e controlo de procedimentos e sistemas de monitorização de riscos;
- Manutenção de um sistema de avaliação e de aprovação de crédito;
- Atenção à integridade e independência do processo de aprovação;
- Adesão a orientações regulamentares;
- Política de preços.

Banco avalia estas exposições a vários níveis: ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima ao Cliente ou Grupo, e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras para medir a concentração de riscos num determinado sector, indústria ou localização geográfica. Por questões de política interna, todas as

Natureza das Exposições de Crédito

A natureza dos riscos de crédito varia de ciclo para ciclo. Durante 2012, a crise da dívida da Zona Euro evoluiu de uma série de eventos imprevisíveis e altamente políticos ocorridos em 2011 para uma abordagem metódica e determinada dos decisores políticos endereçando as diferentes questões específicas de cada uma das economias periféricas. A gestão do risco de crédito da carteira do Banco, em particular dívida cotada e acções, tem implicado o foco num objectivo em mutação. Neste enquadramento, a volatilidade do risco de activos soberanos, e de activos intrinsecamente relacionados com o risco soberano – em particular a visão sobre riscos bancários num determinado país – diminuiu durante 2012 relativamente a 2011.

Em termos genéricos, a estratégia de negócio do Banco reduz o risco de crédito a duas categorias abrangentes:

- *Risco de Crédito garantido*, associado principalmente às nossas actividades de negociação e intermediação para Clientes. Estas são garantidas maioritariamente por liquidez, activos financeiros ou, numa menor escala, activos imobiliários. Esta categoria inclui as emissões por bancos de activos financeiros com colaterais de hipotecas (RMBS) e obrigações cobertas, as quais, quando adquiridas a elevados descontos, conforme tem ocorrido, representam uma categoria de activos crescentemente atractiva em termos de qualidade de crédito e de retorno. Em 31/12/2011, aproximadamente 100% dos créditos estavam garantidos;
- *Risco de Crédito não garantido*, que surge das nossas actividades de negociação no mercado com contrapartes profissionais, investimento em obrigações de empresas ou dívida pública, ou a concessão ocasional de crédito a empresas com base numa análise objectiva de critérios qualitativos e quantitativos relativos ao risco de crédito do Cliente.

As exposições classificadas pelo Banco como não garantidas podem envolver emissões de dívida soberana ou dívida de emissões de outras entidades garantida por entidades soberanas. Considerando a dimensão da carteira de investimento em dívida sénior empresarial e soberana do Banco, este tipo de crédito representa a maior porção da exposição de risco do Banco.

Outros tipos de extensão de crédito, tais como o crédito comercial, não constituem uma parte relevante do negócio do Banco. A concessão de crédito para suportar actividades de aconselhamento, ou ligada à Banca de Investimentos ou mandatos de mercados de capitais não é comum, sendo em qualquer dos casos sujeita a um processo de decisão autónomo discutido em detalhe abaixo.

Procedimentos de Crédito

De acordo com a política de crédito do Banco, a base para aprovação de exposições a crédito, com ou sem garantia, inclui uma determinação da notação de risco (*scoring*) para a exposição ao crédito, calculado com base em critérios maioritariamente objectivos. Os resultados do processo de análise financeira e pontuação de risco servem de base para decidir a rentabilidade associada ao risco assumido, incluindo considerações sobre preço mínimo, estrutura aceitável, prazos e documentação apropriada.

Como parte do processo de extensão de qualquer tipo de exposição de crédito, o Banco segue uma matriz de aprovação pré-definida, que combina os resultados da avaliação de crédito, prazos, níveis máximos de exposição global, incluindo quaisquer transacções em consideração e os níveis pré-aprovados de poderes de aprovação atribuídos aos membros do Comité de Risco de Crédito. Outros critérios para determinação dos níveis de aprovação incluem a existência e tipo de garantia subjacente à exposição do valor global.

Controlos Sobre Margens

As contas margem representavam menos de 10% do crédito em 31/12/2012. A maior parte do crédito concedido a Clientes é de curto prazo, sendo garantido por activos financeiros líquidos e sujeito a controlos rigorosos sobre margens, isto é, a diferença entre o valor do crédito concedido e o valor em tempo real da garantia que suporta o crédito. O Banco gere riscos inter-relacionados com o mercado, operacionais e riscos de crédito, que resultam de contas margens por via de um sistema automático de controlos sobre limites, bem como mecanismos para execução automática quando são atingidos níveis de risco pré-definidos. Este mecanismo de controlo baseia-se na ponderação do risco alocada a diferentes tipos de activos tendo em conta a volatilidade de mercado como base para determinar os níveis de alavancagem permitida na conta de crédito enquanto percentagem da garantia. Estes níveis são monitorizados em tempo real. O objectivo é identificar diferenças entre activos de maior e menor risco e ajustar automaticamente os níveis de exposição potencial, podendo eventualmente executar as posições de acordo com os níveis de risco registados. A nossa experiência tem sido a de que este tipo de crédito pode resultar numa utilização lucrativa do capital e representa um risco relativamente baixo para o Banco. Mais importante ainda, este tipo de concessão de crédito, disciplinado e seguro, tem registado níveis negligenciáveis de perdas, mesmo sob condições extremas de mercado tais como as verificadas no último ano (Nota 21).

Exposições não Garantidas

As linhas de crédito ou exposições conexas que não são integralmente garantidas, ou nas quais a garantia oferecida pode não ser líquida, requerem uma revisão objectiva dos dados financeiros históricos e projecções conservadoras como base para aprovação de qualquer proposta de crédito. No processo de aprovação, são também utilizados critérios qualitativos, tais como a proprieda-

de / base accionista, a qualidade e reputação da gestão, o posicionamento do devedor e o seu desempenho face aos seus pares, e outra informação relevante. Além da análise interna, o Banco pode ainda recorrer a outras fontes independentes, incluindo agências internacionais de *rating*, particularmente nos casos dos emitentes não-domésticos e instituições financeiras.

As principais exposições globais não garantidas são a instituições financeiras através do mercado monetário interbancário, por exemplo quando o Banco opera enquanto credor de outros bancos, do sector financeiro, empresarial e de dívida soberana,

representada por dívida cotada com maturidades variáveis.

Gestão de Concentração de Riscos

O Banco analisa a sua exposição à concentração de riscos por categoria – risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional – e, quando apropriado, por grupos de categorias que se podem sobrepor, como risco de crédito, de mercado e de liquidez. A gestão de riscos que não de crédito é discutida nas secções relevantes deste relatório.

No que diz respeito à gestão de concentrações de risco de crédito, a Administra-

ção e a área de risco do Banco analisam os relatórios diários que resumem as maiores concentrações de risco, incluindo exposições directas, indirectas e contingentes. Estes relatórios são também desagregados por exposições financeiras e não financeiras. Para além da sua função de gestão e monitorização regular, servem também como base para reporte periódico de limites regulamentares, incluindo exposições superiores a 10% dos fundos próprios e limites legais de concessão de crédito, representando 25% dos capitais próprios consolidados. Seguidamente apresentam-se as principais exposições em 31 de Dezembro de 2012 (montantes em Euros).

T.42

(Euro)

Exposição por Estratégia de Investimento - Dezembro 2012		
Tipo		Montante
Obrigações	Obrigações Hipotecárias	146.135.169
	Dívida Sénior	82.512.420
	Garantidas pelo Estado	454.973.508
	RMBS	169.658.903
	Papel Comercial	10.004.919
Total Obrigações		863.284.919
Disponibilidades e Aplicações		70.677.574
Acções (1)		14.334.803
Derivados de Acções (2)		4.256.225
Conta Margem		12.524.615
Carteira de Crédito de Retalho		10.349.488
Total		975.427.625

(1) Apenas carteira de investimento

(2) Carteira de negociação (delta)

T.43

(Euro)

Exposição por Rating – Carteira de Crédito/Obrigações									
	Aaa	Aa	A	Baa	Ba	B	Caa-C	NA	Total
Obrigações Hipotecárias	0		25.946.854	113.354.684	6.833.630				146.135.169
Dívida Sénior	0		32.150	19.872.727	47.573.029	1.173.693	53.498	13.807.323	82.512.420
Dív. Soberana + Garantida (Rep. Gov Reg)	0	39.769		224.547.177	158.641.363	4.355.233		67.389.966	454.973.508
RMBS	0		5.337.645	88.549.049	75.772.209				169.658.903
Papel Comercial	0				10.004.919				10.004.919
Total	0	39.769	31.316.649	446.323.638	298.825.151	5.528.926	53.498	81.197.289	863.284.919

Testes de Stress da Carteira de Crédito

Similarmente a outras carteiras, cujos riscos são medidos numa base diária, a carteira investimento do Banco, constituída maioritariamente por activos de rendimento fixo de diferentes maturidades, é sujeita a vários exercícios de testes de *stress* diários, de modo a proporcionar à Administração uma avaliação das potenciais perdas num conjunto de cenários hipotéticos. O cenário mais extremo, o *Armageddon Stress Test* aplicado a esta carteira, representa um indicador diário das perdas potenciais por classe, considerando as maiores perdas individuais e o sector de actividade. As simulações abaixo apresentadas começam com a matriz de notação de riscos de crédito de transição da *Moody's* para um período igual à duração modificada da carteira de obrigações do Banco. As simulações efectuadas assumem, como base, a probabilidade de incumprimento de um emitente, ou de vários emitentes em simultâneo, e o impacto na percepção do mercado do risco de crédito, com base num alargamento teórico e significativo dos *spreads* e assumindo taxas de recuperação extremamente

baixas. Tal como ocorre com os testes combinados das carteiras de negociação de activos financeiros e investimento, o objectivo de testar cenários na maior posição individual do Balanço do Banco, que é a carteira de crédito, consiste em determinar até que ponto os proveitos poderão vir a ser afectados e os capitais próprios delapidados num cenário extremo, baseado em circunstâncias teóricas. Os resultados destes testes diários são utilizados para manter a disciplina e controlar a tomada de posições ou concentrações excessivas.

Alguns exemplos dos resultados destes testes a 31 de Dezembro de 2012 são apresentados seguidamente, evidenciando que, em circunstâncias extremas, as perdas teóricas seriam significativas **mas não afectariam a solvabilidade global do Banco.**

Exposição de Crédito por via de Contratos Derivados

Contratos derivados são instrumentos, tais como futuros, *forwards*, *swaps* e opções, que derivam o seu valor de activos subjacentes, índices ou outros

conceitos financeiros. O BiG utiliza instrumentos financeiros derivados e instrumentos de mercado cambial para gerir as exposições do Banco aos mercados, satisfazer as necessidades financeiras dos seus Clientes e gerar receitas através das suas actividades de negociação de activos financeiros. Na avaliação de riscos, o Banco segue os mesmos procedimentos de crédito para exposições a contratos derivados e exposições relacionadas com o mercado cambial que utiliza nos produtos de crédito tradicionais descritos anteriormente. Os limites de crédito para estes produtos são calculados e controlados com base na exposição potencial, que toma em consideração os valores actuais de mercado e estima o movimento futuro das taxas de mercado com base em critérios estatísticos. Como parte do processo, o BiG calcula o custo de substituição de um contrato derivado ou de mercado cambial como medida primária de exposição ao risco de crédito. Este é definido como o custo de substituir um contrato em condições de mercado extremas na eventualidade de um *default* da contraparte anterior à data de liquidação do activo. O Banco utiliza procedimentos de contabilização

G.8

Teste de Stress Armageddon da Carteira de Crédito



T.44

(Euro 000)

Resumo

Máximo (*)	Mínimo (*)	Média	Desvio padrão
-56.439	-37.977	-47.574	4.607

(*) Valores máximos e mínimos para as perdas resultantes do *Armageddon Stress Test*

de activos ao justo valor de mercado e medidas de *Value at Risk* para aferir o custo de substituição de um contrato derivado ou cambial em mercado aberto.

Na gestão da sua exposição potencial, o Banco procura reduzir o risco global, lidando em larga escala com instituições financeiras *investment grade*, com as quais o Banco genericamente troca *Credit Support Agreements (CSAs)*. No caso de outros Clientes com os quais o Banco poderá celebrar contratos ocasionalmente no âmbito das suas actividades de gestão de carteiras, o risco é mitigado de forma acrescida por via da inclusão de acordos de garantia, cobrindo normalmente 100% da exposição potencial.

Um resumo da exposição nominal a contratos derivados e valores a receber de contrapartes com suporte em contratos desta natureza em 31 de Dezembro de 2012 pode ser encontrado na Nota 18.

Provisão para Riscos de Crédito

A provisão legal do Banco para riscos de crédito baseia-se em critérios prudenciais e regras do Banco de Portugal, e está disponível para absorver perdas potenciais na carteira de crédito. Com base no regulamento 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal, e alterações subsequentes, esta provisão representa 1% do total de crédito concedido e garantias abertas (1,5% no caso de crédito ao consumo e 0,5% no caso de *leasing* ou créditos com garantia hipotecária, em ambos os casos quando o imóvel é ocupado pelo credor ou pelo arrendatário). Se necessárias, são realizadas provisões específicas nos termos do mesmo Aviso e subsequentes alterações. Os cálculos de provisões económicas são efectuados periodicamente sobre riscos específicos que a Administração considera requererem especial atenção, e estão sujeitos a um modelo produzido internamente.

Risco Operacional

O Risco Operacional pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, risco humano ou eventos externos.

Tendo em conta a natureza do seu negócio, o Banco encontra-se exposto a potenciais perdas e/ou risco da sua reputação, em resultado de erros humanos ou erros sistémicos e operacionais, interrupções inesperadas no processamento de negócio ou execução insuficiente por fornecedores terceiros de componentes significativos do nosso modelo de negócio. No processo de gestão pró-activa de riscos operacionais, de modo a manter as exposições em níveis mínimos, o Banco revê os seus sistemas de controlo interno regularmente para assegurar o bom funcionamento do negócio em circunstâncias normais e anormais. Estes sistemas e procedimentos são desenhados para reduzir os riscos de fraude de fontes internas ou externas, e de erros ou quebras de serviço, resultantes de eventos associados com a tecnologia e infra-estrutura de sistemas, procedimentos e telecomunicações (ver Nota 38).

Limitar os riscos operacionais através da implementação de procedimentos internos é essencial para oferecer um serviço completo aos nossos Clientes e reduzir o risco de sanções regulatórias. Este último aspecto, no contexto de um conjunto de crises financeiras que afectaram as principais economias desde 2007, constitui uma importância crescente e deverá ocupar uma parte significativa do tempo da Administração e dos recursos do Banco no futuro.

A responsabilidade pela gestão de riscos operacionais recai sobre os responsáveis de cada unidade de negócio. Para monitorizar os riscos e a aplicação dos procedimentos no Banco, existem estruturas autónomas de governação, representadas no Comité de Todos os Riscos, e que reportam funcionalmente ao Conselho de Administração:

- *Risco Operacional*: revê a adequação dos procedimentos internos e do suporte humano e de sistemas na condução normal das funções de negócio e riscos diários a que o Banco se encontra exposto, com base em processos de auto-avaliação, controlos dos erros operacionais e em auditorias internas e externas programadas;
- *Risco Tecnológico*: supervisiona a adequação e segurança da complexa infra-estrutura técnica que suporta todos os aspectos do processamento interno do Banco, informação de gestão e ligações com fornecedores terceiros de informação e serviços de execução;
- *Comité de Compliance*: constituído por membros do Conselho de Administração e pelo responsável do departamento de Controlo Interno e *Compliance*, cujas responsabilidades incluem a monitorização do cumprimento pelo Banco de questões de natureza legal e regulamentar, aplicação de procedimentos operacionais internos, código de ética e questões relacionadas.

Os comités internos também realizam exercícios regulares de auto-avaliação para identificar e adoptar acções sobre riscos associados a operações, tecnologia e *compliance*. Os processos de controlo incluem, por exemplo, a revisão frequente dos procedimentos operacionais relevantes, o cumprimento de orientações normativas, auditorias internas e externas de operações, sistemas e áreas comerciais e de negociação, procedimentos de *back-up* e a manutenção dos acordos de *outsourcing* e de um plano de recuperação de negócio apropriado para reduzir os efeitos de qualquer interrupção imprevista das actividades do Banco.

Devido à natureza do nosso negócio, os erros operacionais ocorrem ocasionalmente. Constitui um objectivo da estrutura de governação acima identificada garantir o cumprimento das orientações prudenciais e regulatórias para que os

custos de tais erros sejam mantidos em níveis consentâneos com o nosso capital e estratégia de negócio. Tendo em vista apoiar este controlo, o Banco tem procedimentos internos de reporte de erros operacionais à Administração numa base regular. Estas análises e reporte permitem a identificação de problemas na sua fonte e a sua resolução em conformidade.

O Conselho de Administração acredita que uma cultura de identificação e mitigação de riscos, que encoraja a comunicação de potenciais problemas à Administração e a sua resolução pró-activa, é um aspecto chave no controlo dos riscos operacionais.

Processamento e Sistemas

As áreas de Operações e Tecnologia, responsáveis pelo funcionamento contínuo da organização pelo apoio a Clientes e processamento de transacções para os segmentos de negócio do Banco, representavam, em conjunto, 37% do número total de colaboradores em 31/12/2012.

Em particular, a área de Tecnologias de Informação (TI) cobre actividades como a manutenção dos sistemas de informação internos e os serviços básicos de comunicação, passando também pelo apoio na programação da complexa plataforma transaccional do Banco, www.big.pt. A equipa opera diariamente com base em três vectores chave – *Segurança, Disponibilidade e Eficiência*, os quais estão subjacentes à perspectiva do Banco de prestação de serviços de alta qualidade aos seus Clientes de uma forma eficiente e num ambiente operacional controlado. Tendo em vista atingir estes objectivos, o Banco tem implementado uma arquitectura segmentada de serviço e desenvolvimento de produto, e opera com *SysAid*, um sistema interno que monitoriza todo o apoio a utilizadores/Clientes, permitindo uma abordagem estruturada na resposta aos vários pedidos diários.

O projecto mais importante levado a cabo pela área de sistemas durante 2012 foi a nova plataforma transaccional, www.big.pt. Este processo incluiu a migração completa e interna da base de código do site para a versão *.NET*, desta forma assegurando no longo-prazo a plataforma para os serviços *online* do Banco. Outros projectos concluídos com o objectivo de reduzir custos e aumentar a eficiência interna incluíram a implementação com sucesso de soluções *cloud*, tanto para email como para armazenagem de documentos. Uma solução semelhante foi implementada na área de Recursos Humanos, posicionando o Banco em linha com as melhores práticas de mercado. Na medida em que a segurança é uma prioridade máxima e objecto de investimento contínuo, o Banco implementou durante 2012 um sistema para lidar com DDOS (*Disturbed Denial of Service*), executou uma *Web Proxy* com base na *cloud* tendo em vista providenciar o maior controlo possível sobre a sua equipa de vendas móvel, e introduziu a mais recente tecnologia de gestão de forma a garantir a máxima protecção disponível para a sua base de utilizadores de MacOS.

De uma forma geral, o Banco efectua melhorias contínuas às plataformas de negociação e à segurança das mesmas, concebidas para manter a integridade física da infra-estrutura e garantir um ambiente livre de contaminação externa.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna desempenha um papel chave no sistema de controlo interno do Banco e no processo de assegurar a alocação adequada de capital na gestão do risco operacional. As inspecções regulares baseiam-se nas prioridades definidas pelo Conselho de Administração, tendo em vista os riscos inerentes às várias actividades e negócios do Banco.

A função de Auditoria Interna é objectiva e imparcial e, por via das suas análises periódicas, desempenha um papel

essencial na identificação de quaisquer debilidades nos processos de controlo e políticas de gestão de risco, procurando garantir a conformidade com procedimentos internos e padrões de integridade e qualidade definidos pelo Banco. As inspecções cobrem todas as áreas de negócio e operacionais, e as respectivas conclusões são reportadas directamente ao Conselho de Administração.

Lisboa, 11 de Março de 2013

O Conselho de Administração do Banco de Investimento Global, S.A.

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues
Presidente e CEO

Nicholas Leo Racich
Vice-Presidente e COO

Mário João Abreu Galhardo Bolota
Vogal

Diogo Baptista Russo Pereira da Cunha
Vogal

Paulo José Caramelo de Figueiredo
Vogal

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho
Vogal



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco de Investimento Global, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 1.026.193.334 euros e um total de capital próprio de 172.301.703 euros, incluindo um resultado líquido de 32.166.525 euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas Anexas.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco de Investimento Global, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2013



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC n.º 967)

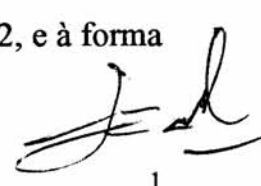
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Accionistas do Banco de Investimento Global, S.A.

No termos da lei e do contrato de sociedade, o Conselho Fiscal submete à apreciação de V. Exas. o Relatório da sua actividade e o seu Parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco de Investimento Global, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, e ainda a apreciação do Conselho Fiscal sobre a certificação legal de contas consolidadas, emitida pela sociedade de revisores oficiais de contas do Banco de Investimento Global, S.A..

RELATÓRIO

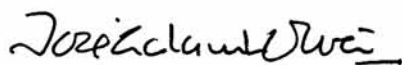
1. O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório consolidado do Conselho de Administração e das Contas consolidadas, compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, a Demonstração dos resultados consolidados, as Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa e as respectivas Notas às demonstrações financeiras consolidadas.
2. Relativamente ao Relatório consolidado de gestão, o Conselho Fiscal verificou que o seu conteúdo é concordante com as Demonstrações Financeiras consolidadas, e satisfaz os requisitos legais e estatutários.
3. Na apreciação das Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve como base fundamental a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria das Contas consolidadas, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e com cujo teor concorda.
4. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que as demonstrações Financeiras consolidadas são adequadas à compreensão da situação patrimonial do Banco de Investimento Global, S.A. bem como das suas participadas englobadas na consolidação em 31 de Dezembro de 2012, e à forma como se formaram os resultados consolidados em 2012.

260

1

Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é de PARECER que a Assembleia Geral aprove o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

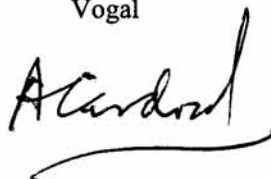
Lisboa, 25 de Março de 2013

Presidente



José Galamba de Oliveira

Vogal



Alcino Cardoso

Vogal



Pedro Rogério Barata do Ouro Lameira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

para os exercícios findos em
31 de Dezembro de 2012 e 2011
(valores expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Notas	2012	2011
Juros e proveitos similares	4	39.199.855	34.406.853
Juros e custos similares	4	(20.465.768)	(14.623.666)
Margem financeira		18.734.087	19.783.187
Rendimentos de instrumentos de capital	5	1.576.839	1.473.849
Rendimentos de serviços e comissões	6	9.844.788	10.382.730
Encargos com serviços e comissões	6	(3.054.980)	(1.380.701)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	11.440.959	(235.576)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	36.685.156	1.442.375
Resultados de reavaliação cambial	9	876.704	1.560.506
Resultados de alienação de outros activos	10	4.252.138	(135.230)
Outros resultados de exploração	11	(28.178)	285.387
Proveitos operacionais		80.327.513	33.176.527
Custos com pessoal	12	(15.192.007)	(8.837.318)
Gastos gerais administrativos	14	(6.130.922)	(5.568.518)
Depreciações e amortizações	23 e 24	(1.314.991)	(1.495.072)
Provisões líquidas de anulações	31	(2.892.714)	150.258
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	(16.378)	(170.162)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19	(5.736.787)	(14.134.976)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23 e 27	(541.246)	318.411
Custos operacionais		(31.825.045)	(29.737.377)
Resultado operacional		48.502.468	3.439.150
Resultados de associadas	25	23.371	87.565
Resultado antes de impostos		48.525.839	3.526.715
Impostos			
Correntes	32	(16.385.895)	(909.833)
Diferidos	32	26.581	(111.287)
Resultado líquido do exercício		32.166.525	2.505.595
Resultados por acção básicos	15	0,31	0,03
Resultados por acção diluídos	15	0,31	0,03

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Nota	2012	2011
Resultado líquido do exercício		32.166.525	2.505.595
Outro rendimento integral			
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		121.011.505	(69.048.096)
Desvio actuarial do fundo de pensões	13	(3.986.488)	1.555.979
Impostos diferidos	32	(34.274.075)	20.175.647
Impostos correntes	32	(641.760)	(390.086)
		82.109.182	(47.706.556)
Rendimento integral reconhecido no exercício		114.275.707	(45.200.961)

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Nota	2012	2011
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	14.054.324	10.323.223
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	19.698.790	42.026.648
Activos financeiros detidos para negociação	18	17.407.697	13.336.285
Activos financeiros disponíveis para venda	19	700.095.270	503.683.281
Aplicações em instituições de crédito	20	36.924.460	27.087.173
Crédito a clientes	21	192.674.248	159.330.790
Derivados de cobertura	22	-	21.544
Activos tangíveis	23	16.533.668	17.399.614
Activos intangíveis	24	194.425	534.862
Investimentos em associadas	25	5.357.148	4.954.560
Activos por impostos correntes	26	-	1.740.137
Activos por impostos diferidos	32	625.668	34.873.163
Outros activos	27	22.627.636	13.672.201
Total de activo		1.026.193.334	828.983.481
Passivo			
Recursos de bancos centrais	28	260.247.778	238.322.892
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1.015.994	18.591.972
Recursos de outras instituições de crédito	29	6.480.594	48.895.643
Recursos de clientes	30	543.830.163	440.567.939
Derivados de cobertura	22	11.610.518	5.046.890
Provisões	31	2.905.364	20.150
Passivos por impostos correntes	26	16.695.327	-
Outros passivos	33	11.105.893	10.303.654
Total de passivo		853.891.631	761.749.140
Capital			
Capital	34	104.000.000	104.000.000
Prémios de emissão	34	1.362.281	1.362.281
Acções próprias	34	(1.171.567)	(1.323.065)
Reserva de justo valor	34	(1.183.677)	(87.279.347)
Outras reservas e resultados transitados	34	46.487.985	47.968.877
Resultado líquido do exercício		32.166.525	2.505.595
Dividendos antecipados	34	(9.359.844)	-
Total de capital		172.301.703	67.234.341
Total de passivo e capital		1.026.193.334	828.983.481

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reserva de justo valor	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido do exercício	Dividendos antecipados	Total de capital próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	89.088.810	9.343.753	(1.583.087)	(38.016.812)	5.123.806	23.724.536	20.459.890	-	108.140.896
Rendimento integral									
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(69.048.096)	-	-	-	-	(69.048.096)
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	1.555.979	-	-	1.555.979
Impostos diferidos	-	-	-	20.175.647	-	-	-	-	20.175.647
Impostos correntes	-	-	-	(390.086)	-	-	-	-	(390.086)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.505.595	-	2.505.595
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	(49.262.535)	-	1.555.979	2.505.595	-	(45.200.961)
Distribuição do resultado do exercício de 2010									
Transferência para reservas	-	-	-	-	2.019.641	15.544.915	(17.564.556)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.895.334)	-	(2.895.334)
Variação empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	260.022	-	-	-	-	-	260.022
Aumento de capital	14.911.190	(7.981.472)	-	-	-	-	-	-	6.929.718
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	104.000.000	1.362.281	(1.323.065)	(87.279.347)	7.143.447	40.825.430	2.505.595	-	67.234.341
Rendimento integral									
Outro rendimento integral									
Alterações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	121.011.505	-	-	-	-	121.011.505
Desvios actuariais fundo pensões	-	-	-	-	-	(3.986.488)	-	-	(3.986.488)
Impostos diferidos	-	-	-	(34.274.075)	-	-	-	-	(34.274.075)
Impostos correntes	-	-	-	(641.760)	-	-	-	-	(641.760)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	32.166.525	-	32.166.525
Total de rendimento integral reconhecido no exercício	-	-	-	86.095.670	-	(3.986.488)	32.166.525	-	114.275.707
Distribuição do resultado do exercício de 2011									
Transferência para reservas	-	-	-	-	246.444	2.259.151	(2.505.595)	-	-
Variação empréstimos a colaboradores para aquisição de acções próprias	-	-	151.498	-	-	-	-	-	151.498
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(9.359.844)	(9.359.844)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	104.000.000	1.362.281	(1.171.567)	(1.183.677)	7.389.891	39.098.093	32.166.525	(9.359.844)	172.301.702

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	Nota	2012	2011
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		39.199.855	34.037.761
Juros e custos pagos		(20.465.768)	(11.785.686)
Serviços e comissões		6.789.808	8.992.770
Contribuições para o fundo de pensões		(3.996.488)	(129.481)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(23.814.641)	(16.894.681)
Outros custos e proveitos pagos/recebidos		2.511.779	2.611.138
		224.545	16.831.821
Variação nos activos e passivos operacionais:			
Disponibilidades em bancos centrais		(3.486.488)	(6.000.254)
Activos e passivos financeiros detidos para negociação		(5.077.589)	(12.781.193)
Aplicações em instituições de crédito		(9.837.287)	(27.017.425)
Recursos de bancos centrais		21.924.886	(122.000.000)
Recursos de instituições de crédito		(42.415.050)	9.874.676
Crédito a clientes		(33.366.501)	7.520.138
Recursos de clientes		103.262.224	105.792.351
Derivados para gestão de risco		6.819.318	3.179.943
Outros activos e passivos operacionais		(9.334.652)	(2.566.716)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		28.713.406	(27.166.659)
Impostos sobre os lucros pagos / recebidos		2.076.150	(3.692.044)
		30.789.556	(30.858.703)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Dividendos recebidos		1.576.839	1.473.849
Activos financeiros disponíveis para venda		(45.003.849)	(14.928.355)
Compra de immobilizações		(236.608)	(525.396)
		(43.663.618)	(13.979.902)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Acções próprias		151.497	260.022
Aumento de capital		-	6.929.717
Dividendos de acções ordinárias pagos		(9.359.844)	(2.895.335)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(9.208.347)	4.294.404
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(22.082.409)	(40.544.201)
Caixa e equivalentes no início do período		43.358.774	83.903.811
Caixa e equivalentes no fim do período		21.276.365	43.359.610
		(22.082.409)	(40.544.201)
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	1.577.575	1.332.962
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	19.698.790	42.025.812
Total		21.276.365	43.358.774

As Notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

para os exercícios findos em
31 de Dezembro de 2012 e 2011
(valores expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Investimento Global, S.A. (Banco ou BiG) foi constituído por escritura de 10 de Dezembro de 1998, tendo iniciado a sua actividade bancária no dia 1 de Março de 1999. O Banco tem por objecto a realização de todas as operações e a prestação de quaisquer serviços permitidos aos bancos, sem quaisquer limitações de natureza estatutária.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco detém uma participação de 34,76% no capital social da ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A. (ONETIER). Esta Sociedade foi constituída no dia 29 de Novembro de 1999, e tem por objecto a gestão de participações sociais em outras entidades, com o fim indirecto de exercício de actividades económicas.

A BiG Serviços Financeiros, S.A. integralmente detida pelo Banco, foi constituída no dia 11 de Setembro de 2008, e tem por objecto principal a realização de actividades de serviços financeiros diversos.

NOTA 1 BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco de Investimento Global, S.A. (BiG ou Grupo) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*IFRS*), tal como adoptadas na União Europeia.

As *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com as *IFRS*, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2012 são consistentes com as utilizadas com referência a 31 de Dezembro de 2011. As principais normas e interpretações recentemente emitidas são referidas na nota 39. Contudo, tal como descrito na nota 39, o Grupo adoptou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2012, as normas contabilísticas emitidas pelo *IASB* e as interpretações do *IFRIC* de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adoptadas em conformidade. A adopção destas novas normas e interpretações em 2012 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros detidos para negociação, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as *IFRS* requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 11 de Março de 2013.

NOTA 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do BiG e das suas subsidiárias ("Grupo" ou "Grupo BiG") e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes à participação financeira em empresas associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excediam o valor do respectivo interesse no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo fossem

recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminadas no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.2. Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado, as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor destes instrumentos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura.

A cobertura poderá ser de dois tipos, variando a mensuração consoante a natureza da mesma:

Cobertura de justo valor consiste na cobertura da exposição às alterações no justo valor de um activo e passivo reconhecido, qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura e de sinal contrário no instrumento coberto serão incluídos nos resultados do exercício.

Cobertura de fluxos de caixa, consiste na cobertura da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível i) a um risco particular de activo ou passivo reconhecido ii) ou a uma transacção prevista altamente provável e que possa afectar os lucros e prejuízos. A variação dos ganhos e perdas no instrumento de cobertura será mensurado no capital próprio.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação.

Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado em resultados pelo período remanescente do item coberto.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, (ii) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo retiver parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos tiver sido transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido das perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando exista evidência objectiva que indique que um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tenham um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera, entre outros, os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio ou actividade profissional do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a existência de credores privilegiados;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais. Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo. Recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Activos financeiros ao justo valor através de resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de activos, normalmente de títulos, em relação à qual existe

evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros detidos para negociação quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*);
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros detidos para negociação.

- *Investimentos detidos até à maturidade*

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros com maturidades definidas e pagamentos fixos ou determináveis, que o Grupo tem a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

- *Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de (i) activos financeiros ao justo valor através de resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto no que diz respeito a activos financeiros detidos para negociação, caso em que os custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos financeiros sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos financeiros são reconhecidas também em reservas, no caso das acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição líquido de perdas por imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento tenha um impacto negativo no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

As perdas por imparidade dos investimentos detidos até à maturidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação), descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. No caso de se tratar de um activo com taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Caso num período subsequente o montante da perda de imparidade diminua, e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando exista evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros detidos para negociação, os quais são registados ao justo valor.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado.

2.7. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Acções próprias

As acções próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de acções próprias, são registadas directamente em capitais próprios não afectando o resultado do exercício.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

2.10. Activos tangíveis

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos
Obras em edifícios arrendados	5
Mobiliário e material	8 e 10
Máquinas e ferramentas	5 e 7
Equipamento informático	3 a 4
Instalações interiores	4 a 8
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8
Imóveis de serviço próprio	50

Sempre que exista indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.11. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo e são amortizados de forma linear pelo período de vida útil estimado de três anos.

2.12. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Loações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Loações financeiras

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Na ótica do locador os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.13. Benefícios a empregados

Os colaboradores com vínculo contratual ao Banco de Investimento Global S.A. estão, na sua totalidade, inscritos na Segurança Social. As responsabilidades do Banco com pensões consistem, desta forma, no pagamento de um complemento que completará a eventual prestação do sistema de Segurança Social.

Até 2005, os colaboradores do Banco e os membros do Conselho de Administração encontravam-se abrangidos por um Plano de Contribuição Definida.

Em 8 de Abril de 2005 foi aprovada, na Assembleia Geral de Accionistas, a proposta da Comissão de Remunerações sobre a Reforma dos Administradores, relativa à criação de um Plano de Pensões de Benefício Definido, que genericamente consiste na atribuição de um benefício de reforma por velhice ou invalidez, que é determinado com base numa percentagem, crescente em função do tempo de serviço no Banco, do último salário base deduzido da pensão da Segurança Social. A Assembleia Geral delegou no Conselho de Administração o estabelecimento formal desse plano, bem como a definição específica dos seus termos.

O Conselho de Administração do Banco estabeleceu em 29 de Dezembro de 2005 o Plano genericamente aprovado, limitando os benefícios e estendendo o Plano aos restantes colaboradores do BiG, concedendo-lhes a possibilidade de escolher, única e unilateralmente, entre permanecer no Plano de Contribuição Definida ou mudar para o Plano de Benefício Definido. Esta possibilidade de escolha do Plano pelos restantes colaboradores foi facultada em Junho de 2006.

Nesta base, o Banco tem em vigor um Plano de Contribuição Definida e um Plano de Benefício Definido.

Plano de Contribuição Definida

As contribuições efectuadas são actualizadas anualmente, com base nas remunerações pensionáveis. As contribuições efectuadas são registadas como custo do exercício a que dizem respeito, no âmbito da rubrica Custos com o Pessoal – Compromissos com Pensões.

Plano de Benefício Definido

Os custos com serviços passados, decorrentes da introdução do Plano de Benefícios Definidos conforme deliberação do Conselho de Administração de 29 de Dezembro de 2005, determinados por actuários independentes com base no Método da Unidade de Crédito Projectada e pressupostos actuariais e financeiros mutuamente compatíveis, foram reconhecidos de acordo com o IAS 19 – Benefícios a Empregados como um activo e serão imputados a resultados ao longo da vida do serviço remanescente dos colaboradores abrangidos pelo plano, em média 11,5 anos, à data de introdução do plano.

As responsabilidades com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por actuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados, um valor total líquido que inclui o custo do serviço corrente, o custo dos juros, o rendimento esperado dos activos do fundo e uma parcela relativa à amortização dos custos com serviços passados diferidos.

O Banco efectua contribuições para o fundo de pensões por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data de balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Plano de remuneração com acções

O plano de remuneração com opções sobre acções (*stock options*) permite aos empregados adquirir acções do BiG pelo preço de exercício das opções. Considerando os termos e condições deste plano, nomeadamente a liquidação física das opções, o mesmo é contabilizado de acordo com o *IFRS 2*, como um *equity settled share based payment*. Nesta base, o justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição, é reconhecido em resultados por contrapartida dos capitais próprios, durante o período de serviço (*vesting period*).

Remunerações variáveis aos empregados e Órgãos de Administração

De acordo com o *IAS 19* – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.14. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado a essa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixam de se observar.

2.15. Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos sobre lucros reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- quando obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitem;
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros não derivados mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros detidos para negociação são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.18. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções próprias ordinárias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias emitidas é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.19. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa as disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na nota 39.2 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adoptadas pelo Grupo.

2.22. Reporte por segmentos

Considerando que o Grupo não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do *IFRS8*, o Grupo não apresenta informação relativa aos segmentos.

NOTA 3

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os *IFRS* estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que a gestão efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são apresentadas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na nota 2 às demonstrações financeiras.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros. Para o efeito e consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados durante o ano 2012, consideraram-se os seguintes *triggers* da existência de imparidade:

- Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.4. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.5. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma de benefício definido requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	2012			2011		
	De activos/passivos ao custo amortizado e Activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/passivos ao custo amortizado e Activos disponíveis para venda	De activos/passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de aplicações	73.239	-	73.239	81.973	-	81.973
Juros de títulos disponíveis para venda	28.281.307	-	28.281.307	24.282.711	-	24.282.711
Juros de disponibilidades	109.677	-	109.677	311.237	-	311.237
Juros de crédito a clientes	6.251.752	-	6.251.752	4.302.246	-	4.302.246
Juros de activos financeiros detidos para negociação	-	1.728.482	1.728.482	-	264.975	264.975
Outros juros e rendimentos similares	2.755.398	-	2.755.398	5.163.711	-	5.163.711
	37.471.373	1.728.482	39.199.855	34.141.878	264.975	34.406.853
Juros e custos similares						
Juros de recursos de clientes	(13.512.563)	-	(13.512.563)	(8.745.456)	-	(8.745.456)
Juros de recursos de instituições de crédito	(425.303)	-	(425.303)	(325.671)	-	(325.671)
Juros de recursos de bancos centrais	(2.424.139)	-	(2.424.139)	(3.738.375)	-	(3.738.375)
Outros juros e encargos similares	(4.103.763)	-	(4.103.763)	(1.814.164)	-	(1.814.164)
	(20.465.768)	-	(20.465.768)	(14.623.666)	-	(14.623.666)
Margem financeira	17.005.605	1.728.482	18.734.087	19.518.212	264.975	19.783.187

NOTA 5 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica, no montante de 1.576.839 euros (31 de Dezembro de 2011: 1.473.849 euros) é composta por dividendos de activos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 6 RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	2012	2011
Rendimentos de serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	6.818.641	6.588.740
Por serviços prestados	1.805.070	1.965.411
Por comissões de retrocesso	579.790	734.765
Por serviços de assessoria financeira	465.750	601.483
Por garantias prestadas	2.409	8.655
Por compromissos perante terceiros	3.675	3.825
Outros rendimentos de serviços e comissões	169.453	479.851
	9.844.788	10.382.730
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	(666.046)	(980.548)
Por serviços bancários de terceiros	(330.508)	(263.857)
Por operações sobre instrumentos financeiros	(24.988)	(106.860)
Outros encargos com serviços e comissões	(2.031.860)	(28.945)
Por garantias recebidas	(1.578)	(491)
	(3.054.980)	(1.380.701)
Resultado líquido de serviços e comissões	6.789.808	9.002.029

A variação da rubrica Outros encargos com serviços e comissões respeita essencialmente a comissões de retrocesso.

NOTA 7 RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2012			2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	9.462.762	(202.788)	9.259.974	893.746	(313.037)	580.709
De outros emissores	4.380.941	(47.253)	4.333.688	834.559	(377.268)	457.291
Acções	2.206.141	(4.856.631)	(2.650.490)	14.211.065	(15.341.242)	(1.130.177)
Outros títulos de rendimento variável	274.800	(198.973)	75.827	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	376.190	(332.637)	43.553	281.677	(278.966)	2.711
Contratos sobre taxas de juro	911.110	(346.087)	565.023	-	(1.745)	(1.745)
Contratos sobre acções/índices	2.937.118	(2.194.249)	742.869	4.695.137	(3.267.481)	1.427.656
Outros	6.276.782	(5.553.632)	723.150	15.316.949	(16.272.681)	(955.732)
Derivados de cobertura	6.149.611	(7.802.246)	(1.652.635)	5.025.893	(5.642.182)	(616.289)
	32.975.455	(21.534.496)	11.440.959	41.259.026	(41.494.602)	(235.576)

NOTA 8 RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	2012			2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	29.453.309	(1.448.443)	28.004.866	361.872	(481.871)	(119.999)
De outros emissores	11.105.228	(2.250.956)	8.854.272	3.391.245	(3.358.929)	32.316
Acções	545.837	(719.819)	(173.982)	1.740.495	(210.437)	1.530.058
	41.104.374	(4.419.218)	36.685.156	5.493.612	(4.051.237)	1.442.375

NOTA 9 RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica é composta por proveitos, no montante de 876.704 euros (31 de Dezembro de 2011: 1.560.506 euros).

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2.2.

NOTA 10 RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2012	2011
Operações financeiras		
Outras perdas	(483.755)	(141.620)
Outros ganhos	4.735.893	6.390
	4.252.138	(135.230)

A variação da rubrica Outros ganhos, refere-se essencialmente às amortizações de capital e *tender-offers* por parte dos emitentes de *Residential mortgage-backed securities (RMBS)*.

NOTA 11 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	2012	2011
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	75.269	31.243
Reembolsos de despesas	10.032	7.671
Outros	565.462	1.234.065
	650.763	1.272.979
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	(517.804)	(844.780)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(87.075)	(71.637)
Quotizações e donativos	(34.101)	(37.702)
Outros	(39.961)	(33.473)
	(678.941)	(987.592)
Outros resultados de exploração	(28.178)	285.387

NOTA 12 CUSTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2012	2011
Remunerações	(12.656.059)	(6.284.280)
Custos com pensões de reforma		
de Benefícios definidos (nota 13)	(919.368)	(1.109.193)
de Contribuições definidas (nota 13)	(220.460)	(129.481)
Encargos sociais obrigatórios	(1.117.954)	(1.046.892)
Outros custos com o pessoal	(278.166)	(267.472)
	(15.192.007)	(8.837.318)

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos Órgãos de Administração em 31 de Dezembro de 2012 ascendem ao montante de 5.553.632 euros (31 de Dezembro de 2011: 2.264.989 euros).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão com funções directivas em 31 de Dezembro de 2012 ascendem ao montante de 1.501.768 euros (31 de Dezembro de 2011: 1.475.653 euros).

Por categoria profissional, o número de colaboradores em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 analisa-se como segue:

	2012	2011
Funções directivas	23	22
Funções de chefia	33	31
Funções específicas	101	94
Funções administrativas	7	11
Funções auxiliares	2	2
	166	160

NOTA 13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificado	
	2012	2011	2012	2011
Pressupostos demográficos				
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90		
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001		
Pressupostos financeiros				
Taxa de rendimento do Fundo	4,0%	5,5%	17,4%	-3,8%
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,0%	3,0%	0,0%
Taxa de desconto	4,0%	5,5%	-	-

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.13., a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma, corresponde às taxas de mercado vigentes à data de balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

Os participantes no Fundo são 6 colaboradores em actividade. De acordo com os termos do Plano, os benefícios definidos são de direitos adquiridos após os 60 anos com um número mínimo de serviço de 10 anos.

No que se refere ao Plano de Benefícios Definidos, a aplicação do *IAS 19* traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

	2012	2011
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(13.993.454)	(7.924.329)
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	13.993.454	8.702.800
Excesso/(Défice) de cobertura (nota 27 e 33)	-	778.471
Custos com serviços passados diferidos (nota 27)	1.577.583	1.928.940
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	1.577.583	2.707.411
Desvios actuariais acumulados abatidos a reservas	(2.920.809)	1.065.679

Conforme referido na nota 2.13., o Banco introduziu, em 29 de Dezembro de 2005, um Plano de Pensões de benefício definido para os colaboradores que optaram por este benefício.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Banco efectuou a sua melhor estimativa da responsabilidade com pensões inerentes ao plano de benefício definido, tendo em consideração o número de colaboradores que esperava que viessem a optar por este benefício. O valor das responsabilidades correspondentes a serviços passados, líquida do valor do Fundo encontra-se a ser diferido ao longo de um período de 11,5 anos, à data de introdução do plano, correspondente ao período de tempo de serviço estimada destes colaboradores.

A evolução das responsabilidades pode ser analisada como se segue:

	2012	2011
Responsabilidades em 1 de Janeiro	(7.924.329)	(9.063.015)
Custo do serviço corrente	(610.827)	(756.755)
Custo dos juros	(435.838)	(498.466)
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	(5.022.460)	2.393.907
Responsabilidades em 31 de Dezembro	(13.993.454)	(7.924.329)

A evolução do valor do Fundo de pensões nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser analisada como se segue:

	2012	2011
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	8.702.800	9.043.343
Rendimento real do Fundo	1.514.626	(340.543)
Contribuições do Banco	3.776.028	-
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	13.993.454	8.702.800

Os activos do Fundo de pensões podem ser analisados como se segue:

	2012	2011
Títulos de dívida pública	5.592.235	4.392.962
Acções	1.589.671	1.771.945
Outros	6.811.548	2.537.893
Activos líquidos em balanço	13.993.454	8.702.800

A evolução dos custos de serviços passados diferidos nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser analisada como se segue:

	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	1.928.940	2.280.296
Amortização	(351.357)	(351.356)
Saldo em 31 de Dezembro	1.577.583	1.928.940

Os desvios actuariais reconhecidos em reservas podem ser analisados como se segue:

	2012	2011
Desvios actuariais acumulados em reservas em 1 de Janeiro	1.065.679	(490.301)
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:		
Do Fundo	1.035.972	(837.927)
Responsabilidades	(5.022.460)	2.393.907
	(3.986.488)	1.555.980
Desvios actuariais acumulados em reservas em 31 de Dezembro	(2.920.809)	1.065.679

Os custos do exercício podem ser decompostos como se segue:

	2012	2011
Custo do serviço corrente	(610.827)	(756.755)
Custo dos juros	(435.838)	(498.466)
Rendimento esperado do fundo	478.654	497.384
Amortização do exercício	(351.357)	(351.356)
Custo do exercício (nota 12)	(919.368)	(1.109.193)

Em 31 de Dezembro de 2012, o Banco reconheceu como custo o montante de 220.460 euros (31 de Dezembro de 2011: 129.481 euros) relativo ao Plano de Contribuição Definida (nota 12).

A evolução dos activos líquidos em balanço pode ser analisada como se segue:

	2012	2011
Activos líquidos em balanço em 1 de Janeiro	2.707.411	2.260.624
Custo do exercício	(919.368)	(1.109.193)
Ganhos / (Perdas) actuariais em reservas	(3.986.488)	1.555.980
Contribuições efectuadas no ano	3.776.028	-
Activos líquidos em balanço em 31 de Dezembro	1.577.583	2.707.411

A evolução das responsabilidades e saldo do Fundo nos últimos 5 anos bem como os (ganhos) / perdas de experiência obtidos é como se segue:

	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Responsabilidades	(13.993.454)	(7.924.329)	(9.063.015)	(7.243.402)	(6.479.179)	(6.433.081)
Saldo do Fundo	13.993.454	8.702.800	9.043.343	7.833.101	7.041.985	7.168.598
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	-	778.471	(19.672)	589.699	562.806	735.517
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	(5.022.460)	(837.927)	(760.574)	(9.276)	(423.796)	3.316
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do Fundo	1.035.972	2.393.907	(280.231)	422.828	1.165.293	308.124

Plano de remunerações com acções

As principais características de cada plano são apresentadas como se segue:

Plano	Data expectável de fim do plano	Número de opções à data de início do plano	Preço de exercício	Número de opções em 31/12/12	Número de opções em 31/12/11
2005	Nov-2018	9.000.000	1,15	2.266.621	2.266.621
2007	Mar-2020	1.824.000	1,26	77.400	77.400
2007	Mar-2020	66.800	1,34	10.020	10.020
2007	Mar-2020	15.600	1,35	1.632	1.632
2010	Out-2023	65.000	1,28	43.550	43.550
2012	Jan-2025	7.150.000	1,00	7.150.000	-

NOTA 14 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	2012	2011
Rendas e alugueres	(578.387)	(601.962)
Fornecimentos	(1.386.543)	(1.227.869)
Comunicações	(480.816)	(558.190)
Deslocações, estadas e representação	(392.276)	(311.000)
Publicidade e edição de publicações	(702.290)	(204.352)
Serviços especializados		
Informática	(1.205.434)	(1.174.892)
Informações	(323.303)	(429.845)
Outros serviços especializados	(579.754)	(652.749)
Avenças e honorários	(183.019)	(70.009)
Bancos de dados	(20.067)	(20.850)
Segurança e vigilância	(136.673)	(142.062)
Mão de obra eventual	(11.065)	(28.437)
Outros	(131.295)	(146.301)
	(6.130.922)	(5.568.518)

Os honorários do exercício de 2012 e 2011 relativos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme disposto no Art. 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	2012	2011
Serviços de Auditoria e Revisão legal de contas	51.000	56.750
Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes da função do Revisor Oficial de Contas	37.650	37.650
	88.650	94.400

NOTA 15 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado líquido pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

	2012	2011
Resultado líquido	32.166.525	2.505.595
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas	104.000.000	97.810.152
Número médio ponderado de acções próprias em carteira	(1.732)	(1.675)
Número médio de acções ordinárias em circulação	103.998.268	97.808.477
Resultados por acção básicos (em euros)	0,31	0,03

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos por não existirem instrumentos emitidos com efeito diluidor, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

NOTA 16 CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Caixa	1.577.575	1.332.962
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	12.476.749	8.990.261
	14.054.324	10.323.223

A rubrica Depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. De acordo com o regulamento (CE) nº 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2012 inclui uma reserva média obrigatória de 5.426.800 euros que corresponde ao período de manutenção de 12 de Dezembro de 2012 a 15 de Janeiro de 2013.

NOTA 17 DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	5.526.625	24.665.490
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	14.172.165	17.361.158
	19.698.790	42.026.648

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, ascendeu a 0,13% (31 de Dezembro de 2011: 0,58%).

NOTA 18

ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1.480.307	763.175
De outros emissores	6.416.049	6.554.073
Acções	9.067.462	4.849.404
	16.963.818	12.166.652
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	443.879	1.169.633
	17.407.697	13.336.285
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos financeiros de negociação	-	16.037.926
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1.015.994	2.554.046
	1.015.994	18.591.972

Conforme política contabilística descrita na nota 2.5. os activos financeiros detidos para negociação, são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo, independentemente da sua maturidade.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação – Títulos, é constituída por títulos cotados.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisada de seguida:

	2012			2011		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Currency Options</i>	-	-	-	5.168.353	-	-
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Interest Rate Swaps</i>	200.000	-	4.459	10.000.000	-	60.839
Contratos sobre acções/índices						
<i>Equity / Index Swaps</i>	1.543.368	22.358	-	5.441.906	161.028	79.647
<i>Equity / Index Options</i>	26.556.411	197.691	1.011.535	29.555.442	1.008.605	2.005.674
Operações a prazo	11.367.828	223.830	-	12.075.731	-	394.545
Outros	-	-	-	750.000	-	13.341
	39.667.607	443.879	1.015.994	62.991.432	1.169.633	2.554.046

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos Activos financeiros detidos para negociação – Títulos por prazos de maturidade, é como se segue:

	2012	2011
Títulos		
Até 3 meses	459.641	2.080.987
De 3 meses a 1 ano	2.150.401	412.917
De 1 a 5 anos	3.447.322	2.658.389
Mais de 5 anos	1.838.992	2.164.955
Duração indeterminada	9.067.462	4.849.404
	16.963.818	12.166.652

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos Activos e Passivos financeiros detidos para negociação – Instrumentos financeiros derivados por prazos de maturidade, é apresentado como se segue:

	2012		2011	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Instrumentos financeiros derivados				
Até 3 meses	21.838.703	293.802	50.866.601	(1.115.255)
De 3 meses a 1 ano	5.941.512	(517.647)	4.473.413	1.664
De 1 a 5 anos	11.887.392	(348.270)	5.003.513	(266.553)
Duração indeterminada	-	-	2.647.905	(4.269)
	39.667.607	(572.115)	62.991.432	(1.384.413)

NOTA 19 ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Custo (1)	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	260.404.365	-	(55.192.828)	(12.344.869)	192.866.668
De outros emissores	344.424.367	95.191	(54.757.550)	-	289.762.008
Acções	29.811.245	-	(3.385.590)	(5.371.050)	21.054.605
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	634.639.977	95.191	(113.335.968)	(17.715.919)	503.683.281
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	434.477.841	15.765.433	(10.265.378)	-	439.977.896
De outros emissores	252.572.616	2.734.416	(9.555.268)	-	245.751.764
Acções	20.614.291	330.294	-	(6.578.975)	14.365.610
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	707.664.748	18.830.143	(19.820.646)	(6.578.975)	700.095.270

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, ascendeu a 4,76% (31 de Dezembro de 2011: 3,90%).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 2.5., o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 3.1.

Devido ao processo de reestruturação voluntária da dívida soberana da República da Grécia (*PSI-Private Sector Involvement*), o Grupo constituiu em 2011 uma imparidade, que valorizou a 35% do valor nominal todas as obrigações da referida República, no montante de 12.344.869 euros.

Face à evolução da situação económica e financeira do Estado Grego e no âmbito do acordo que foi estabelecido com o sector privado com vista à reestruturação da sua dívida soberana, os detentores de obrigações emitidas pela Grécia trocaram os títulos que detinham por novos títulos com valor facial igual a 31,5% do valor facial dos anteriores títulos de dívida pública. Nesse sentido, o Grupo efectuou um reforço da imparidade no montante de 3.591.257 euros, tendo por base os termos e condições definidos no PSI.

Em Outubro de 2012 o Banco alienou a totalidade do *strip* de títulos de dívida soberana Grega resultantes da reestruturação voluntária por um preço de 21,9%, tendo nessa data utilizado a imparidade registada para estes títulos e registado a respectiva menos-valia. Paralelamente, o Banco comprou exactamente o mesmo montante nominal total em uma só obrigação do mesmo *strip* para 2031 ao preço de 22,1%. Posteriormente, a 18 de Dezembro, o Banco alienou 50% desta exposição a 33,1% registando-se um ganho de 401.719 euros. A exposição remanescente de 50% foi alienada a 9 de Janeiro de 2013 ao preço de 40,27%, registando-se um ganho de 660.025 euros.

A 31 de Dezembro de 2012, as menos valias das principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda, encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os critérios de julgamento para reconhecimento de imparidade, nomeadamente, no caso dos instrumentos de capital, não apresentavam desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na nota 35.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda tem a seguinte composição no que se refere a títulos cotados e não cotados:

	2012			2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	439.977.896	-	439.977.896	192.866.668	-	192.866.668
De outros emissores	245.751.764	-	245.751.764	289.117.918	644.090	289.762.008
Acções	14.365.280	330	14.365.610	21.054.275	330	21.054.605
	700.094.940	330	700.095.270	503.038.861	644.420	503.683.281

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos Activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como se segue:

	2012	2011
Até 3 meses	10.004.919	5.716.080
De 3 meses a 1 ano	4.930.950	39.031.181
De 1 a 5 anos	161.927.915	259.613.863
Mais de 5 anos	508.865.876	178.267.552
Duração indeterminada	14.365.610	21.054.605
	700.095.270	503.683.281

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	2012	2011
Saldo inicial	17.715.919	6.124.243
Dotações	5.736.787	14.134.976
Utilizações	(16.873.731)	(2.543.300)
Saldo final	6.578.975	17.715.919

No decorrer do exercício de 2011 o Grupo procedeu à reclassificação de títulos da categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de Crédito a clientes, conforme apresentado na nota 21.

NOTA 20 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos	25.542.881	-
Empréstimos	12.554	36.718
	25.555.435	36.718
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	11.369.025	-
Depósitos	-	27.050.455
	11.369.025	27.050.455
	36.924.460	27.087.173

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, ascendeu a 0,30% (31 de Dezembro de 2011: 0,25%).

Os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2012	2011
Até 3 meses	36.615.539	27.050.455
De 3 meses a 1 ano	308.921	-
De 1 a 5 anos	-	36.718
	36.924.460	27.087.173

NOTA 21 CRÉDITO A CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	2.200.986	2.199.396
Créditos em conta corrente	1.139.355	3.174.504
Locação financeira	327.849	473.364
Descobertos	1.969	19.193
Outro crédito especializado	75.567	26.083
A particulares		
Créditos em conta corrente	11.971.287	15.055.409
Habitação	5.302.666	5.365.824
Locação financeira	891.644	1.083.995
Descobertos	67.204	41.155
Outro crédito especializado	867.948	1.184.607
	22.846.475	28.623.530
Crédito ao exterior		
A empresas		
Descobertos	45	76
Créditos em conta corrente	400	4.800
A particulares		
Créditos em conta corrente	119.767	110.061
Descobertos	413	651
	120.625	115.588
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada		
Emitida por residentes	10.877.501	38.544.911
Emitida por não residentes	158.922.007	92.097.731
	169.799.508	130.642.642
Crédito e juros vencidos		
Há mais de 90 dias	271.478	298.343
	271.478	298.343
	193.038.086	159.680.103
Provisões para imparidade do crédito	(363.838)	(349.313)
Crédito a clientes	192.674.248	159.330.790

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica Crédito em conta corrente reflecte o crédito concedido ao abrigo da "conta margem", o qual tem subjacente um colateral de depósitos e/ou títulos domiciliados no Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2012, a carteira de crédito do Grupo inclui crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 320.704 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do nº 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2011: 333.722 euros). O crédito concedido ao pessoal chave da gestão com funções directivas, foi de 1.189.258 euros (31 de Dezembro de 2011: 1.450.062 euros).

Os prazos residuais do crédito a clientes, incluindo o crédito e juros vencidos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2012	2011
Até 3 meses	14.840.613	18.807.892
De 3 meses a 1 ano	7.359.629	96.307
De 1 a 5 anos	18.384.698	22.758.164
Mais de 5 anos	152.181.668	117.719.397
Duração indeterminada	271.478	298.343
	193.038.086	159.680.103

Os movimentos ocorridos nas provisões para imparidade do crédito são apresentados como se segue:

	2012	2011
Saldo inicial	349.313	181.249
Dotações	16.378	170.162
Utilizações	(1.853)	(2.098)
Saldo final	363.838	349.313

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa pode ser apresentada como se segue:

	2012	2011
Taxa variável	192.594.720	158.937.985
Taxa fixa	443.366	742.118
	193.038.086	159.680.103

Os prazos residuais do capital em locação, apresentavam a seguinte estrutura:

	2012	2011
Rendas e valores residuais vincendos		
Até 3 meses	12.535	7.251
De 3 meses a 1 ano	177.334	89.936
De 1 a 5 anos	995.048	1.449.581
Mais de 5 anos	128.542	154.483
	1.313.459	1.701.251
Juros vincendos		
Até 3 meses	86	45
De 3 meses a 1 ano	3.210	1.759
De 1 a 5 anos	68.928	117.972
Mais de 5 anos	21.742	24.116
	93.966	143.892
Capital vincendo		
Até 3 meses	12.449	7.206
De 3 meses a 1 ano	174.124	88.177
De 1 a 5 anos	926.120	1.331.609
Mais de 5 anos	106.800	130.367
	1.219.493	1.557.359

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

2012							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a:							
Empresas	190.126	189.471	173.545.679	7.472	173.735.805	196.943	173.538.862
Particulares	186.461	99.967	19.115.820	66.928	19.302.281	166.895	19.135.386
Total	376.587	289.438	192.661.499	74.400	193.038.086	363.838	192.674.248

2011							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a:							
Empresas	130.642.642	-	6.084.068	194.315	136.726.710	194.315	136.532.395
Particulares	8.226	8.226	22.945.167	146.772	22.953.393	154.998	22.798.395
Total	130.650.868	8.226	29.029.235	341.087	159.680.103	349.313	159.330.790

No seguimento do encerramento do mercado primário periférico de *Residential mortgage-backed securities (RMBS)* em 2008/2009, esta classe de activos deixou de transaccionar em condições de normalidade no mercado secundário durante o ano 2011. Este fenómeno ficou explicitamente patente após o segundo trimestre do ano, quando deixaram de existir preços pronta e regularmente disponíveis. Neste sentido, e em consonância com o parágrafo AG71 da norma IAS 39, as emissões de *RMBS* deixaram objectivamente de qualificar como cotadas num mercado activo. Adicionalmente, em linha com os parágrafos 50 E) e F) da norma IAS 39, o Grupo, tendo capacidade e intenção de deter estes activos no futuro previsível ou até à maturidade, procedeu à sua reclassificação, transferindo-os da categoria de Activos disponíveis para venda para a categoria de Crédito a clientes com data de 1 de Julho de 2011, conforme mapa que se segue:

	Valor de aquisição	Na data da transferência				Dezembro 2011		Dezembro 2012	
		Valor de balanço	Reserva de justo valor	Valor dos cash flows futuros ^{a)}	Taxa efectiva ^{b)}	Valor de mercado ^{c)}	Var. reserva justo valor entre 01/07 e 31/12 ^{d)}	Valor de mercado ^{c)e)}	Var. reserva justo valor ^{d)e)}
De activos financeiros disponíveis para venda	141.499.455	132.512.478	(9.316.514)	201.040.279	5,28%	119.426.044	(10.856.443)	79.064.312	11.430.043

^{a)} Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

^{b)} A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas *forwards* decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

^{c)} Este montante representa o valor de mercado caso os títulos se tivessem mantido na carteira de activos financeiros disponíveis para venda. Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota acima, são valores sem suporte de transacções efectivas no mercado, em virtude de este se encontrar inactivo.

^{d)} Esta reserva representa a variação da reserva de justo valor caso os títulos se mantivessem na carteira de activos financeiros disponíveis para venda.

^{e)} Respeita a títulos transferidos de activos disponíveis para venda para crédito a clientes, em carteira nesta data.

NOTA 22 DERIVADOS DE COBERTURA

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tem a seguinte composição:

2012							
Produto derivado	Activo/passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Varição de justo valor no ano	Componente justo valor do elemento coberto	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço
Interest Rate Swap	Instrumentos de dívida	390.200.000	(11.610.518)	(5.805.634)	10.285.905	5.958.169	379.170.832
Futuros	Instrumentos de dívida	110.000.000	-	3.684	22.605	22.605	94.273.912
		500.200.000	(11.610.518)	(5.801.950)	10.308.510	5.980.774	473.444.744

1) inclui juro corrido

2011							
Produto derivado	Activo/passivo financeiro associado	Derivado			Activo/passivo associado		
		Nocional	Justo valor (1)	Varição de justo valor no ano	Componente justo valor do elemento coberto	Varição de justo valor no ano	Valor de balanço
Interest Rate Swap	Instrumentos de dívida	113.200.000	(5.025.346)	(4.266.438)	4.136.294	4.144.031	142.524.183
Futuros	Instrumentos de dívida	26.200.000	-	(3.072.790)	2.863.893	2.863.893	49.746.943
		139.400.000	(5.025.346)	(7.339.228)	7.000.187	7.007.924	192.271.126

1) inclui juro corrido

As variações de justo valor associadas aos activos acima descritos e os respectivos derivados de cobertura, encontram-se registados em resultados do exercício na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

NOTA 23 ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Imóveis		
Beneficiações em imóveis	2.602.418	2.468.400
De serviço próprio	15.364.293	15.533.763
	17.966.711	18.002.163
Equipamento		
Equipamento informático	4.548.669	4.330.325
Mobiliário e material	885.861	878.467
Instalações e interiores	1.008.362	1.004.925
Equipamento de segurança	1.212.898	1.207.903
Máquinas e ferramentas	110.090	110.090
Outros equipamento	210.547	210.547
Material de transporte	3.514	3.514
	7.979.941	7.745.771
	25.946.652	25.747.934
Imparidade	(128.000)	-
Depreciação acumulada	(9.284.984)	(8.348.320)
	16.533.668	17.399.614

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	17.510.312	7.672.138	107.404	25.289.854
Adições	491.851	73.633	-	565.484
Transferências	-	-	(107.404)	(107.404)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	18.002.163	7.745.771	-	25.747.934
Adições	145.514	234.170	-	379.684
Transferências	(180.966)	-	-	(180.966)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	17.966.711	7.979.941	-	25.946.652
Depreciações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	2.030.203	5.242.921	-	7.273.124
Amortizações do exercício	526.422	548.774	-	1.075.196
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2.556.625	5.791.695	-	8.348.320
Amortizações do exercício	489.658	447.006	-	936.664
Imparidade	128.000	-	-	128.000
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	3.174.283	6.238.701	-	9.412.984
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2012	14.792.428	1.741.240	-	16.533.668
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2011	15.445.538	1.954.076	-	17.399.614

NOTA 24 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	6.878.606	6.840.716
Outras imobilizações	586.747	586.747
	7.465.353	7.427.463
Amortização acumulada	(7.270.928)	(6.892.601)
	194.425	534.862

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição			
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	6.773.400	586.747	7.360.147
Adquiridas a terceiros	67.316	-	67.316
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	6.840.716	586.747	7.427.463
Adquiridas a terceiros	37.890	-	37.890
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	6.878.606	586.747	7.465.353
Amortizações			
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	5.885.978	586.747	6.129.588
Amortizações do exercício	419.876	-	343.137
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	6.305.854	586.747	6.892.601
Amortizações do exercício	378.327	-	378.327
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	6.684.181	586.747	7.270.928
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2012	194.425	-	194.425
Saldo líquido em 31 de Dezembro de 2011	534.862	-	534.862

NOTA 25 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

2012					
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Valor de Balanço
ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.	5.562.138	34,76%	5.562.138	5.562.138	5.357.148

2011					
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Valor de Balanço
ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.	5.562.138	34,76%	5.562.138	5.562.138	4.954.560

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os detalhes da ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A., são apresentados como se segue:

	2012			2011		
	Total do activo	Total do Capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do activo	Total do Capital próprio	Resultado líquido do exercício
ONETIER PARTNERS, SGPS, S.A.	15.405.581	15.240.382	224.008	15.535.336	14.135.287	111.794

NOTA 26 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Activos por impostos correntes		
Estimativa de imposto do exercício	(17.382.842)	(1.967.695)
Pagamentos por conta	108.657	1.952.907
Retenções na fonte	351.549	1.527.616
IRC a recuperar	227.309	227.309
Activos / (Passivos) por impostos correntes	(16.695.327)	1.740.137

NOTA 27 OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	570.490	1.276.713
Aplicações - Contas caução	18.610.174	6.328.663
Sector público administrativo	26.320	26.320
Devedores diversos	169.559	1.660.414
Devedores e outras aplicações	87.297	211.344
Outros activos	120.752	120.745
	19.584.592	9.624.199
Provisão para perdas por imparidade para outros activos	(48.571)	(458.976)
	19.536.021	9.165.223
Despesas com custo diferido	451.814	373.936
Rendimentos a receber	446.694	369.566
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	615.524	1.056.065
	615.524	1.056.065
Pensões de reforma - custos com serviços passados diferidos (nota 13)	1.577.583	2.707.411
	22.627.636	13.672.201

A rubrica Aplicações – Conta caução é referente a colaterias mantidos junto de contrapartes para negociação em instrumentos derivados.

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

Os movimentos ocorridos em Provisões para perdas por imparidade para outros activos são apresentados como se segue:

	2012	2011
Saldo inicial	458.976	762.502
Dotações	488.665	54.092
Reversões	(75.419)	(372.503)
Utilização	(823.651)	-
Cambial	-	14.885
Saldo final	48.571	458.976

NOTA 28 RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica, no montante de 260.247.778 euros (31 de Dezembro de 2011: 238.322.892 euros), respeita a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, integralmente colaterizados por títulos das carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda em 2012 e 2011.

O prazo de vencimento destes recursos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é escalonado como se segue:

	2012	2011
Até 3 meses	-	49.770.531
De 1 a 5 anos	260.247.778	188.552.361
	260.247.778	238.322.892

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, ascendeu a 0,91% (31 de Dezembro de 2011: 1,24%).

NOTA 29 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
No país		
Depósitos	183.174	5.128.914
	183.174	5.128.914
No estrangeiro		
Depósitos	6.297.420	5.454.689
Empréstimos	-	38.312.040
	6.297.420	43.766.729
	6.480.594	48.895.643

A taxa de juro média durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, ascendeu a 1,11% (31 de Dezembro de 2011: 1,59%).

O prazo residual dos Recursos de outras instituições de crédito era até 3 meses para 2012 e 2011.

NOTA 30 RECURSOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Depósitos à ordem	138.589.067	174.853.334
Depósitos a prazo	384.937.027	251.279.933
Outros	20.304.069	14.434.672
	543.830.163	440.567.939

Os prazos residuais dos Recursos de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2012	2011
Até 3 meses	287.145.365	321.258.736
De 3 meses a 1 ano	235.184.845	100.911.570
De 1 a 5 anos	21.499.953	18.397.633
	543.830.163	440.567.939

NOTA 31 PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Outras provisões
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	170.408
Reversões	(150.258)
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	20.150
Dotações	2.892.714
Utilizações	(7.500)
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	2.905.364

NOTA 32 IMPOSTOS

O Banco e as suas Subsidiárias estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama. O montante dos seus impostos sobre rendimentos para o exercício de 2012 é determinado tendo por base uma taxa nominal de imposto de 25% acrescida de uma taxa de 1,5% referente a Derrama Estadual. Uma taxa adicional de 5% relativa à Derrama Estadual é também aplicada ao rendimento tributável superior a 10 milhões de euros, sendo aplicável para os anos de 2012 e 2013.

O Grupo determinou o montante dos seus impostos diferidos para os exercícios de 2012 e 2011 e o montante dos seus impostos correntes para o exercício de 2011, com base numa taxa nominal de 25%, acrescida de uma taxa de 1,5% relativa a Derrama Municipal e de uma taxa de 2,5% relativa a Derrama Estadual, aplicada a rendimento tributável superior a 2 milhões de euros. Esta taxa de imposto estava em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efetuado pelo Banco durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, o Conselho de Administração considera que não existirão diferenças que sejam materiais para as demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2012 e 2011 podem ser analisados como seguem:

	2012	2011
Provisões	212.462	283.334
Activos financeiros disponíveis para venda	229.451	34.503.526
Outros	183.755	86.303
Imposto diferido activo / (passivo) líquido	625.668	34.873.163
Movimento do imposto no ano	(34.247.495)	20.064.360

O movimento do imposto diferido em 2012 e 2011 explica-se de seguida:

	2012			2011		
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Total
Provisões	(70.872)	-	(70.872)	(131.625)	-	(131.625)
Activos financeiros disponíveis para venda	-	(34.274.075)	(34.274.075)	-	20.175.647	20.175.647
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros	97.452	-	97.452	20.338	-	20.338
	26.580	(34.274.075)	(34.247.495)	(111.287)	20.175.647	20.064.360

O imposto sobre o rendimento reportado em resultados e reservas, explica-se como se segue:

	2012	2011
Reconhecido em reservas		
Imposto corrente	(641.760)	(390.086)
Imposto diferido	(34.274.075)	20.175.647
	(34.915.835)	19.785.561
Reconhecido em resultados		
Imposto corrente		
Do exercício	(16.471.081)	(1.275.045)
De exercícios anteriores	85.186	365.212
	(16.385.895)	(909.833)
Imposto diferido	26.581	(111.287)
	(16.359.314)	(1.021.120)
	(51.275.149)	18.764.441

A reconciliação da taxa de imposto para os exercícios de 2012 e 2011 pode ser analisada como se segue:

	2012		2011	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de impostos		48.525.839		3.526.715
Resultado apurado com base na taxa de imposto	31,50%	15.285.639	29,00%	1.022.747
Fundo de pensões	0,47%	226.700	-1,24%	(43.669)
Correcções nos casos de crédito de imposto	0,12%	60.044	1,64%	57.852
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	2,78%	1.348.840	7,99%	281.620
Benefícios fiscais	-0,16%	(77.878)	-2,28%	(80.575)
Valias contabilísticas e fiscais	0,04%	20.404	5,41%	190.730
Tributação autónoma e dupla tributação internacional	-0,06%	(30.657)	-1,46%	(51.524)
Contribuição sobre o sector bancário	0,18%	85.050	4,73%	166.895
Outros	-1,12%	(544.156)	-14,84%	(522.956)
Efeito da alteração da taxa	-0,03%	(14.672)	-	-
	33,72%	16.359.314	28,95%	1.021.120

NOTA 33 OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Credores e outros recursos		
Por operações de futuros e opções	835.960	1.308.037
Recursos diversos	25.000	520.525
Sector público administrativo	2.029.455	491.618
Credores por fornecimento de bens	-	25.400
Credores por operações sobre valores mobiliários	2.081	6.024
Outros credores	361.265	769.334
	3.253.761	3.120.938
Custos a pagar		
Encargos com o pessoal	1.731.089	1.333.387
Outros encargos a pagar	3.864.680	1.408.425
	5.595.769	2.741.812
Receitas com rendimento diferido	21.590	40.435
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	505.575	1.648.241
Outras operações a regularizar	1.729.198	2.752.228
	2.234.773	4.400.469
	11.105.893	10.303.654

As operações de venda e de compra de títulos, cuja liquidação financeira ocorreu posteriormente à data do balanço, encontram-se registadas na rubrica Operações sobre valores mobiliários a regularizar.

NOTA 34 CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACÇÕES PRÓPRIAS E RESERVAS

Capital

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o capital do Banco encontra-se representado por 104.000.000 acções, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2012	2011
António da Silva Rodrigues	11,43%	11,43%
Adger – SGPS, S.A.	10,34%	10,22%
WWC World Wide Capital - SPGS, S.A.	10,19%	10,19%
Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues	9,06%	9,06%
Nicholas Leo Racich	4,95%	4,95%
JRI – SGPS, S.A.	4,79%	4,79%
Edimo, Sociedade Internacional de Gestão SGPS, Unipessoal Lda.	4,62%	4,62%
José António de Melo Pinto Ribeiro	3,01%	3,11%
Outros	41,61%	41,63%
	100,00%	100,00%

No decorrer do exercício de 2011, o Banco procedeu ao aumento do seu capital social de 89.088.810 euros para 104.000.000 euros mediante a emissão de 14.911.190 acções ordinárias nominativas com valor nominal de 1 euro cada, com o seguinte detalhe:

- em Maio de 2011 procedeu ao aumento do capital social de 89.088.810 euros para 97.997.691 euros, por incorporação de reservas, mediante a emissão de 8.908.881 novas acções, com o valor nominal de um euro cada uma;
- em Junho de 2011 procedeu ao aumento do capital social de 97.997.691 euros para 104.000.000 euros, por novas entradas em dinheiro, para fazer face ao exercício de opções de subscrição de acções, mediante a emissão de 6.002.309 novas acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

Prémios de emissão

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os prémios de emissão no montante de 1.362.281 euros referem-se aos prémios pagos pelos accionistas nos aumentos de capital realizados.

Acções próprias

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	2012		2011	
	Nº de acções	Valor	Nº de acções	Valor
Acções próprias				
Saldo no início do ano	1.732	2.326	1.575	2.326
Movimento	-	-	157	-
Saldo no final do ano	1.732	2.326	1.732	2.326
Empréstimos para aquisição acções próprias				
Saldo no início do ano	1.091.989	1.320.739	1.266.726	1.580.761
Movimento	(144.006)	(151.498)	(174.737)	(260.022)
Saldo no final do ano	947.983	1.169.241	1.091.989	1.320.739
Saldo final	949.715	1.171.567	1.093.721	1.323.065

Em 31 de Dezembro de 2012, os Empréstimos para aquisição de acções próprias incluem crédito concedido a membros do Conselho de Administração no montante de 662.391 euros decorrente da política de pessoal, ao abrigo do nº 4 do art. 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (31 de Dezembro de 2011: 696.056 euros) e crédito concedido ao pessoal chave da gestão com funções directivas, no montante de 316.080 euros (31 de Dezembro de 2011: 394.486 euros).

Reserva de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda deduzidas da imparidade reconhecida em resultados. O valor desta rubrica é apresentado líquido de impostos diferidos e impostos correntes.

A reserva de justo valor para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é analisada da seguinte forma:

	2012	2011
Custo dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 19) (1)	707.664.748	634.639.977
Perdas por imparidade (nota 19)	(6.578.975)	(17.715.919)
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda (nota 19)	700.095.270	503.683.281
Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	(990.503)	(113.240.777)
Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor de crédito titulado	-	(8.382.016)
Reserva de justo valor de associadas	203.345	(175.873)
Impostos diferidos	229.448	34.503.526
Impostos correntes	(625.967)	15.793
	(1.183.677)	(87.279.347)

(1) custo amortizado para títulos de dívida e custo de aquisição no que se refere às acções.

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos, para os exercícios de 2012 e 2011 é analisado da seguinte forma:

	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	(87.279.347)	(38.016.812)
Variação de justo valor	120.632.287	(68.716.940)
Reserva de justo valor de associadas	379.218	(331.156)
Impostos correntes reconhecidos no exercício em reservas	(641.760)	(390.086)
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	(34.274.075)	20.175.647
	86.095.670	(49.262.535)
Saldo em 31 de Dezembro	(1.183.677)	(87.279.347)

Reserva legal

De acordo com o disposto no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/91, de 31 de Dezembro e alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 25 de Setembro, as Sociedades do Grupo devem destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Dividendos antecipados

A Administração procedeu a um pagamento de dividendos parcial e antecipado, no valor de € 0,09 por acção, em Novembro de 2012, tendo por base os resultados certificados do período de 1 de Janeiro de 2012 - 30 de Setembro de 2012. Este evento seguiu-se a uma decisão pelos Accionistas em Abril de 2012 de suspender os dividendos relativos ao ano anterior.

NOTA 35 CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Activos dados em garantia	746.193.861	445.189.990
Garantias e avals	148.938	857.644
	746.342.799	446.047.634
Garantias recebidas		
Garantias pessoais		
Garantias e avals	6.347.407	5.330.461
Outras	633.649	766.390
Garantias reais		
Títulos	22.722.586	28.679.279
Créditos	5.211.398	6.042.836
Valores imobiliários	10.033.390	12.023.554
	44.948.430	52.842.520
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Operações a prazo	-	20.000.000
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores	674.614	674.614
Compromissos revogáveis		
Facilidades de descoberto em conta	26.253.790	44.825.206
	26.928.404	65.499.820
Responsabilidades por prestação de serviços		
Por depósito e guarda de valores	806.723.129	553.466.508
Por valores administrados pela instituição	39.742.097	32.055.671
Por cobrança de valores	1.844	-
	846.467.070	585.522.179

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica Activos dados em garantia inclui:

- títulos dados em garantia ao Sistema de Indemnização ao Investidor no montante de 663.200 euros (31 de Dezembro de 2011: 437.000 euros);
- títulos dados em garantia ao Sistema Europeu de Bancos Centrais no montante de 527.006.331 euros (31 de Dezembro de 2011: 429.771.942 euros);
- outros títulos dados em garantia 218.524.330 euros (31 de Dezembro de 2011: 14.981.048 euros).

NOTA 36 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Nos exercícios findos em 2012 e 2011, o montante global dos activos, passivos, proveitos e custos relativos a transacções efectuadas com entidades relacionadas foram os seguintes:

	2012		2011	
	Passivo	Custos	Passivo	Custos
Partes relacionadas				
ONETIER PARTNERS, SCR, S.A.	815.761	33.121	825.705	31.562
LEADCAPITAL - Fundo Capital de Risco BiG Capital	-	-	30.898	-

NOTA 37 JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o justo valor dos activos e passivos financeiros é apresentado da seguinte forma:

	Justo Valor			Outros ao custo amortizado	Total valor de balanço	Justo Valor
	Valores de cotação de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado			
31 de Dezembro de 2012						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	14.054.324	14.054.324	14.054.324
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	19.698.790	19.698.790	19.698.790
Activos financeiros detidos para negociação	16.963.818	443.879	-	-	17.407.697	17.407.697
Activos financeiros disponíveis para venda	700.094.940	-	330	-	700.095.270	700.095.270
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	36.924.460	36.924.460	36.924.460
Crédito a clientes ^{a)}	-	-	-	192.674.248	192.674.248	189.515.568
Activos financeiros	717.058.758	443.879	330	263.351.822	980.854.789	977.696.109
Recursos de bancos centrais	-	-	-	260.247.778	260.247.778	260.247.778
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.015.994	-	-	1.015.994	1.015.994
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	6.480.594	6.480.594	6.480.594
Recursos de clientes	-	-	-	543.830.163	543.830.163	543.830.163
	-	1.015.994	-	810.558.535	811.574.529	811.574.529
31 de Dezembro de 2011						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	10.323.223	10.323.223	10.323.223
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	42.026.648	42.026.648	42.026.648
Activos financeiros detidos para negociação	12.166.652	1.169.633	-	-	13.336.285	13.336.285
Activos financeiros disponíveis para venda	503.038.861	644.090	330	-	503.683.281	503.683.281
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	27.087.173	27.087.173	27.087.173
Crédito a clientes	-	-	-	159.330.790	159.330.790	159.330.790
Activos financeiros	515.205.513	1.813.723	330	238.767.834	755.787.400	755.787.400
Recursos de bancos centrais	-	-	-	238.322.892	238.322.892	238.322.892
Passivos financeiros detidos para negociação	16.037.926	2.554.046	-	-	18.591.972	18.591.972
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	48.895.643	48.895.643	48.895.643
Recursos de clientes	-	-	-	440.567.939	440.567.939	440.567.939
	16.037.926	2.554.046	-	727.786.474	746.378.446	746.378.446

^{a)} Os preços mencionados podem não reflectir condições normais de mercado como mencionado na nota 21, são valores sem suporte de transacções efectivas no mercado, em virtude de este se encontrar inactivo.

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BiG, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transacções para estes activos/passivos negociados em mercados líquidos.

Modelos de valorização com parâmetros / preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objecto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Durante o exercício de 2012 não foram efectuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos activos e passivos.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas pelos principais operadores financeiros.

Derivados de negociação

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respectivo preço de mercado. No que respeita aos derivados *over the counter* aplicam-se os modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado, nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, bem como as respectivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação divulgada pela *Bloomberg*, nomeadamente as resultantes das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de juro de curto prazo são obtidos no *Euro Money Market*.

Os principais parâmetros utilizados, nos modelos de valorização estão descritos abaixo.

As curvas das taxas de juro das principais moedas, para os anos 2012 e 2011, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2012		2011	
	EUR	USD	EUR	USD
<i>Overnight</i>	0,050	0,030	0,400	0,040
1 mês	0,109	0,209	1,024	0,295
3 meses	0,187	0,306	1,356	0,581
6 meses	0,320	0,508	1,617	0,809
9 meses	0,432	0,686	1,791	0,966
1 ano	0,542	0,844	1,947	1,128
3 anos	0,469	0,501	1,356	0,820
5 anos	0,766	0,865	1,724	1,225
7 anos	1,124	1,309	2,065	1,643
10 anos	1,565	1,840	2,381	2,027
15 anos	2,002	2,382	2,662	2,402
20 anos	2,163	2,594	2,686	2,521
25 anos	2,212	2,724	2,623	2,578
30 anos	2,233	2,804	2,555	2,616

As volatilidades a 90 dias dos instrumentos de taxas de juro, calculadas sobre os preços dos instrumentos de dívida pública para os prazos mais líquidos (futuros de obrigações), nos anos 2012 e 2011, podem ser analisadas como se segue:

(valores expressos em percentagem)

	2012		2011	
	EUR	USD	EUR	USD
3 anos	1,11	0,67	2,83	1,06
5 anos	3,76	1,78	5,23	2,92
7 anos	4,06	3,33	8,20	4,94
10 anos	6,14	4,04	9,88	6,51

A evolução das taxas de câmbio das principais moedas, para os anos 2012 e 2011, e respectivas volatilidades históricas utilizadas na valorização dos derivados cambiais, pode ser analisada como se segue:

	2012	2011	Volatilidades		
			3 meses	6 meses	1 ano
EUR/USD	1,32	1,29	6,68	7,97	9,60
EUR/GBP	0,87	0,84	4,99	5,74	6,76
EUR/JPY	113,61	100,20	9,67	10,73	11,33
EUR/CHF	1,21	1,22	2,19	1,56	10,20

A evolução dos principais índices de acções, para os anos 2012 e 2011, e respectivas volatilidades utilizadas na valorização dos derivados sobre acções e índices de acções, pode ser analisada como se segue:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita	
	2012	2011	Varição	1 mês	3 meses	Call	Put
PSI20	5.655,15	5.494,27	2,9	12,60	15,40	18,16	18,16
Eurostoxx	2.635,93	2.316,55	13,8	11,11	17,02	18,06	18,15
DAX	7.612,39	5.898,35	29,1	11,10	14,26	16,09	16,24
S&P	1.426,19	1.257,60	13,4	12,28	12,28	16,08	16,08
Nasdaq 100	2.660,93	2.277,83	16,8	15,54	15,09	18,71	18,71
Dow Jones Ind.	13.104,14	12.217,6	7,3	11,20	11,74	15,11	15,11

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares. Considerando que a carteira do Grupo é composta essencialmente por créditos de curto prazo e créditos recentemente originados, considera-se o valor de balanço como uma estimativa razoável do justo valor do crédito a clientes.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

NOTA 38 GESTÃO DE RISCO DE ACTIVIDADE

Enquadramento

O Grupo procura gerir diariamente os riscos inerentes ao negócio bancário, designadamente riscos de mercado, de liquidez, de crédito, operacionais, tecnológicos, de *compliance* e reputacionais. Informação adicional sobre este tema encontra-se disponível no Relatório do Conselho de Administração 2012.

Pelo facto destes riscos estarem, por norma, relacionados, o Grupo estruturou um sistema de controlo interno que, mediante procedimentos, políticas e outros instrumentos de controlo, procura gerir todos os riscos de forma abrangente e integrada. Estes procedimentos e políticas são concebidos, genericamente, para garantir um processamento eficaz, a existência de sistemas robustos, a tomada de risco apropriada, o reporte independente e um comportamento responsável, bem como o respeito pela aderência a orientações regulamentares, legais e prudenciais.

Na gestão da sua exposição ao risco, o Grupo guia-se pelos seguintes princípios básicos:

- Revisão regular das políticas e procedimentos pela Administração;
- Estabelecimento formal de responsabilidades pela gestão de risco no Grupo;
- Processo de vigilância independente das unidades de negócio;
- Políticas e procedimentos destinados a assegurar uma apropriada diversificação das categorias de riscos;
- Manutenção de um sistema apropriado de reporte interno;
- Avaliação e medição disciplinada dos riscos, incluindo medidas estatísticas e qualitativas;
- Formação em identificação de riscos nas diversas unidades de negócio.

Medição de risco

O Grupo utiliza uma série de metodologias diferentes para medir e controlar os diferentes tipos de exposição ao risco, que são analisadas em conjunto com informações sobre o risco específico de contraparte ou de país, designadamente:

- *Value at Risk (VaR)*;
- Limites por contraparte, família, classe de activos ou portfolio;
- Limites de concentração;
- *Basis Point Values*;
- Medidas não estatísticas, tais como testes de *stress (Economic Value* e de *Earnings at Risk*) e análises de sensibilidade a parâmetros de risco de produtos derivados (*greeks*);
- *Back testing*.

A gestão do risco é um processo evolutivo e é um dos focos diários da atenção da Administração, especialmente porque uma qualquer metodologia isolada é habitualmente insuficiente para proporcionar uma visão completa das nossas exposições. Enquanto política, procuramos quantificar as potenciais perdas associadas com todos os aspectos do nosso negócio, de modo a termos uma estimativa prévia razoável dos potenciais danos em caso de eventos inesperados. Estes podem ir desde as que são possíveis com base em dados históricos recentes, até aos que consideramos altamente improváveis, mas que ainda assim podem ser estimados com base na assunção de certos cenários extremos.

Uma avaliação de risco de mercado envolve uma revisão, diária, de todas as medidas acima mencionadas. O risco de crédito geralmente concentra o seu foco em exposições nominais e fraccionadas, concentrações por mutuário ou grupo, sector ou geografia e *stresstesting*. A gestão dos riscos de liquidez, taxa de juro e cambial combinam um conjunto de metodologias, entre as quais se incluem *basis point values* e análises de cenário. As exposições a derivados são medidas com análises de sensibilidade de exposições medidas em *basis points*. Uma avaliação dos riscos mais subjectivos aos quais o Grupo pode estar exposto, tais como o risco reputacional e o risco de correlação, dependem de análises de cenário de modo a atingir estimativas quantitativas.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa a possível perda no valor dos instrumentos financeiros como resultado de alterações nas condições de mercado.

Em termos de mercados financeiros, os riscos chave a gerir estão relacionados com:

- Risco de liquidez: resultante da gestão da tesouraria e nas diferenças de maturidade dos activos e passivos;
- Risco taxa de juro: resultantes de mudanças no nível, declive e curvatura da curva de taxas de juro, volatilidade de taxas de juro e duração das margens de crédito;
- Risco de preço de valores mobiliários e matérias-primas: resultantes de exposições a mudanças nos preços dos activos subjacentes e volatilidade;
- Risco taxa de câmbio: resultante de exposições a mudanças nos preços à vista, em momento futuro, e volatilidade;
- Risco de derivados: resultante da gestão da nossa exposição a mudanças de preços dos activos subjacentes utilizados para cobrir posições e produtos de Clientes.

VaR

Ao nível das linhas individuais de produtos e carteiras de clientes, medidas estatísticas tais como o *VaR* são combinadas com medidas não estatísticas, incluindo testes de *stress*, *back testing* e *earnings at risk advisories* para assegurar controlos adequados sobre resultados esperados por tipo de risco em todas as condições de mercado. O Grupo calcula o *VaR* diário usando para o cálculo da volatilidade um horizonte temporal a um mês (22 dias úteis) e um nível de confiança de 99%. Isto significa que o Grupo deveria esperar incorrer em perdas superiores às estimativas do *VaR* apenas uma vez em cada 100 dias de exposição ao mercado, ou aproximadamente 2,5 vezes por ano. Uma vez que o *VaR* é uma abordagem teórica baseada em dados históricos, o modelo tem limitações e pode não produzir sempre previsões exactas sobre o risco de mercado futuro. As mudanças de *VaR* entre períodos de reporte, por exemplo, são genericamente devidas a mudanças nos níveis de exposição, volatilidade e correlação entre valores mobiliários.

O *VaR* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontra-se apresentado conforme segue:

	2012				2011			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	2.155	5.199	64.777	670	2.503	17.687	96.571	871
Risco taxa de juro	25.525	423.948	1.433.894	21.557	-	-	-	-
Ações	68.235	23.056	128.548	1.981	10.150	28.526	111.278	5.157
Opções	43.550	53.177	113.981	18.791	31.912	80.079	305.007	20.838
Efeito da diversificação	27%	31%			15%	7%		
VaR Total	101.997	350.734	1.433.218	37.465	37.903	118.064	331.753	33.788

A gestão de *VaR* para as diferentes carteiras de *trading* manteve-se dentro dos limites estabelecidos para 2012. A reduzida exposição alocada às carteiras de ações, produtos estruturados e FX Cambial na vertente de *trading* teve por base as poucas oportunidades para investimento contra outras classes de activos (obrigações), e também por causa do baixo nível de negócio relacionado com Clientes requerendo técnicas de cobertura (*hedging*).

Stress Testing

Estes testes são complementares aos limites de *VaR* e são uma ferramenta essencial para gerir o risco de mercado. Ao utilizar o *stress testing* económico, o Grupo procura estimar as perdas potenciais associadas com um determinado instrumento, livro ou carteira, em diferentes cenários. Os *stress tests* de proveitos em risco proporcionam à Administração uma estimativa da variação potencial no valor de uma dada posição, quer corrente quer contemplado, em resultado de vários cenários utilizados para tomar decisões relativas a assumir, aumentar ou reduzir posições. Numa base diária, desenvolvemos testes nas carteiras detidas pelo Grupo assumindo certos eventos históricos de mercado ou outros cenários para simular a nossa exposição e, em certos casos, as exposições dos nossos Clientes a potenciais perdas. Quando os dados históricos não se encontram disponíveis, poderão ser utilizados activos subjacentes de classes de activos idênticas e com um nível elevado de correlação.

Actualmente, o Grupo utiliza 16 cenários diferentes para desenvolver os mais de 96 *stress tests* diários às várias posições de *trading* e investimento. Adicionalmente, numa base semanal, o Grupo corre 13 novos cenários, que correspondem a 78 *stress tests* semanais relativos às posições dos livros de *trading* e investimento. Estes novos cenários são também históricos, no entanto, reportam a datas diferentes, mais recentes e cujo impacto é mais significativo. Diariamente é ainda estimado o potencial impacto nas carteiras do Grupo quando admitimos cenários extremos no mercado de crédito e no mercado de ações, *Armageddon Stress Test* e *Armageddon Stress Test Debt*. Estes testes de *stress* são apresentados e discutidos no Relatório do Conselho de Administração.

Risco de Liquidez

A estratégia do Grupo assume como um dos seus pressupostos uma reduzida exposição ao risco de liquidez. Os princípios base desta estratégia são (i) obter disponibilidade de liquidez em momento anterior à aquisição/constituição de qualquer activo, (ii) garantir que grande parte do balanço do Grupo pode ser convertido em liquidez no curto prazo e (iii) assumir uma completa independência face ao mercado interbancário em termos de financiamentos.

A gestão dos recursos imediatos do Grupo é desenvolvida de forma a minimizar o risco de um aumento das actividades de crédito que possam implicar um decréscimo na liquidez, isto é, um ritmo de crescimento no crédito superior ao dos recursos.

As exposições por maturidade dos activos e passivos do balanço do Grupo encontram-se assim distribuídos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

2012							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.054.324	-	-	-	-	-	14.054.324
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.698.790	-	-	-	-	-	19.698.790
Activos financeiros detidos para negociação	-	865.572	2.178.274	3.457.397	1.838.992	9.067.462	17.407.697
Activos financeiros disponíveis para venda	-	10.004.919	4.930.950	161.927.915	508.865.876	14.365.610	700.095.270
Aplicações em instituições de crédito	-	36.615.539	308.921	-	-	-	36.924.460
Crédito a clientes	-	14.576.174	7.359.629	18.384.698	152.181.668	172.079	192.674.248
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
	33.753.114	62.062.204	14.777.774	183.770.010	662.886.536	23.605.151	980.854.789
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	-	-	260.247.778	-	-	260.247.778
Passivos financeiros detidos para negociação	-	112.130	545.520	358.344	-	-	1.015.994
Recursos de outras instituições de crédito	-	6.480.594	-	-	-	-	6.480.594
Recursos de clientes	138.589.067	148.556.298	235.184.845	21.499.953	-	-	543.830.163
Derivados de cobertura	-	-	182.555	8.046.387	3.381.576	-	11.610.518
	138.589.067	155.149.022	235.912.920	290.152.462	3.381.576	-	823.185.047

2011							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10.323.223	-	-	-	-	-	10.323.223
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.026.648	-	-	-	-	-	42.026.648
Activos financeiros detidos para negociação	-	2.912.955	510.435	2.854.194	2.164.955	4.893.746	13.336.285
Activos financeiros disponíveis para venda	-	5.716.080	39.031.181	259.613.863	178.267.552	21.054.605	503.683.281
Aplicações em instituições de crédito	-	27.050.455	-	36.718	-	-	27.087.173
Crédito a clientes	-	18.754.130	96.307	22.758.164	117.719.397	2.792	159.330.790
Derivados de cobertura	-	-	21.544	-	-	-	21.544
	52.349.871	54.433.620	39.659.467	285.262.939	298.151.904	25.951.143	755.808.944
Passivo							
Recursos de bancos centrais	-	49.770.531	-	188.552.361	-	-	238.322.892
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.947.223	95.854	462.358	-	16.086.537	18.591.972
Recursos de outras instituições de crédito	-	48.895.643	-	-	-	-	48.895.643
Recursos de clientes	174.853.871	146.404.865	100.911.570	18.397.633	-	-	440.567.939
Derivados de cobertura	-	-	-	1.273.754	3.773.136	-	5.046.890
	174.853.871	247.018.262	101.007.424	208.686.106	3.773.136	16.086.537	751.425.336

Exposição a dívida pública de países da Zona Euro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a exposição do Grupo a dívida pública de países da Zona Euro apresenta-se como segue:

	2012		2011	
	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda
Portugal	1.257.209	167.683.749	660.458	117.575.062
Espanha	-	144.757.870	-	43.794.376
Grécia	233.831	1.493.914	-	9.033.535
Irlanda	12.759	-	100.215	28.696.385
Itália	-	139.352.972	-	-
Chipre	65.235	-	-	-
	1.569.034	453.288.505	760.673	199.099.358

Todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda e Activos Financeiros Detidos para Negociação é como se segue:

2012						
	Valor nominal	Valor de cotação	Juro corrido	Valor de balanço	Imparidade	Reserva de justo valor
Activos financeiros detidos para negociação						
Portugal						
Maturidade inferior a 1 ano	249.757	255.675	3.729	259.403	-	-
Maturidade superior a 1 ano	1.106.441	977.686	20.155	997.806	-	-
Grécia						
Maturidade superior a 1 ano	814.085	224.129	9.702	233.831	-	-
Irlanda						
Maturidade superior a 1 ano	11.990	12.298	461	12.759	-	-
Chipre						
Maturidade inferior a 1 ano	47.000	40.185	1.024	41.209	-	-
Maturidade superior a 1 ano	35.000	23.807	219	24.026	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda						
Portugal						
Maturidade inferior a 1 ano	5.000.000	4.930.950	-	4.930.950	-	102.025
Maturidade superior a 1 ano	208.200.000	157.241.400	5.511.399	162.752.799	-	8.535.006
Espanha						
Maturidade superior a 1 ano	151.203.000	138.956.224	5.801.646	144.757.870	-	(8.820.194)
Grécia						
Maturidade superior a 1 ano	3.685.500	1.431.080	62.835	1.493.914	-	607.827
Itália						
Maturidade superior a 1 ano	129.000.000	137.720.583	1.632.388	139.352.972	-	2.722.658
	499.352.773	441.814.017	13.043.558	454.857.539	-	3.147.322

Risco de Taxa de Juro

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *Basis Point Values* a sensibilidade ao risco de taxa de juro para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

	2012				2011			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de Dezembro	(11.848.566)	11.848.566	(5.888.328)	5.888.328	(5.313.544)	5.313.544	(2.546.486)	2.546.486
Em 30 de Junho	(10.884.360)	10.884.360	(5.635.784)	5.635.784	(11.902.496)	11.902.496	(6.142.082)	6.142.082

Risco de Re-ricing dos Activos

Enquadrados nos indicadores não estatísticos *earnings at risk*, os escalões de *repricing* para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontram-se apresentados conforme se segue:

2012						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.054.324	14.054.324	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.698.790	19.698.790	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	17.407.697	9.067.462	865.572	2.178.274	3.457.397	1.838.992
Activos financeiros disponíveis para venda	700.095.270	14.365.610	10.004.919	4.930.950	161.927.915	508.865.876
Aplicações em instituições de crédito	36.924.460	-	36.615.539	308.921	-	-
Crédito a clientes	192.674.248	172.079	14.576.174	7.359.629	18.384.698	152.181.668
Total	980.854.789	57.358.265	62.062.204	14.777.774	183.770.010	662.886.536
Recursos de bancos centrais	260.247.778	-	-	-	260.247.778	-
Passivos financeiros detidos para negociação	1.015.994	-	112.129	545.520	358.345	-
Recursos de outras instituições de crédito	6.480.594	-	6.480.594	-	-	-
Recursos de clientes	543.830.163	138.589.067	148.556.298	235.184.845	21.499.953	-
Derivados de cobertura	11.610.518	-	-	182.555	8.046.387	3.381.576
Total	823.185.047	138.589.067	155.149.021	235.912.920	290.152.463	3.381.576
GAP (Activos - Passivos)	157.669.742	(81.230.802)	(93.086.817)	(221.135.146)	(106.382.453)	659.504.960

2011						
	Valor de balanço	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10.323.223	10.323.223	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	42.026.648	42.026.648	-	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	13.336.285	4.893.746	2.912.955	510.435	2.854.194	2.164.955
Activos financeiros disponíveis para venda	503.683.281	21.054.605	5.716.080	39.031.181	259.613.863	178.267.552
Aplicações em instituições de crédito	27.087.173	-	27.050.455	-	36.718	-
Crédito a clientes	159.330.790	2.792	18.754.130	96.307	22.758.164	117.719.397
Derivados de cobertura	21.544	-	21.544	-	-	-
Total	755.808.944	78.301.014	54.455.164	39.637.923	285.262.939	298.151.904
Recursos de bancos centrais	238.322.892	-	49.770.531	-	188.552.361	-
Passivos financeiros detidos para negociação	18.591.972	16.086.537	1.947.223	95.854	462.358	-
Recursos de outras instituições de crédito	48.895.643	-	48.895.643	-	-	-
Recursos de clientes	440.567.939	-	321.258.736	100.911.570	18.397.633	-
Derivados de cobertura	5.046.890	-	-	-	1.273.754	3.773.136
Total	751.425.336	16.086.537	421.872.133	101.007.424	208.686.106	3.773.136
GAP (Activos - Passivos)	4.383.608	62.214.477	(367.416.969)	(61.369.501)	76.576.833	294.378.768

Risco Cambial

Os mercados cambiais apresentaram níveis mais baixos de volatilidade durante o ano de 2012, comparativamente com os valores registados nos anos de 2011 e 2010. Esta descida reflecte alguma acalmia registada nos vários blocos económicos. Durante o ano de 2012, a expectativa relativamente à taxa de juro de referência do Euro foi de descida, tendo atingido níveis mínimos históricos, com impacto directo nas taxas de câmbio. Relativamente às taxas de câmbio do Euro face às principais divisas, de salientar a desvalorização do Euro face ao Dólar durante o terceiro trimestre de 2012, onde foram atingidos valores mínimos dos últimos dois anos. Esta desvalorização do Euro fez-se também sentir face a outras moedas, nomeadamente Libra Esterlina e Iene.

O Grupo não especula em mercados cambiais (*FX*) e a utilização relativamente baixa dos limites de *VaR* reflectem a estratégia do Grupo de limitar a exposição a moeda estrangeira fundamentalmente aos negócios de Clientes e fluxos associados.

A repartição do balanço por moeda para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontra-se apresentada conforme se segue:

	2012					Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Ienes Japoneses	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo por moeda						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14.040.612	8.459	5.253	-	-	14.054.324
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.085.442	5.658.663	591.141	7.652	355.892	19.698.790
Activos financeiros detidos para negociação	13.134.549	4.193.714	66.862	-	12.572	17.407.697
Activos financeiros disponíveis para venda	692.367.818	7.727.452	-	-	-	700.095.270
Aplicações em instituições de crédito	25.555.435	11.369.025	-	-	-	36.924.460
Crédito a clientes	192.674.228	20	-	-	-	192.674.248
Activos tangíveis	16.533.668	-	-	-	-	16.533.668
Activos intangíveis	194.425	-	-	-	-	194.425
Investimentos em associadas	5.357.148	-	-	-	-	5.357.148
Activos por impostos diferidos	625.668	-	-	-	-	625.668
Outros activos	22.348.569	101.566	177.501	-	-	22.627.636
Total de Activo	995.917.562	29.058.899	840.757	7.652	368.464	1.026.193.334
Passivo por moeda						
Recursos de bancos centrais	260.247.778	-	-	-	-	260.247.778
Passivos financeiros detidos para negociação	1.015.994	-	-	-	-	1.015.994
Recursos de outras instituições de crédito	2.673.685	3.806.909	-	-	-	6.480.594
Recursos de clientes	515.316.119	27.804.702	338.377	-	370.965	543.830.163
Derivados de cobertura	11.610.518	-	-	-	-	11.610.518
Provisões	2.905.364	-	-	-	-	2.905.364
Passivos por impostos correntes	16.695.327	-	-	-	-	16.695.327
Outros passivos	9.895.301	678.721	502.380	7.652	21.839	11.105.893
Total de Passivo	820.360.086	32.290.332	840.757	7.652	392.804	853.891.631
Activo - Passivo líquido por moeda	175.557.476	(3.231.433)	-	-	(24.340)	172.301.703

2011						
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Ienes Japoneses	Outras Moedas Estrangeiras	Valor Total
Activo por moeda						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10.311.514	6.160	5.549	-	-	10.323.223
Disponibilidades em outras instituições de crédito	33.397.449	7.918.627	447.584	35.461	227.527	42.026.648
Activos financeiros detidos para negociação	11.113.187	2.213.632	9.466	-	-	13.336.285
Activos financeiros disponíveis para venda	478.531.276	25.152.005	-	-	-	503.683.281
Aplicações em instituições de crédito	36.718	27.050.455	-	-	-	27.087.173
Crédito a clientes	159.330.469	316	5	-	-	159.330.790
Derivados de cobertura	21.544	-	-	-	-	21.544
Activos tangíveis	17.399.614	-	-	-	-	17.399.614
Activos intangíveis	534.862	-	-	-	-	534.862
Investimentos em associadas	4.954.560	-	-	-	-	4.954.560
Activos por impostos correntes	1.740.137	-	-	-	-	1.740.137
Activos por impostos diferidos	34.873.163	-	-	-	-	34.873.163
Outros activos	1.427.517	12.192.223	19.134	30.656	2.671	13.672.201
Total de Activo	753.672.010	74.533.418	481.738	66.117	230.198	828.983.481
Passivo por moeda						
Recursos de bancos centrais	238.322.892	-	-	-	-	238.322.892
Passivos financeiros detidos para negociação	18.522.353	58.249	11.370	-	-	18.591.972
Recursos de outras instituições de crédito	45.400.148	3.495.495	-	-	-	48.895.643
Recursos de clientes	398.255.884	42.264.080	47.813	-	162	440.567.939
Derivados de cobertura	5.046.890	-	-	-	-	5.046.890
Provisões	20.150	-	-	-	-	20.150
Outros passivos	7.893.572	2.239.626	124.425	283	45.748	10.303.654
Total de Passivo	713.461.889	48.057.450	183.608	283	45.910	761.749.140
Activo - Passivo líquido por moeda	40.210.121	26.475.968	298.130	65.834	184.288	67.234.341

Risco de derivados

A quantificação do risco do livro de produtos derivados do Grupo depende de várias variáveis relacionadas com o mercado, incluindo o preço de um activo subjacente, volatilidade, taxas de juro e tempo até à maturidade. O Grupo quantifica as suas exposições a estas variáveis executando análises de sensibilidade conhecidas como "gregos" que são termos matemáticos definidos abaixo.

De uma maneira geral os níveis de sensibilidade à volatilidade (*Vega*) mantiveram-se sempre dentro de níveis baixos face aos valores registados em anos anteriores. Contudo, os maiores níveis de sensibilidade tiveram lugar no terceiro trimestre do ano.

Analisando as diferentes sensibilidades da carteira de *trading* do Grupo para o ano de 2012, verificamos de uma forma quase consistente o perfil longo nos mercados accionistas.

Os valores de *delta*, foram de uma maneira geral, semelhantes aos registados no ano anterior, havendo uma ligeira diminuição da exposição a acções no segundo semestre do ano. Nos produtos de Taxa Fixa, optou-se por uma estratégia longa em obrigações. A exposição ao risco de taxa de juro registou os maiores valores no segundo semestre do ano de 2012 devido a uma maior exposição a títulos de rendimento fixo (obrigações de taxa fixa). Contudo este aumento de risco foi sendo acompanhado com uma estratégia de cobertura de risco de taxa de juro via *swaps* de taxa de juro e futuros de taxa de juro.

2012				
	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(305.901)	(27.045)	30.929	(12.626)
Máximo	(85.076)	12.082	300.489	7.859
Média	(172.196)	(5.616)	209.539	44
Desvio padrão	60.094	6.819	31.088	1.909

2011				
	<i>Rho</i>	<i>Vega</i>	<i>Delta</i>	<i>Theta</i>
Mínimo	(230.712)	(30.791)	7.829	(19.883)
Máximo	(149.198)	54.282	363.871	11.666
Média	(177.002)	(3.630)	228.755	(753)
Desvio padrão	25.933	17.031	52.178	3.552

<i>Rho</i>	Sensibilidade da taxa de juro
<i>Vega</i>	Sensibilidade da volatilidade
<i>Delta</i>	Sensibilidade do subjacente
<i>Theta</i>	Sensibilidade ao tempo

Limites e Reporte

Os limites à actividade de *trading* são essenciais ao processo, existindo limites aprovados por classe de produto, teor e por operador de mercado e podem ser calculados através de uma combinação de medidas não estatísticas, incluindo *BPV's (Basis Point Value)*, e medidas estatísticas, tais como o *VaR (Value at Risk)*, analisadas anteriormente. Diariamente, é preparado um reporte à Administração com todos os indicadores e posições relevantes, com base nas medidas estatísticas e não estatísticas estabelecidas.

Risco de Crédito

O risco de crédito representa o risco de perda em consequência de incumprimento por parte de um devedor ou contraparte.

O Grupo está exposto a risco de crédito em várias das suas actividades. Estas incluem necessariamente exposição directa a clientes que contraíam empréstimos, exposição directa a risco de crédito associado a valores mobiliários emitidos por entidades terceiras e detidos para investimento ou como activos de negociação do Grupo, e o risco de mercado ou de liquidação associado às actividades de *trading* dos clientes.

O risco de crédito que deriva dos riscos associados à negociação com contrapartes profissionais, assim como com emitentes de títulos cotados é avaliado em conjunto com procedimentos para a gestão do risco de mercado, conforme acima descrito no ponto risco de mercado.

No âmbito do processo de análise e aprovação, o Grupo considera e analisa a sua exposição tanto ao nível das transacções individuais, ao nível da exposição máxima do cliente e, separadamente, ao nível das respectivas carteiras, para assegurar um controlo adequado sobre concentrações de riscos em cada sector ou indústria. Como política, todas as exposições são avaliadas e aprovadas, quer respeitem a operações dentro ou fora de balanço. Consequentemente, as funções de risco de mercado coincidem muitas vezes com as análises de risco de crédito. No decorrer da actividade corrente do Grupo, os sistemas integrados de controlo das exposições são um elemento essencial do processo de gestão do risco de crédito.

O processo de gestão do risco de crédito tem início no Conselho de Administração, que aprova as políticas e directivas gerais para risco de crédito. O Conselho delega, no *Chief Credit Officer* e noutros membros do Comité de risco de crédito e pessoal de apoio, a implementação diária destas políticas e responsabilidades, que incluem:

- Análise e controlo do risco da contraparte;
- Definição de directivas quantitativas e qualitativas para análise de crédito;
- Controlo e acompanhamento da posição do cliente, "família" de riscos e grandes riscos;
- Documentação, sistemas de controlo e preenchimento;
- Gestão e controlo das políticas e sistemas de risco;
- Manutenção de uma matriz de pontuação e aprovação de crédito;
- Integridade do processo de aprovação de crédito;
- Estrita aderência a normas e princípios regulamentares;
- Aplicação de preços apropriados aos riscos tomados.

A exposição ao risco de crédito do BiG pode incluir a concessão de crédito a clientes, investimentos em obrigações de empresas, riscos interbancários de valor total e valor de substituição, riscos de liquidação de determinados títulos, valores a receber ao abrigo de contratos de derivados e de moeda estrangeira, e compromissos assumidos ao abrigo de garantias ou de programas de papel comercial.

A repartição por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontra-se apresentada conforme se segue:

2012						
	Crédito a Clientes		Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	6.806	102	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	581.100	-	-	-
Indústrias transformadoras	1.773	1.773	1.435.179	1.846.926	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	3.629.854	48.672.733	5.972.809	-
Construção	195.614	185.080	203.686	-	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	260.110	2.093	-	-	-	148.938
Transportes e armazenagem	-	-	1.027.159	26.204.566	-	-
Actividades financeiras e de seguros	169.800.945	14	6.066.623	145.365.672	-	-
Actividades imobiliárias	2.223.998	872	-	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.025.794	5.571	22.642	16.500	-	-
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	1.950.908	447.310.763	-	-
Actividades de saúde humana e apoio social	77.484	1.160	-	-	-	-
Crédito à habitação	5.302.666	1.684	-	-	-	-
Crédito a particulares	13.999.615	165.210	-	-	-	-
Outros	143.281	279	2.490.546	37.257.085	606.166	-
	193.038.086	363.838	17.407.697	706.674.245	6.578.975	148.938

2011						
	Crédito a Clientes		Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Activos financeiros disponíveis para venda		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Provisão	Valor bruto	Valor bruto	Provisão	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	23.279	297	-	-	-	-
Indústrias extractivas	-	-	325.107	-	-	-
Indústrias transformadoras	32.472	1.713	426.313	4.018.283	-	-
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	2.410.764	28.011.514	5.371.050	-
Construção	219.555	185.229	778.484	2.863.454	-	-
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	192.154	2.545	-	3.547.380	-	148.938
Transportes e armazenagem	3.323	50	-	6.232.689	-	-
Actividades de informação e de comunicação	-	-	66.333	4.269.869	-	-
Actividades financeiras e de seguros	130.665.145	-	6.853.885	242.395.269	-	659.769
Actividades imobiliárias	3.913.735	469	-	-	-	-
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	8.975	305	479.263	6.207.700	-	10.000
Administração Pública e defesa; segurança social obrigatória	-	-	838.729	222.775.076	12.344.869	-
Actividades de saúde humana e apoio social	115.821	1.737	-	-	-	-
Crédito à habitação	5.365.824	-	-	-	-	-
Crédito a particulares	17.587.569	154.995	583.171	-	-	38.937
Outros	1.552.251	1.973	574.236	1.077.966	-	-
	159.680.103	349.313	13.336.285	521.399.200	17.715.919	857.644

Risco Operacional

O risco operacional inerente ao negócio do Grupo pode surgir em resultado de procedimentos ou sistemas inadequados, riscos humanos ou eventos exteriores.

O Grupo, dada a natureza do seu negócio, tem exposição a perdas potenciais ou risco reputacional, como resultado de erros humanos, avarias de sistemas, falhas de processamento, interrupções de actividade inesperadas ou falhas por parte de terceiros em termos de fornecimentos ou execução de serviços.

Para monitorizar os riscos e o efectivo cumprimento dos procedimentos em todo o Grupo, existe uma estrutura de controlo que supervisiona a adequação dos procedimentos, sistemas e recursos humanos com o intuito de assegurar o normal desenvolvimento da actividade em quaisquer circunstâncias.

O objectivo da estrutura mencionada é assegurar a aderência do Grupo aos procedimentos e limites estabelecidos, de forma a que o custo inerente aos erros operacionais possa ser mantido em níveis controlados, face ao capital do Grupo e à sua estratégia. A par desta estrutura, é cultivada no Grupo uma cultura de detecção e mitigação de risco, que incentiva uma resolução proactiva de problemas baseada na identificação antecipada dos mesmos.

O Grupo tem em curso um projecto de reformulação do Sistema de Medição e Gestão do Risco Operacional, em linha com as indicações do Acordo de Basileia, e com o objectivo de criar as condições necessárias para uma eventual implementação de métodos de medição avançados, uma vez que actualmente, o Grupo calcula os requisitos de capital para a cobertura do risco operacional com base no método do Indicador Básico.

Gestão de capital e rácio de solvabilidade

Os fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontram-se apresentados conforme se segue:

		2012	2011
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, prémios de emissão e acções próprias e outros		100.290.638	103.897.961
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos		63.023.169	47.968.877
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo		(1.577.583)	(1.928.940)
Diferenças de reavaliação de outros activos disponíveis para venda		(58.413)	(3.070.552)
Activos intangíveis		(194.425)	(534.862)
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1)	161.483.386	146.332.484
Fundos Próprios de Base (Tier I)	(A2)	161.483.386	146.332.484
Fundos Próprios Complementares (Tier II)	(A3)	386.523	177.925
Fundos Próprios Elegíveis	(A4)	161.869.909	146.510.409
B - Activos de Risco Equivalentes			
Calculados de acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos da carteira bancária)		384.322.038	363.302.438
Calculados de acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos da carteira de negociação)		16.670.825	9.237.275
Calculados de acordo com o Aviso 9/2007 (Risco operacional)		105.348.425	77.609.038
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B)	506.341.288	450.148.750
C - Rácios de Capital			
Rácio Core Tier 1	(A1/B)	31,9%	32,5%
Rácio Tier 1	(A2/B)	31,9%	32,5%
Rácio de Solvabilidade	(A4/B)	32,0%	32,5%

O movimento de fundos próprios para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontra-se apresentado conforme se segue:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	146.510.409	123.177.367
Capital ordinário realizado, prémios de emissão e acções próprias e outros	(3.607.323)	7.048.485
Resultados e reservas formadas por resultados não distribuídos	15.054.292	19.120.535
Contribuições para fundos de pensões ainda não relevadas como custo	351.357	351.356
Diferenças de reavaliação de outros activos disponíveis para venda	3.012.139	(3.330.645)
Activos intangíveis	340.437	352.560
Fundos próprios complementares	208.598	(209.249)
Saldo no fim do exercício	161.869.909	146.510.409

Outros riscos e a sua medição

Risco Reputacional

Em termos de risco de reputação, entendido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, junto dos diferentes *stakeholders*, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral, o Grupo idealizou testes de *stress* onde admite que a existência de notícias bastante negativas relativas ao Grupo, com consequências ao nível do levantamento, parcial ou integral, dos depósitos por parte dos clientes no mesmo dia ou no prazo de uma semana, tendo em atenção aos juros que possam advir destes levantamentos.

Risco de Correlação

Os diferentes tipos de risco, liquidez, reputação, crédito, contraparte, mercado, taxa de juro, mercado, etc., encontram-se correlacionados entre si. Essa correlação é sem dúvida mais notória nalguns pares de riscos não tendo particular relevância em outros pares de riscos.

- Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação:
O declínio da reputação de uma instituição financeira pode conduzir à falta de confiança dos clientes e dos investidores em geral. Tal situação pode conduzir ao risco de liquidez por parte da instituição no que diz respeito às suas responsabilidades imediatas.
- Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Mercado:
No ponto anterior são analisados os riscos de reputação *versus* risco de liquidez. Neste caso, assumimos que existe uma variação anormal dos diferentes instrumentos financeiros no mercado.
- Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Crédito:
Neste caso o Grupo admite, à semelhança do ponto anterior, cenários onde estejam presentes risco de reputação e risco de liquidez. Adicionalmente consideramos um cenário de probabilidade de *default* dos activos, bem como o impacto das movimentações dos *spreads* na avaliação dos mesmos.

Risco de Liquidez *versus* Risco de Reputação *versus* Risco de Mercado:

(Queda de 50% no índice *Dax* e 33% no índice *SPX*)

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de Dezembro de 2012, cujo impacto é descrito de seguida.

Cenário 1 – 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 70.677.574 euros.

Responsabilidades: 46.200.881 euros.

Neste cenário, não seria necessário vender activos, contudo, no pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressustos do *Armageddon Stress Test* a 31 de Dezembro de 2012 (queda de 50% no índice *Dax* e 33% no índice *SPX*, ver relatório de gestão) o Grupo estima uma perda potencial de 53.287.040 euros.

Cenário 2 – 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 70.677.574 euros.

Responsabilidades: 69.301.321 euros.

Neste cenário, não seria necessário vender activos, contudo, no pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressustos do *Armageddon Stress Test* a 31 de Dezembro de 2012 (queda de 50% no índice *Dax* e 33% no índice *SPX*, ver relatório de gestão) o Grupo estima uma perda potencial de 53.287.040 euros.

Cenário 3 – 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês

Liquidez disponível no prazo de um mês: 80.682.493 euros.

Responsabilidades: 260.314.942 euros.

Neste cenário, seria necessário vender activos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 179.632.449 euros.

Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressostos do *Armageddon Stress Test* a 31 de Dezembro de 2012 (queda de 50% no índice *Dax* e 33% no índice *SPX*, ver relatório de gestão), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 53.287.040 euros.

Risco de Liquidez versus Risco de Reputação versus Risco de Crédito:

(Armageddon Stress Test Debt)

Os resultados dos cenários abaixo (cenários 1, 2 e 3) dizem respeito a 31 de Dezembro de 2012, cujo impacto é descrito de seguida:

Cenário 1 – 33% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 70.677.574 euros.

Responsabilidades: 46.200.881 euros.

Neste cenário, não seria necessário vender activos, contudo, no pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressostos do *Armageddon Stress Test Debt* a 31 de Dezembro de 2012 (ver relatório de gestão) o Grupo estima uma perda potencial de 51.935.470 euros.

Cenário 2 – 50% dos DO's são levantados pelos clientes no prazo de uma semana

Liquidez disponível no prazo de uma semana: 70.677.574 euros.

Responsabilidades: 69.301.321 euros.

Neste cenário, não seria necessário vender activos, contudo, no pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressostos do *Armageddon Stress Test Debt* a 31 de Dezembro de 2012 (ver relatório de gestão) o Grupo estima uma perda potencial de 51.935.470 euros.

Cenário 3 – 50% dos DO's e dos DP's são levantados pelos clientes no prazo de um mês

Liquidez disponível no prazo de um mês: 80.682.493 euros.

Responsabilidades: 260.314.942 euros.

Neste cenário, seria necessário vender activos ou pedir financiamento adicional, num montante total de 179.632.449 euros. Tendo por base o pressuposto de condições de mercado também simultaneamente negativas e com base nos pressostos do *Armageddon Stress Test Debt* a 31 de Dezembro de 2012 (ver relatório de gestão), o Grupo teria uma perda máxima realizada de 51.935.470 euros.

NOTA 39

NORMAS RECENTEMENTE EMITIDAS

39.1. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas adoptadas pelo Grupo

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2012, o Grupo adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2012:

IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em 7 de Outubro de 2010, alterações à "IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros", com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2011. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de Novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de activos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um activo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao activo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de activos financeiros ocorra próximo do final do período.

A adopção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de activos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de Dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 – Impostos diferidos – recuperação de activos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 – Impostos sobre o Rendimento – Recuperação de Activos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2012. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A adopção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

39.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas e que ainda não entraram em vigor, não adoptadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adoptar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2012. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objecto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afectar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afectam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou *performance* do Grupo.

IAS 19 (Alterada) – Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de Junho de 2011, alterações à “IAS 19 – Benefícios dos empregados”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de Junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos activos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto. O Grupo procedeu, em 2011, a uma alteração voluntária de política contabilística passando a reconhecer os ganhos e perdas actuariais em outro rendimento integral (OCI).

Porém, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos activos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma alterada.

IFRS 7 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de Dezembro de 2011, alterações à “IAS32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre activos e passivos financeiros”, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de Dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

Da adopção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de Maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efectiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013. Esta norma foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de Dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a excepções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

O Grupo está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a activos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adopção da IFRS 13 irá exigir que o Grupo proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para activos/passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de Maio de 2012 introduziram alterações, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

IAS 16 Activos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de activos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na "IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento", evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos activos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efectuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção destas alterações.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de activos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projecto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de activos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos actuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos activos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de activos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um activo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes activos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de "detido até à maturidade", "disponível para venda" e "contas a receber e pagar".

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada acção, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efectiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2015 com adopção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspectos.

O Grupo iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respectiva avaliação. Dada a natureza das actividades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto Ribeiro

Secretário

João Manuel de Jesus Rufino

Conselho de Administração

Presidente e CEO

Carlos Adolfo Coelho Figueiredo Rodrigues

Vice-Presidente e COO

Nicholas Leo Racich

Administradores

Mário João Abreu Galhardo Bolota

Diogo Baptista Russo Pereira da Cunha

Paulo José Caramelo de Figueiredo

Ricardo Dias Carneiro e Gomes de Pinho

Conselho Fiscal

José Fernando Catarino Galamba de Oliveira (Presidente)

Alcino Cardoso

Pedro Rogério Barata de Ouro Lameira

Diogo Pereira Duarte (Suplente)

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, SROC, S.A., representado por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida

Ana Cristina Soares Valente Dourado
(Revisor Oficial de Contas Suplente)

CONTACTOS ÚTEIS

Serviços Online

Serviços Online	707 244 707	www.big.pt
Serviço de Apoio ao Cliente	213 305 327	apoio@bancobig.pt

Clientes – Geral

Institucionais e Empresas	Mário Bolota	213 305 305	mario.bolota@bancobig.pt
Retalho Especializado	Diogo Cunha	213 305 306	diogo.cunha@bancobig.pt

Áreas de Negócio

Mercados

Acções	Ricardo Pinho	213 305 309	ricardo.pinho@bancobig.pt
Mercado Cambial	João Vaz Velho	213 305 344	joao.velho@bancobig.pt
Opções/Produtos Estruturados	Fernando Quadros	213 305 334	fernando.quadros@bancobig.pt
	João Henrique	213 305 335	joao.henrique@bancobig.pt

Clientes Institucionais e Empresas

Clientes High Net Worth

Clientes Afluentes

Corretagem

Gestão de Activos

Corporate Finance

Research

Crédito Especializado

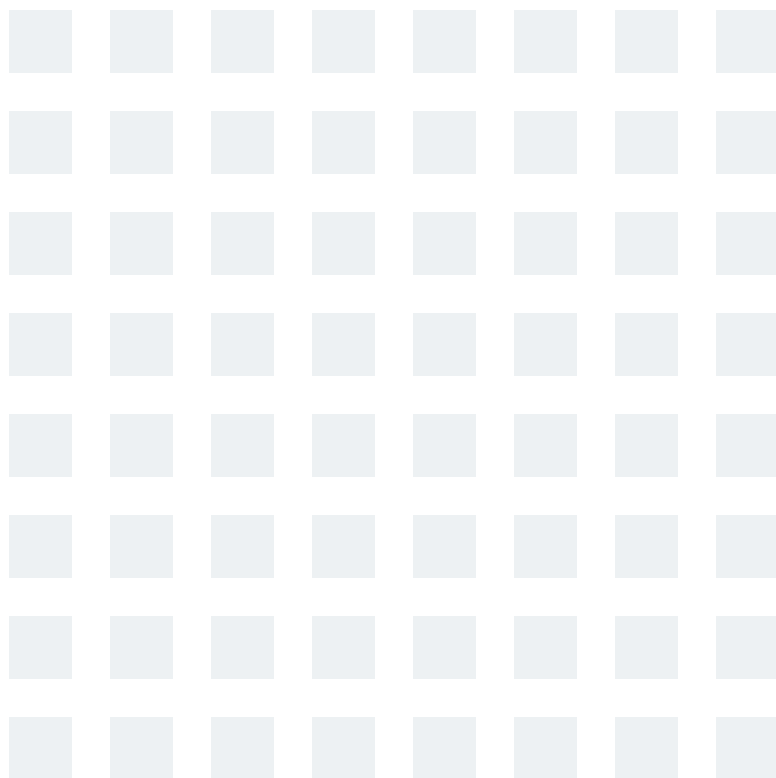
Áreas de Suporte

IT

Sistemas de BackOffice	Paulo Figueiredo	213 305 311	paulo.figueiredo@bancobig.pt
Desenvolvimento	Carla Rosa	213 305 322	carla.rosa@bancobig.pt
	Vitor Luís	213 305 359	vitor.luis@bancobig.pt
Operações	Paulo Campos	213 305 333	paulo.campos@bancobig.pt
Contabilidade	Dora Moreira	213 305 518	dora.moreira@bancobig.pt
Controlo Interno	Francisco Passaradas	213 305 366	francisco.passaradas@bancobig.pt
Auditoria	Luís Penaguiaão	213 305 502	luis.penaguiaao@bancobig.pt
Recursos Humanos	Paula Moreira	213 305 385	paula.moreira@bancobig.pt
Marketing	Alexandre Martins	213 305 555	alexandre.martins@bancobig.pt
Risco	Lúcia Ventura	213 305 312	lucia.ventura@bancobig.pt
	Miguel Mira	213 305 513	miguel.mira@bancobig.pt
	Teresa Raimundo	213 305 314	teresa.raimundo@bancobig.pt

Sede

Av. 24 de Julho, n.º 74 -76, 1200-869 Lisboa 213 305 300



BANCO DE INVESTIMENTO GLOBAL S.A.

www.BiG.pt